

**INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS E SEGURANÇA INTERNA**



**NATANIEL FRANCEZ SILVA**

ASPIRANTE A OFICIAL DE POLÍCIA

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO INTEGRADO EM CIÊNCIAS POLICIAIS**

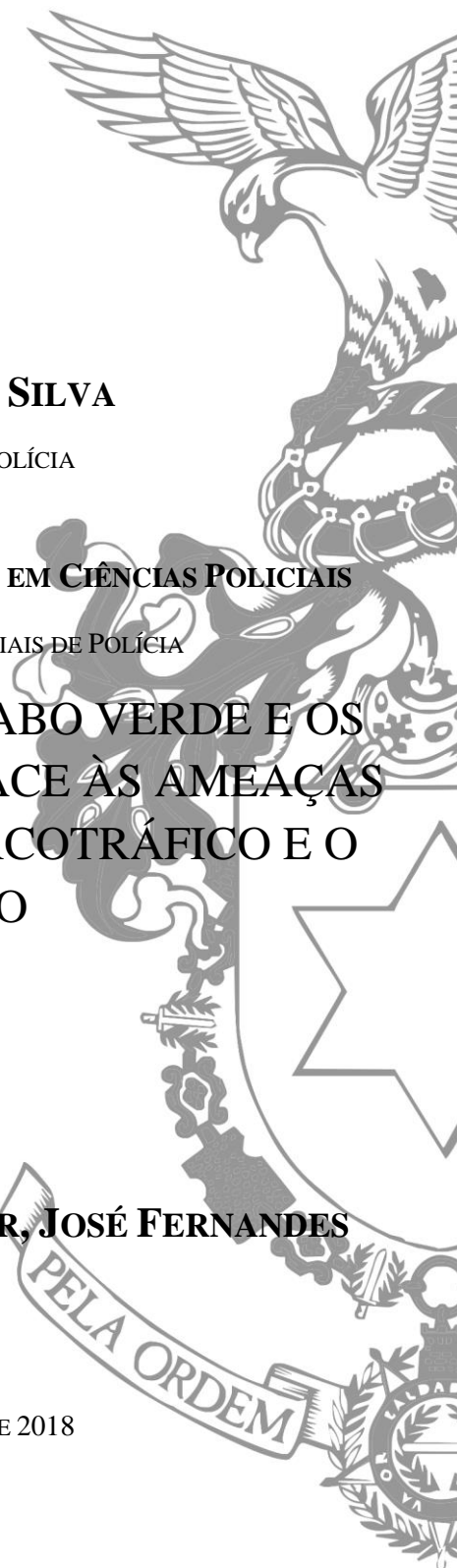
XXX CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS DE POLÍCIA

**A GEOLOCALIZAÇÃO DE CABO VERDE E OS  
DESAFIOS À SEGURANÇA FACE ÀS AMEAÇAS  
HÍBRIDAS: O CASO DO NARCOTRÁFICO E O  
TERRORISMO**

ORIENTADOR:

**INTENDENTE, PROFESSOR DOUTOR, JOSÉ FERNANDES**

LISBOA, 7 DE MAIO DE 2018



**INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS E SEGURANÇA INTERNA**



**NATANIEL FRANCEZ SILVA**

ASPIRANTE A OFICIAL DE POLÍCIA

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO INTEGRADO EM CIÊNCIAS POLICIAIS**

XXX CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS DE POLÍCIA

**A GEOLOCALIZAÇÃO DE CABO VERDE E OS  
DESAFIOS À SEGURANÇA FACE ÀS AMEAÇAS  
HÍBRIDAS: O CASO DO NARCOTRÁFICO E O  
TERRORISMO**

ORIENTADOR:

**INTENDENTE, PROFESSOR DOUTOR, JOSÉ FERNANDES**

LISBOA, 7 DE MAIO DE 2018





<b>ESTABELECIMENTO DE ENSINO:</b>	INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS E SEGURANÇA INTERNA
<b>CURSO:</b>	XXX CFOP
<b>ORIENTADOR:</b>	JOSÉ FERNANDES
<b>TÍTULO:</b>	A GEOLOCALIZAÇÃO DE CABO VERDE E OS DESAFIOS À SEGURANÇA FACE ÀS AMEAÇAS HÍBRIDAS: O CASO DO NARCOTRÁFICO E O TERRORISMO
<b>AUTOR:</b>	NATANIEL FRANCEZ SILVA
<b>LOCAL DE EDIÇÃO:</b>	LISBOA
<b>DATA DE EDIÇÃO:</b>	MAIO DE 2018

DISSERTAÇÃO APRESENTADA AO INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS E  
SEGURANÇA INTERNA COM OS REQUISITOS NECESSÁRIOS À OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE  
EM CIÊNCIAS POLICIAIS, ELABORADA SOB A ORIENTAÇÃO DO PROFESSOR DOUTOR  
(INTENDENTE DA PSP) JOSÉ FERNANDES

## DEDICATÓRIA

*À Minha Família, em especial às minhas filhas:  
Angélica e Elin*

## **AGRADECIMENTOS**

Em primeiro lugar, como não poderia deixar de ser, agradeço a Deus todo-poderoso, pela vida e saúde. A toda minha família, sobretudo; aos meus pais, meus irmãos, e em especial à Filo e às minhas filhas Angélica e Elin, pela inabalável espetativa em mim depositada, pelo carinho, amor e apoio durante estes cinco anos.

Ao meu orientador Professor Doutor José Fernandes pelo apoio incondicional e disponibilidade memorável na realização deste trabalho.

Ao Professor Doutor Eurico Dias e o Professor Doutor Hermínio Matos pelo sublime apoio.

Aos meus irmãos Cabo-verdianos no ISCPSI, cado um no seu grau, pelo carinho, apoio, companheirismo, amizade e presença constante.

Aos meus colegas e companheiros do 30.º CFOP pelo suporte e camaradagem durante este tempo.

Aos camaradas cooperantes de São Tomé, Moçambique, Angola e Guiné Bissau, pela camaradagem.

Ao Luís Macedo, Albardeiro e João Rocha pela ajuda, bem como aos CFOP,

Aos meus colegas de profissão da Polícia Nacional de Cabo Verde, sobretudo, aos oficiais oriundos do ISCPSI, bem como à PNCV por me acolher no seu seio.

À PSP e em especial ao ISCPSI pela oportunidade atribuída e hospitalidade durante estes 5 anos, assim como, a todos os funcionários e docentes do ISCPSI que compartilharam comigo os seus distintos conhecimentos e que auxiliaram na minha formação.

A todos aqueles que direta ou indiretamente contribuíram neste longo e árduo trajeto.

**O meu mais profundo e sincero agradecimento.**

## RESUMO

O posicionamento geográfico de Cabo Verde pode ser analisado em dois prismas: por um lado, pelo privilégio de se localizar para alguns aspetos numa zona de destaque, e, por outro pelo facto de ser um arquipélago, o que acarreta igualmente algumas preocupações, face às ameaças atuais. Pode ser visto como uma via de acesso de tráfego entre a África, a Europa e as Américas, uma passagem privilegiada para a criminalidade transnacional. Atualmente, não restam dúvidas de que um dos maiores desafios que imperam sobre os Estados soberanos é o de garantir a segurança no seu território, necessidade decorrente de uma crescente desenfreada de novos atores e de novas formas de perpetuar as novas ameaças, nomeadamente os fluxos transfronteiriços de organizações criminosas e terroristas, o tráfico de drogas e armas, tornando o sistema securitário internacional cada vez mais fragmentado e débil. Nesta senda, procura-se perceber os desafios à segurança em Cabo Verde, bem como que estratégia adotar para fazer face às ameaças híbridas que imperam sobre o território nacional de Cabo Verde.

**Palavras-chave:** Geolocalização, Cabo Verde, desafios, Segurança, ameaças, híbridas.

## **ABSTRACT**

The global position of Cape Verde may be analyzed in two different perspectives: on one end, it has the upside of being in a highlight zone; on the other end, the fact of being a cluster of islands brings a variety of concerns, in face of the current threats. It may be seen as a route of trafficking between Africa, Europe and the American Continent, a privileged way to the transnational crime. Nowadays there is no doubt that one of the greater challenges the sovereign states face is the need to assure their homeland safety. That need is due to the appearance of new actors and new forms of threats, namely: cross-border flows of criminal and terrorist organizations, drug trafficking, arms trafficking among others, making the international system increasingly fragmented and weak.

In this path, we seek to understand the security challenges in Cape Verde, and what strategy to adopt to face the hybrid threats that prevail over the national territory of Cape Verde.

**Key-Words:** Geolocation, Cape Verde, challenges, security, threats, hybrid.

## LISTA DE APÊNDICES E ANEXOS

<b>APÊNDICES.....</b>	<b>79</b>
<i>Apêndice I Guião de Entrevista .....</i>	<i>79</i>
<i>Apêndice II Entrevista ao Superintendente Júlio Melicio .....</i>	<i>81</i>
<i>Apêndice III Entrevista ao Professor Hermínio Joaquim de Matos.....</i>	<i>86</i>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>91</b>
<i>Anexo I Mapa dos Países da CEDEAO .....</i>	<i>91</i>
<i>Anexo II Convenções Internacionais Sobre Drogas .....</i>	<i>92</i>
<i>Anexo III Área Total Cultivada de Papoula e Coca Entre 1998-2016.....</i>	<i>95</i>
<i>Anexo IV Gráfico de Produção de Papoula no Afeganistão .....</i>	<i>96</i>
<i>Anexo V Mapa do Tráfico de Cocaína entre 2011-2015 .....</i>	<i>97</i>
<i>Anexo VI Produção Global de Coca e Cocaína .....</i>	<i>98</i>



## ÍNDICE

<b>DEDICATÓRIA .....</b>	<b>I</b>
<b>AGRADECIMENTOS .....</b>	<b>II</b>
<b>RESUMO .....</b>	<b>III</b>
<b>ABSTRACT .....</b>	<b>IV</b>
<b>LISTA DE APÊNDICES E ANEXOS .....</b>	<b>V</b>
<b>LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS.....</b>	<b>VIII</b>
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>1</b>
<b>CAPÍTULO I - GEOLOCALIZAÇÃO DE CABO VERDE .....</b>	<b>5</b>
1.1 RESENHA HISTÓRICO-GEOGRÁFICA DE CABO VERDE .....	5
1.2 CABO VERDE NA ROTA DOS ACONTECIMENTOS DO ATLÂNTICO.....	6
1.3 CABO VERDE DO PONTO VISTA DA CONSTITUIÇÃO .....	7
1.4 AS VULNERABILIDADES DE CABO VERDE NO DOMÍNIO DA SEGURANÇA .....	9
1.5 DA ÁFRICA CONTINENTAL.....	10
1.6 RELAÇÃO DE CABO VERDE COM OS ESTADOS VIZINHOS .....	13
1.7 DA PARCERIA ESPECIAL CABO VERDE – UNIÃO EUROPEIA (CV-UE) .....	16
1.8 NATO EM CABO VERDE OU CABO VERDE NA NATO? .....	17
<b>CAPÍTULO II - SEGURANÇA .....</b>	<b>20</b>
2.1 CONCEITO DE SEGURANÇA.....	20
2.2 AS CORRENTES DE SEGURANÇA REALISTAS E LIBERAIS .....	23
2.3 DO CONCEITO DE AMEAÇA, RISCO E AMEAÇAS HÍBRIDAS .....	26
2.4 SISTEMA DE SEGURANÇA NACIONAL DE CABO VERDE .....	29
2.5 SEGURANÇA MARÍTIMA .....	33
2.5.1 Abordagem Teórica da Segurança Marítima .....	33
2.5.2 Tráficos Ilícitos via Marítima .....	35
2.5.3 Abordagem Jurídica da Segurança Marítima.....	35
<b>CAPÍTULO III - NARCOTRÁFICO E O TERRORISMO.....</b>	<b>38</b>

3.1 NARCOTRÁFICO .....	38
3.1.1 <i>Da Origem do Narcotráfico</i> .....	38
3.1.2 <i>Do conceito do Narcotráfico</i> .....	40
3.1.3 <i>Da Rota do Narcotráfico</i> .....	41
3.1.4 <i>Rota da África Ocidental</i> .....	43
3.1.5 <i>Abordagem Jurídica do Narcotráfico</i> .....	45
3.1.6 <i>Os narco-Estados e relação com Cabo Verde</i> .....	46
3.1.7 <i>O Tráfico de Droga em Cabo Verde</i> .....	49
3.1.8 <i>Branqueamento de Capitais</i> .....	51
3.2 DO TERRORISMO.....	54
3.2.1 <i>A Origem do Terrorismo</i> .....	54
3.2.2 <i>Fatores Elementares de Terrorismo.</i> .....	56
3.2.3 <i>Relação entre Cabo Verde e o Terrorismo</i> .....	57
3.2.4 <i>Terrorismo na CEDEAO</i> .....	59
3.2.5 <i>Estratégia Global Contra o Terrorismo</i> .....	60
3.2.6 <i>Plano Nacional Contra o Terrorismo e seu Financiamento</i> .....	61
<b>CONCLUSÕES</b> .....	<b>64</b>
<b>BIBLIOGRAFIA</b> .....	<b>69</b>

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

Art.º - Artigo

AQIM - Al-Qaeda no Magreb Islâmico

BC - Branqueamento Capitais

BO - Boletim Oficial

CEDEAO - Comunidade Económico dos Estados da África Ocidental

CEDSN - Conceito Estratégico Defesa e Segurança Nacional

CMCV - Código Marítimo de Cabo Verde

CRCV - Constituição da República de Cabo Verde

COSMAR - Centro de Operações e Segurança Marítima

COT - Criminalidade Organizada Transnacional

ESMA - Agência Europeia de Segurança Marítima

ETA - Euskadi Ta Askatasuna

FACV - Força Armada de Cabo Verde

GCAT - Grupo Coordenação Antiterrorismo

GIABA - Grupo Internacional de Ação Contra Branqueamento de Capitais África Ocidental

GM - Guarda Fiscal

I.E- Isto É

INE - Instituto Nacional de Estatística

MIJAO - Movimento para Unidade e Jihad na África Ocidental

MPD - Movimento Para Democracia

ONG - Organizações Não Governamentais

ONU - Organizações das Nações Unidas

ONUBR - Nações Unidas no Brasil

PAIGC - Partido Africano de Independência da Guiné e Cabo Verde

PESI - Plano Estratégico de Segurança Interna

PJ - Polícia Judiciária

PM - Polícia Marítima

PN - Polícia Nacional

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

POP - Polícia de Ordem Pública

PR - Programa Regional

RI - Relações Internacionais

SI - Serviços de Informações

SIR - Sistema de Informação República

SSN - Sistema de Segurança Nacional

UE - União Europeia

UNODC - Escritórios das Nações Unidas sobre Drogas e Crime

WACD - West Africa Commission on Drugs

## INTRODUÇÃO

De acordo com o regulamento interno do Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna (ISCPSI), aprovado pelo Decreto-Lei nº 275/2009, de 2 de outubro, do Despacho do Diretor do ISCPSI de 27 de abril de 2010 e no âmbito da Dissertação Final de Mestrado do Curso de Mestrado Integrado em Ciências Policiais e Segurança Interna (CMICP), realizou-se um estudo cujo tema versou sobre os desafios à segurança em Cabo Verde atendendo à sua localização geográfica cujo título é: “A Geolocalização de Cabo Verde e os Desafios à Segurança Face às Ameaças Híbridas: O Caso do Narcotráfico e o Terrorismo”.

O arquipélago de Cabo Verde localiza-se entre os três continentes: africano, europeu e americano, sendo considerado o vértice proeminente desse triângulo continental. Assume um *status* de ponto estratégico no coração do Atlântico. Tem uma realidade dicotómica e uma geopolítica diversificada, com vários parceiros internacionais. Oficialmente, a História aponta 1460 como a data do seu descobrimento, sendo uma das ex-colónias de Portugal. Independente desde 5 de julho 1975, atualmente é um Estado de Direito Democrático e membro da Comunidade Internacional.

Com o fim do mundo bipolar, isto é, da Guerra Fria, o mundo viveu transformações profundas e uma nova reconfiguração a vários níveis, consequência de grandes conflitos internacionais, massificação das organizações transfronteiriças (internacionais) e intensificação das organizações criminosas transnacionais. No contexto internacional e regional, as políticas de segurança e defesa nacional sofrem constantes alterações com vista a adaptarem-se ao ambiente local, regional e internacional. Para além da Guerra Fria, a queda do Muro de Berlim e em particular o 11 de setembro em 2001, trouxeram para cima da mesa novos debates em torno do conceito da segurança, mudando-se substancialmente o paradigma securitário dos Estados. A instabilidade e a incerteza tornaram-se as principais características da política nacional e internacional. A conjuntura securitária atual é agravada com a emanação de novos riscos e de novas ameaças, que correspondem a novas obrigações e desafios para os Estados que se assumem como membros responsáveis da Comunidade Internacional.

Estas ameaças, cada vez mais compósitas, fizeram com que o conceito de segurança alargasse o seu objeto, o que fez dela um produto transnacional, ou seja, para além das fronteiras dos Estados. Passou de competitiva para cooperativa. Deste modo, o Estado soberano viu-se pequeno para fazer face às demandas além-fronteiras, e demasiado grande para interferir em tudo dentro das fronteiras internas, com reflexo na própria soberania dos Estados. Por conseguinte, o isolamento não se afigura como opção inteligível e viável. Conforme Évora (2011), as estratégias, instituições e senso de responsabilidade coletivas são indispensáveis na prossecução de um quadro de segurança internacional sustentável. Ou seja, nenhum país é capaz de enfrentar totalmente sozinho os complexos problemas que se lhe colocam hoje em dia.

O Estado, enquanto guardião da segurança, do bem público da tranquilidade e ordem social, vê-se cada vez mais desafiado por ameaças transnacionais pouco convencionais assimétricas, difusas e complexas sem uma origem concreta e globalização dos fenómenos transnacionais criminológicas, i.e., as Ameaças Híbridas. Fala-se, sobretudo da sofisticação de redes organizadas de criminalidade transnacional e a conexão entre eles, como são os casos do terrorismo, narcotráfico, branqueamento de capitais, corrupção e criminalidade cibernética.

A natureza arquipelágica e geolocalização de Cabo Verde acarretam enormes desafios. Face ao contexto ameaçador global das ameaças, este país identificou-as como sendo um foco de insegurança local. Logo, adotou uma série de medidas, nomeadamente, do ponto vista legal com a ratificação de várias convenções, reformas nas Forças e Serviços de Segurança, das Forças Armadas, a criação do COSMAR, bem como a capacitação das entidades com ónus em matéria de segurança.

Por outro lado, a inserção de Cabo Verde numa sub-região delicada, com vários Estados em situação de fragilidade e tomados pelas facções criminosas é uma preocupação acrescida à segurança na região ocidental africana que compõe a CEDEAO. Neste quadro desafiador, o pequeno arquipélago representa um gigante para a estabilidade regional bem como global, visto que a sua resiliência e estabilidade governativa e notória entre os seus homólogos e na Comunidade Internacional é tido como exemplo para vários outros Estados.

Face ao exposto, a problemática de segurança e/ou insegurança do Arquipélago de Cabo Verde não consubstancia um problema único e exclusivamente do Estado Soberano cabo-verdiano, mas sim de dimensão internacional, dado o seu posicionamento geográfico. Segundo Brito (2017) Cabo Verde é uma plataforma de Segurança Internacional.

No que tange à metodologia, na realização desta dissertação socorremo-nos do método científico como mecanismo fundamental, de forma a estruturar e delinear o caminho a alcançar os objetivos inicialmente propostos. O vocábulo método exprime a ideia de caminho para chegar a um fim desejado (Sarmiento, 2013). Neste sentido, o método científico é composto por um “conjunto de regras básicas que visam obter novo conhecimento científico” (Sarmiento, 2013, p. 4). Segundo o ensinamento de Santo (2010), o método procura, na fase preliminar, desmontar uma perceção global do planeamento adequado e validado, face a objetivos de uma investigação e, na fase seguinte, exige a planificação e a realização de uma ou mais técnicas e procedimentos. Consubstancia assim a forma como o investigador irá materializar a sua investigação.

Assim sendo, para a realização deste estudo, a análise documental e bibliográfica, de artigos de jornais, bem como a pesquisa de conteúdo de diplomas legais, planos e relatórios, e de técnicas de tratamento de dados relacionados com a temática e os objetivos estabelecidos são meios cruciais para conceptualização do problema de investigação.

A análise documental e bibliográfica, segundo Carmo e Ferreira (1998), assume-se como a transmissão de conhecimento, dos investigadores pretéritos no mesmo terreno, para os presentes seguindo os passos metodológicos anteriores. O investigador tem o privilégio de dar prosseguimento a uma investigação anteriormente realizada, percorrendo o mesmo raciocínio de investigação. Assim, este testemunho servirá como linha mestra para verificação de novos resultados. Segundo os autores supramencionados, num processo de investigação, o investigador precisa de examinar os testemunhos de um trabalho anterior. No fundo, importa estudar o que já se encontra produzido sobre o tema em análise, deste modo, proceder à pesquisa de dados e informações, tratamento dos mesmos e produzir um trabalho com valor acrescentado.

Perante a sinopse descrita no parágrafo anterior, é nosso desígnio desenvolver um estudo de carácter descritivo, inserido nos moldes de investigação qualitativa, com ênfase na análise bibliográfica e documental. Para Sarmiento (2013), este método visa descrever fenómenos, é fenomenológico. A metodologia aplicada neste enquadramento teórico será uma abordagem qualitativa explanatória que se fundamenta na análise documental e bibliográfica. Na primeira fase pretende-se uma recolha e pesquisa exaustiva de referências bibliográficas, cujo objetivo é a revisão da literatura existente, ou seja, do estado de arte sobre a temática que pretendemos abordar. Na fase posterior propõe-se realizar algumas entrevistas semi-estruturadas. Segundo

Sarmiento (2013), a entrevista possibilita a obtenção de um conjunto de informações através de pessoas ou grupos. A técnica da entrevista possibilita ao entrevistado expressar abertamente e demonstrar o seu conhecimento face ao tema em epígrafe. “O recurso a entrevista semiestruturada prende-se com o facto de que esta apresenta como pontos fortes permitir uma otimização do tempo, o tratamento sistemático dos dados, concedendo a possibilidades de seleccionar temáticas para aprofundamento” (Carmo e Ferreira, 1998, p. 58) para uma maior abrangência do tema em análise.

Assim sendo, o trabalho divide-se em três capítulos. No primeiro capítulo é feito o enquadramento histórico-geográfico de Cabo Verde, e o papel que Cabo Verde desempenhou no Atlântico desde do seu descobrimento até à contemporaneidade, bem como as vulnerabilidades decorrentes da sua geolocalização e das relações geopolíticas, e parcerias com organizações internacionais em matéria de segurança. Já no segundo capítulo é feita a conceptualização do termo segurança, o seu alargamento e alcance; as correntes internacionais que procuram perceber a segurança na arena internacional e os conceitos intrínsecos à polissemia do conceito de segurança; uma análise do Sistema de Segurança Nacional de Cabo Verde. Na parte final do capítulo, dada a dimensão da plataforma continental e a condição do arquipelágico de Cabo Verde, faz-se uma breve abordagem à segurança marítima. O terceiro capítulo prende-se com o fenómeno do narcotráfico e terrorismo, onde se aborda a génese destas ameaças, os seus impactos e o carácter transversal das mesmas. Partindo do geral para o particular, numa lógica dos desafios e impacto no território nacional de Cabo Verde.

Para isso, elaborou-se a seguinte pergunta de partida: Quais os principais desafios que Cabo Verde enfrenta no que concerne à segurança dado o seu posicionamento geográfico? E objetiva-se: Conhecer os riscos que ameaçam a segurança de Cabo Verde; conhecer e perceber se parte dos problemas de Cabo Verde no domínio da Segurança é consequência da fragilidade dos Estados vizinhos; Perceber se Cabo Verde é um alvo direto e imediato de um ato terrorista e Saber que estratégia se pode adotar para mitigar os riscos e ameaças à segurança em Cabo Verde. Dado ao seu carácter exploratório, este trabalho não admite hipóteses.



## **Capítulo I - Geolocalização de Cabo Verde**

“O valor estratégico das ilhas de Cabo Verde marcou desde o início o seu destino: posto avançado no domínio do Atlântico, escala de abrigo e abastecimentos de navios que sulcavam o mesmo oceano (...).” (Matos A. T., 1992, p. 81)

### **1.1 Resenha histórico-geográfica de Cabo Verde**

Por volta de 1460 inicia-se a história oficial de uma nação insular em pleno Atlântico situada entre África, a Europa e o continente americano: Cabo Verde. O arquipélago seria descoberto no decurso da expansão marítima perpetuada por Portugal, funcionando, desde o primeiro momento, como uma importante plataforma de comércio transatlântico. O seu povoamento processou-se em diferentes fases ao longo da História, assistindo à chegada e implementação de contingentes populacionais provenientes de toda a Europa e de diferentes partes de África. Perante o seu posicionamento geográfico, o arquipélago conheceu, desde sempre, realidades quotidianas intrinsecamente relacionadas com a escassez de recursos naturais, com subsequentes períodos de seca e fome endémica, originando múltiplos problemas socioeconómicos, muito além dos fatores políticos insulares. Como plataforma giratória de pessoas, Cabo Verde é uma pátria de emigrantes, seja por força das contingências ou pelo espírito aventureiro tão típico da cultura cabo-verdiana (Madeira, 2015).

A República de Cabo Verde é um arquipélago localizado na costa ocidental africana, aproximadamente a 500 km desta, entre as latitudes 14° 23' e 17° 12' Norte e as longitudes 22° 40' e 25° 22' Oeste. O território estende-se num total de 4.033 km<sup>2</sup>, sendo que a Zona Económica Exclusiva (ZEE) de Cabo Verde estende-se por mais de 730 mil km<sup>2</sup>. O arquipélago de Cabo Verde é composto por dez ilhas e oito ilhéus, encontrando-se dividido em dois grandes grupos conforme a posição face ao vento alíseo do nordeste: i) Grupo de Barlavento, que integra as ilhas de Santo Antão, São Vicente, Santa Luzia, São Nicolau, Sal, Boa Vista e os ilhéus Raso e Branco e, ii) Grupo de Sotavento que agrega as do Maio,

Santiago, Fogo, Brava e os ilhéus Secos ou de Rombo (Gomes, 2008) e Teixeira e Barbosa 1958) apud Madeira, 2015, pp. 69-70).

Dada a sua posição geográfica privilegiada, a Coroa logo teve interesse em ocupar as ilhas, pois estas poderiam servir como ponto de apoio à navegação marítima portuguesa e ao estabelecimento e desenvolvimento do comércio com a costa africana, o que segundo Albuquerque, Magalhães e Alçada, (1991, p. 130) veria a ser o principal fator de desenvolvimento do arquipélago.

A colonização portuguesa começou logo após a sua descoberta; as ilhas de Santiago e Fogo foram as primeiras a serem povoadas. Inicialmente, o povoamento das ilhas seria à semelhança dos arquipélagos dos Açores e Madeira. No entanto, a adversidade climática, desde logo, revelou-se um grande obstáculo, bem como a distância da Coroa, o que levou a corte a estabelecer estratégias que motivassem a fixação dos brancos nas Ilhas de Cabo Verde, à época, (Lima, 2007; Albuquerque, Magalhães e Alçada, 1991).

Desta forma, Cabo Verde tinha, então, uma posição estratégica fundamental, não só para a exploração da costa africana e do caminho marítimo para a Índia, mas ainda para o tráfego de escravos, o qual conhece um período áureo entre os séculos XVI e finais do século XIX. Começara-se então a evidenciar a importância geoestratégica deste país como “um espaço arquipelágico, atlântico, periafricano, Saheliano”, (Correia e Silva 1996, 10), apud (Tavares, 2016, p. 11).

Face ao exposto, indubitavelmente, Cabo Verde revelou-se como uma passagem obrigatória na expansão marítima e no comércio triangular entre os continentes americano, africano e europeu. Assumiu um papel fulcral, como um território estratégico para os portugueses nas rotas do comércio internacional transatlântico, (Pereira, 2004). A importância de Cabo Verde não se verificou apenas no contexto das viagens portuguesas, mas também noutros países europeus envolvidos no episódio da expansão marítima.

## **1.2 Cabo Verde na Rota dos Acontecimentos do Atlântico**

O valor do arquipélago aumentou significativamente no século XVI, altura em que o tráfico de escravos aumentou, transformando-se numa pedra angular no processo triangular do tráfico de escravos entre África, Europa e América, ponto de escala, uma placa giratória. Por outro lado, a sua proximidade em relação à costa favorecia os contactos com o continente,

pelo que se tornou num depósito seguro da mercadoria antes de ser exportada para os diferentes destinos. Nesse comércio triangular, Cabo Verde desempenhou um papel essencial no tráfico de escravos, que se tornou numa das mercadorias mais importantes da sua economia, como afirma Didier Lahon (1999). Segundo Correia e Silva conforme citado em Tavares (2016), o pequeno país insular na zona Sub-saheliana emanou-se e impôs-se como um interposto incontornável neste processo. Embora não possuísse riquezas naturais, abundantes, e significativas, o maior êxito deste pequeno arquipélago foi a sua capacidade em desempenhar um papel ativo nas redes de troca e de circulação entre diferentes espaços, climas e civilizações dada a sua localização.

Daniel Pereira (2011) refere que vários navegadores terão feito nas suas viagens escala em Cabo Verde, muito por força da sua localização geográfica e pertinência que tinha na altura, nomeadamente: a armada de Vasco da Gama, Pedro Álvares Cabral, e Cristóvão Colombo. No entanto, a reta final do século XVI traria a decadência das ilhas com a emergência de novas potências europeias, fundamentalmente por causa da pirataria, prática essa que desencadeou certas vulnerabilidades no mar bem como em terra. Para este autor, ao longo da história, a geoposição de Cabo Verde desempenhou um papel de suma importância no Atlântico.

Os mares do arquipélago de Cabo Verde não tinham medidas securitárias, nem uma estratégia viável implementada para dar resposta aos constantes ataques, e, por conseguinte, o arquipélago estava à mercê dos piratas que operavam no Atlântico.

### **1.3 Cabo Verde do ponto vista da Constituição**

Cabo Verde é um Estado de Direito Democrático, i.e., de acordo com os números 1 e 3 do art.º 1º e o nº 2 do art.º 2 da Constituição, fundamenta-se na dignidade humana e na vontade popular. Do respeito pela dignidade humana emergem os direitos fundamentais, nomeadamente, o direito à vida, o direito à integridade física e pessoal, à liberdade pessoal, de expressão do pensamento, entre outros (art.º 28º, 30º, 48º, CRCV). Da expressão da vontade popular através, designadamente, do sufrágio, extrai-se a legitimidade da organização do Estado e do exercício do poder político.

A democracia cabo-verdiana é, em simultâneo, uma democracia liberal e uma democracia constitucional. Democracia liberal porque faz dos direitos invioláveis e

inalienáveis dos cidadãos o fundamento da comunidade humana, da paz e da justiça. E Democracia Constitucional porque pressupõe a subordinação do Estado à Lei, ou seja, impõe limites aos poderes do Estado, declara a igualdade de todos perante a Lei, impõe a independência dos tribunais e assegura a separação entre as Igrejas e o Estado.

A Constituição da República, aprovada no dia 25 de setembro de 1992, na sequência do 13 de janeiro de 1991 (abertura política), consagrou esses dois aspetos como fundamentais da Democracia. Foi um dos momentos marcantes na vida do povo cabo-verdiano e na história de Cabo Verde.

De facto, com a aprovação da Constituição de 92, Cabo Verde entrou na era das nações modernas e civilizadas, o que se reflete nos princípios e valores da liberdade individual, da democracia e do respeito pelo primado da lei.

Cabo Verde é um Estado unitário, republicano, e a forma de Governo do país é semiparlamentarista, em que o chefe de governo e o chefe de Estado são eleitos pelo povo para um mandato de cinco anos. O parlamento é unicameral, composto fundamentalmente pelos principais partidos políticos: o Movimento para a Democracia (MPD), o Partido Africano para Independência de Cabo Verde (PAICV) e a União Cabo Verdiana Independente e Democrática (UCID). Os órgãos políticos segundo a Constituição são: o Presidente da República, a Assembleia Nacional, o Governo que é dirigido pelo Primeiro-ministro), os tribunais e os órgãos do Poder Local. Os órgãos políticos como o Presidente da República, a Assembleia Nacional e as Câmaras Municipais são eleitos periodicamente por sufrágio universal, direto e secreto, como afirma Aristides Lima (2007).

Cabo Verde conquistou a independência em 1975 e durante os primeiros 15 anos experienciou o regime unipartidário (PAICV como partido único)<sup>1</sup>. A alternância política ocorreu em 1991 pelo Movimento para a Democracia (MPD) que governou durante dois mandatos, onde não houve motins nem golpes de Estado, nem outro tipo de conflito. Foi uma transação extraordinariamente pacífica, sendo que, em 2001, PAICV volta ao poder por um período de novamente 15 anos, e, finalmente, em 2016, o MPD superou PAICV nas urnas, sendo o atual partido que sustenta o Governo.

---

<sup>1</sup> Inicialmente foi PAIGC, posteriormente, com o golpe Estado na Guiné Bissau, em 1981, passou a PAICV. Vide Évora R. , 2001 A abertura política e o processo de transição democrática em Cabo Verde. Brasília: UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA.

## 1.4 As Vulnerabilidades de Cabo Verde no Domínio da Segurança

De harmonia com Antero de Matos (2012), Cabo Verde situa-se bem no coração do Atlântico, assim sendo, maior parte do seu território nacional é composto por oceano. A característica insular de Cabo Verde faz com que o oceano seja uma das maiores riquezas do país e um dos mais importantes desafios. Se por um lado, o posicionamento geográfico de Cabo Verde sempre se revelou importante na arena internacional, como ponto proeminente, uma plataforma internacional, por outro, também, acarreta certos problemas, isto é, algumas vulnerabilidades à segurança do território nacional de Cabo Verde advêm deste mesmo posicionamento. Segundo Adilson Tavares (2016) há que ter em consideração as vulnerabilidades<sup>2</sup> decorrentes deste mesmo posicionamento geoestratégico, particularmente as ameaças e os riscos para com a segurança nacional e eventualmente para Estados terceiros. Como já aludimos, este posicionamento geográfico, que auxilia as ligações intercontinentais, é também aproveitado pelas organizações criminosas transnacionais.

Conforme afirma Jorge Silva Landim (2011), existem inúmeras ameaças que podem afetar direta ou indiretamente a segurança pública e/ou a ordem pública pondo em causa a segurança e a estabilidade do próprio Estado, bem como de Estados envolventes. Em função destas vulnerabilidades e de acordo com o Conceito Estratégico de Defesa e Segurança Nacional, as principais ameaças são: o narcotráfico e o tráfico de seres humanos e de armas, a criminalidade organizada, o comércio ilegal (contrabandos diversos, falsificação de medicamentos, etc.), a imigração irregular, a depredação dos recursos marinhos, a pirataria, o terrorismo e, por fim, desastres marítimos<sup>3</sup>.

A natureza arquipelágica de Cabo Verde exige a sustentabilidade eficaz do plano estratégico de segurança nacional, pelo que, em janeiro de 2011, o Governo aprovaria o «Conceito Estratégico de Defesa e Segurança Nacional», cujos objetivos incidem em garantir a independência nacional, a integridade do território e a liberdade e a segurança das populações, contra qualquer agressão ou ameaça.

Em sùmula, o paradoxo geoestratégico de Cabo Verde que, por um lado, lhe confere potencialidades e por outro, vulnerabilidades, faz dele um ator internacional de valor acrescentado na arena internacional de segurança. De acordo com Almeida (1994), pode-se

---

<sup>2</sup> Principais Vulnerabilidades: a insularidade do país; a extensão e o formato da linha de costa; a grande dimensão do espaço marítimo nacional; instabilidade dos Estados vizinhos.

<sup>3</sup> Cfr Apêndice 1 p 77

dizer que o país tem um papel de extrema relevância no Atlântico, na criação de um sistema ativo para a paz e na cooperação (apud Tavares, 2016, p. 71).

## 1.5 Da África Continental

Não é muito raro ouvir e ou ler narrativas de que o continente africano historicamente é tido como buliçoso, com um historial de violência sangrenta, desde a fase pré-colonial, passando pela fase de lutas armadas pela independência que perduram até aos dias de hoje. Segundo Augusto Nascimento (2012, p.12), até há um tempo atrás os flagelos conflituosos em África tinham por base explicativa uma visão ideológica analítica colonialista, ou pelos seus sucedâneos, o neocolonialismo e o neo-imperialismo. Nascimento defende que a operacionalização da segurança requer uma reflexão prévia sobre a política e sobre a violência naquele continente. Aparentemente, a expressão privilegiada da conflitualidade política em África é a garantia do poder, e, é justamente os decisores que preconizam estes atos, com o uso da força para solidificar a hegemonia e consolidar o poder.

Reitera Paulo Pereira (2016) que os problemas extrapolam para além das fronteiras da escala regional e estende-se até à criminalidade organizada, o que muitas vezes dá azo a anarquia social. Reforça Nascimento (2012) que é preciso solidez e abordagens sistémicas, com base fiável, credível, exequível e operacionalização de ações em prol da segurança. O continente africano é de sobre maneira heterogéneo, e com um índice populacional elevadíssimo, paradoxalmente com grandes potencialidades. Todavia, enfrenta terríveis conflitos, fomes, secas, epidemias graves e duradouras, o que desencadeia vagas constantes de movimentos migratórios. Todos estes flagelos têm fortes reflexos na segurança continental e internacional.

Nascimento advoga que questões identitárias étnicas e religiosas configuram também parte de conflitos, afirmando que essas identidades se tornaram “(...) para o bem e para o mal, linhas divisórias não desprezíveis na luta pela sobrevivência nos espaços africanos” (Nascimento, 2011, p. 14). Vitor Rodrigues Viana (2012) defende que as causas dos conflitos, a promoção da paz e o desenvolvimento sustentável em África são, sem dúvida, alguns dos principais desafios que se colocam à segurança internacional devendo, por isso, ser debatidos na sua dimensão político-estratégica centralizados na realidade local. Ou seja, sem importar a magnitude da visão ocidentalista para um terreno tão fragmentado e fragilizado, mas sim percebendo os fenómenos locais e sobre eles atuarem atendendo à realidade local. Viana

admite que, hoje em dia, a pertinência de outros atores infra estatais e supra estatais, com capacidades para empregar a força e executar operações militares, assumindo características fluidas, assimétricas, e na maioria das vezes os objetivos não são claramente definidos, o que é preocupante e constitui problemas graves à segurança global e parte destes desafios advêm da África.

João Gomes Porto (2010), por seu turno corrobora de certa forma com Viana, reiterando que o uso abusivo de poder, a má governação, a corrupção institucional, seja passiva ou ativa, as práticas enviesadas de uma democracia utópica e exclusão ao mais alto nível, as condições precárias do desenvolvimento e reiteradas violações de direitos humanos, proliferação de armas de pequeno calibre e o nepotismo são evidentes no continente africano, aparecem como fatores do caudal da esmagadora maioria dos conflitos e violência continental.

O panorama de conflitualidade, associado ao subdesenvolvimento crónico de algumas regiões e países em África, acentua a fragilidade dos Estados e das próprias sociedades o que constitui um desafio maior à paz duradoura, ao desenvolvimento sustentável e aos direitos do Homem, situação que está a comprometer os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio naquele continente, advoga Viana (2012).

Em julho de 2002, em África do Sul, durante a Cimeira que deu origem à criação da União Africana (UA) em Durban, questões de relativa importância como a paz e a segurança continental estiveram na ordem do dia. A incidência dos debates desenrolou-se em torno da Comissão da UA, do Conselho de Paz e Segurança (CPS), e também da Presidência da UA. E daí a emanção do Conselho de Paz e Segurança, com uma nova estrutura securitária para a África, adianta Luís Gomes (2011).

O Protocolo do CPS representa uma certa mudança de paradigma no tratamento de segurança e paz no continente ao aprovar o Continental Early Warning System (CEWS), cuja missão é a prevenção, gestão e resolução de conflitos. O CPS funciona junto da presidência da Comissão, a fim de auxiliar na promoção da segurança coletiva. Atuando preventivamente, visa dar respostas imediatas nas operações de apoio à paz. O CPS pode também recomendar intervenções em Estados membros a fim de promover a paz, a segurança e a estabilidade. Criou-se ainda a Africa Standby Force, uma força de permanência constante de manutenção da paz em África, com competência operacional a nível continental para fomentar a Política Comum de Defesa e Segurança para África e por último o Conselho de Eruditos (ou ‘Pannel

of the Wise)<sup>4</sup>. Mesmo com a criação de todos estes órgãos promotores de paz e segurança em África, esta última, parece ser, de alguma forma, até então uma utopia.

África é rotulada por ser um território de violentos conflitos, que extrapola para além das fronteiras dos países hipocentro dos conflitos. África é ainda a região do mundo com maior número de missões de paz<sup>5</sup>.

Não obstante todo o esforço mobilizado por organismos internacionais de carácter regional (UA), e transacionais (ONU, UE), ainda hoje, em África, os conflitos violentos têm sido permanentes e constantes, em 2017-2018, sendo que os casos mais dramáticos são os da Líbia e os atentados terroristas no Burkina Faso, em março de 2018.

Com o fim da Guerra Fria esperava-se que a democracia alcançasse o seu esplendor no continente africano e, de certa forma, o renascimento político africano. Contudo, conflitos violentos têm sido gerados desde então até aos dias de hoje. África tem sido palco de grandes massacres como consequência de graves conflitos. O sistema securitário africano é complexo, e, por conseguinte, obriga as organizações internacionais a uma abordagem de grande envergadura e concertada adequada à realidade africana, para fazer face aos conflitos que emergiram desde 1963 (Apolo, 2015).

O contexto político e a segurança em África espelham uma abordagem peculiar e exigem o conhecimento do terreno e realidade concreta do continente. A heterogeneidade africana impera a fomentação de valores éticos e políticos que têm como centro da intervenção a pessoa humana, numa intervenção pragmática e cautelosa.

---

<sup>4</sup> Vide o art.º 4; 6; 7;12 e 13 do Protocolo sobre o Estabelecimento do Conselho de Paz e Segurança da União Africana

<sup>5</sup> Conforme o relatório sobre as operações de apoio à paz – o compromisso da UE com a ONU e a União Africana 28 de Abril de 2016, indica que 87 % do pessoal das Nações Unidas em missões de manutenção da paz está afeto a oito missões em África- <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+REPORT+A8-2016-0158+0+DOC+XML+V0//PT>- obtido em 25-11-2017



## 1.6 Relação de Cabo Verde com os Estados Vizinhos

Neste ponto, o propósito é de abordar a relação de Cabo Verde e os países vizinhos da África Ocidental, mais concretamente, da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental, doravante (CEDEAO).

Em virtude das fragilidades de alguns Estados-Membros, a instabilidade política e os conflitos endógenos e exógenos dos mesmos, o Governo de Cabo Verde equacionou a possibilidade do País manter-se ou não nessa comunidade. “Os debates centram-se essencialmente nas questões políticas e económicas e no aprofundamento da paz e da segurança na região” (Madeira, 2015, p. 60). Ainda segundo Madeira, em maio de 2015, estes debates reactivaram-se com a candidatura à presidência do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) por parte da então Ministra cabo-verdiana das Finanças e do Planeamento, Cristina Duarte, de onde saiu derrotada. No seu entender, um dos fatores fundamentais para a derrota é a fraca participação de Cabo Verde no contexto africano. Por isso, Cabo Verde deve centrar-se na geopolítica da África Ocidental de modo a que os seus interesses sejam efetivamente realizados. Porém, as questões culturais/identitárias, económicas, políticas e de segurança têm sido postas em cima da mesa quanto à presença de Cabo Verde na CEDEAO.

Indubitavelmente, do ponto vista governamental Cabo Verde é um caso de sucesso em África. De fato, Cabo Verde tem-se afirmado como um Estado exemplar em relação aos seus congéneres africanos, pelo facto de cultivar os princípios de democracia e de boa governação e uma cultura de paz. Madeira (2015) é perentório em afirmar que Cabo Verde deve ganhar maior relevância e notoriedade numa região abalada por fenómenos como o terrorismo, a ameaça à paz, à segurança e à estabilidade com especial realce para a ameaça do Estado Islâmico. Como forma de garantir a estabilidade e proteção perante as vulnerabilidades do seu território, a segurança do arquipélago deve ser uma das prioridades nacionais no atual sistema debilitado pela instabilidade vivida nesta sub-região.

A CEDEAO<sup>6</sup> foi criada em 28 de maio de 1975, com o Tratado de criação da Comunidade em Lagos, Nigéria. Atualmente é composta por 15 Estados-Membros: oito

---

<sup>6</sup> Os Estados-membros ocupam uma extensão territorial de 6,1 milhões de Km<sup>2</sup> e cerca de 300 milhões de habitantes. Segundo as projeções das Nações Unidas, a população da África Ocidental deverá chegar aos 550 ou 600 milhões de habitantes em 2050. É a região mais jovem do mundo. Além disso, com cerca de 5% da população mundial e com uma área superior a 40% da África subsaariana, a África Ocidental é a mais densamente povoada. (CEDEAO, 2015)

francófonos (Benin, Burkina Faso, Costa do Marfim, Guiné Conarki, Mali, Niger, Senegal e Togo), cinco anglófonos (Gâmbia, Gana, Libéria, Nigéria e Serra Leoa) e dois países lusófonos (Cabo Verde e Guiné-Bissau). A Mauritânia pertencia à Comunidade, porém, em dezembro de 1999, manifestou a intenção de sair e efetivamente em dezembro de 2000 retirou-se. Cabo Verde aderiu em 1976. (CEDEAO, 2015)<sup>7</sup>

A razão de ser da CEDEAO é promover a cooperação económica e política entre os Estados. De acordo com Fernandes (2011), conforme citado por (Madeira, 2015, p. 68), para além “ (...) de uma economia robusta e viável com o objetivo primordial de erradicar a pobreza, em virtude da pequena dimensão dos mercados nacionais e do insucesso dos planos de desenvolvimento da Organização das Nações Unidas para a África durante as décadas de sessenta e setenta”; outrossim, desenvolver por meio de cooperação dos pequenos Estados da região, uma estratégia única para a luta contra a opressão e dominação de forças internacionais.

O grande fundamento da criação da CEDEAO prende-se com questões económicas. Contudo, outros fatores de índole geopolítica, os conflitos na região (intraestatal) e golpes de estados passaram a estar em cima da mesa nos debates políticos, com o objetivo de procurar políticas de paz e segurança na região<sup>8</sup>.

A CEDEAO tem ainda hoje presente o embrião da sua criação, porém, é indiscutível que para atingir esse objetivo terá necessariamente que desenvolver uma cultura de paz e de segurança regional, de prevenção e a gestão de conflitos<sup>9</sup>; a consolidação da paz, a democracia e boa governação, são os meios para alcançar esse objetivo.

A qualidade de insularidade, o seu tamanho diminuto e a falta de recursos naturais poderiam tirar certo protagonismo a Cabo Verde no seio da Comunidade. Por outro lado, os desafios que Cabo Verde enfrenta no que concerne à segurança em detrimento do seu posicionamento geográfico, até agora não afiguram razão da sua retirada da CEDEAO. Isto porque dado a sua geolocalização, Cabo Verde está na rota das redes de narcotráfico e do terrorismo internacional, em particular, com a iminente ameaça do Estado Islâmico, o que

---

<sup>7</sup> Vide anexo 1 p 92

<sup>88</sup> A revisão do Tratado em 1993 permitiu alargar o âmbito assim como reforçar as competências da Direção dos Assuntos Políticos, Paz e Segurança necessárias por uma questão de realismo político, considerando os desafios decorrentes do aparecimento de conflitos na região (CEDEAO, 2015)

<sup>9</sup> Exceto Cabo Verde e do Senegal, todos os outros restantes Estados experienciaram instabilidade e conflito interno e golpe de Estado. Deram mote a imprescindíveis protocolos, mormente Protocolo da Não-Agressão (1978) e o Protocolo de Assistência Mútua na Defesa (1981).

constitui uma ameaça nacional bem como à segurança internacional. No entanto, não obstante essas vulnerabilidades, o arquipélago pode desempenhar um relevante papel na ligação da CEDEAO com o mundo. Efetivamente, Cabo Verde tem boas relações diplomáticas com a União Europeia, China, (Estados Unidos da América; e Brasil, entre outros. Essas relações podem ser veículos de afirmação da CEDEAO no mundo por intermédio de Cabo Verde.

Como se referiu anteriormente, a situação socioeconómica e política de alguns Estados Membros têm posto em causa a viabilidade da Comunidade. Do ponto vista de Manuel Amante da Rosa (2007), a revisão do Tratado em 1993 e que entrou em vigor em 1995, não proporcionou a eficácia pretendida. Adianta, no entanto, que há uma vontade política dos líderes dos seus Estados em tornar a Comunidade mais credível e competitiva do ponto vista económico, social e político e de garantir a paz social e a segurança da região.

Nota-se que os valores axiológicos da espinha dorsal que motivaram a criação da CEDEAO, ainda estão longe de ser um dado adquirido. No entanto, a integração de Cabo Verde nesta Comunidade ainda permanece. Isto tem gerado duas correntes de pensamento. Por um lado, os prós e por outro, os contras, dicotomia que acarreta inúmeras contradições. No entanto, não é objetivo deste estudo tomar uma posição. Não obstante, tendo em conta a problemática em investigação, corroboramos Madeira (2015), no sentido de que a importância da geopolítica de Cabo Verde é inequivocamente fundamental para a afirmação da CEDEAO no contexto internacional. Não obstante estas adversidade, de facto, a permanência de Cabo Verde nesta Comunidade é de importância para o país, a sub-região e mesmo a Comunidade Internacional.

Outrossim, (Zeollick 2011,) apud Tavares (2016) considera que, as vulnerabilidades de Cabo Verde no domínio de segurança e defesa, para além da natureza arquipelágica estão associadas à fragilidade dos Estados vizinhos que dissemina violência e criminalidade. Cabo Verde está envolvido por um conjunto de Estados com problemas crónicos de índole político, com um défice de democracia, com um histórico de guerras civis e golpes de Estado. Consequentemente ocorre uma falência social, e uma desagregação familiar que levam a uma emigração para se escaparem à precariedade social e condições de vida insuperáveis, desumanas. Por conseguinte, estas pessoas procuram muitas das vezes asilo em Cabo Verde, quer por via legal quer por via ilegal. Por outro lado, esta região tem uma população consideravelmente juvenil, o que acarreta fortes probabilidades de se envergarem no mundo da criminalidade organizada transnacional. Isto acaba por causar uma desagregação ainda

maior desta região e inevitavelmente sérias consequências à segurança e defesa de Cabo Verde<sup>10</sup>. As ilhas de Santiago, Boa Vista, Sal e do Maio estão sensivelmente a dois ou quatro dias de viagens da costa Ocidental África de piroga<sup>11</sup>.

### **1.7 Da Parceria Especial Cabo Verde – União Europeia (CV-UE)**

As relações existentes entre Cabo Verde e a União Europeia têm-se revelado vitais para o desenvolvimento e consolidação do país, em todos os aspetos, consubstanciando aquilo que é classificado de Parceria Estratégica. Trata-se de uma relação que tem vindo a crescer e a consolidar-se, a ponto de hoje ter atingido um patamar qualitativamente novo e inimaginável há pouco tempo atrás, e é uma mais-valia para Cabo Verde, com valor acrescentado em matéria da segurança. Olhando para a lei magna de Cabo Verde, a reciprocidade entre a UE e Cabo Verde é evidente, na medida em que ambos defendem valores como a democracia, os direitos dos homens, políticas económicas e governativas salubres, a paz, segurança e luta contra a criminalidade organizada em todas as vertentes.

Suzano Costa (2011) defende que as particularidades de Cabo Verde imperem que a política externa deste arquipélago seja um eixo estratégico para se afirmar na arena internacional. Por conseguinte, Cabo Verde depende de uma conjuntura política internacional estável, e daí dissolver as vulnerabilidades na esfera internacional.

A sobrevivência e afirmação internacional de Cabo Verde, enquanto potência insular, resulta, inevitavelmente, do investimento vantajoso na cooperação multilateral, com enfoque na sua política externa, obrigando a um reforço contínuo para manter a imagem e credibilidade de Cabo Verde no mundo. A ascensão de Cabo Verde a Países de Rendimento Médio é resultado deste esforço árduo ao longo destes anos. Por isso, segundo Suzano Costa “a necessidade do estabelecimento de parcerias estratégicas que sirvam de âncora à segurança e ao desenvolvimento do país; manutenção e o reforço das relações bilaterais com os parceiros tradicionais de desenvolvimento; a defesa da paz e segurança internacionais (...)” (Costa, 2011, p. 243) afigura-se como imperativa.

A assinatura do acordo da Parceria Especial entre Cabo Verde e a União Europeia aprovado, a 19 de novembro de 2007, pelo Conselho dos Assuntos Gerais e Relações Externas da UE, é um ponto essencial histórico assinalável para a política externa cabo-verdiana.

---

<sup>10</sup> Cfr Apêndice 2 p 84

<sup>11</sup> Tipo de canoa movida a remo, construída de um só tronco escavado, é primitiva e rústica.

Os vetores essenciais desse acordo assentam em 6 áreas, designadas de pilares, contudo, para efeito do presente trabalho a tônica é no domínio da boa governação, da segurança e estabilidade, defesa e combate às ameaças transnacionais. Para além destes, existem ainda: integração regional, convergência técnica e normativa, sociedade do conhecimento, luta contra a pobreza e desenvolvimento<sup>12</sup>. O corolário de tudo isto são os desafios comuns que estes dois atores internacionais enfrentam, bem como os laços histórico-culturais.

A chave-mestra desta Parceria resume-se em proporcionar estabilidade e desenvolvimento sustentável, governativo e securitário de Cabo Verde, com vista a cumprir o estipulado no art.º 7º da Constituição da República de Cabo Verde. A CRCV consagra que, a preservação dos direitos, liberdades e garantias fundamentais dos cidadãos, bem como os seus deveres são tarefas fundamentais do Estado. Na sequência da parceria e com base no pilar da segurança e estabilidade o Ministério de Administração Interna emanou dois documentos estratégico, sendo, o Plano Estratégico do Ministério de Administração Interna e a atualização do Plano Estratégico de Segurança Interna, conforme a Resolução nº 67/2014 de 26 de agosto.

## **1.8 NATO em Cabo Verde ou Cabo Verde na NATO?**

A geopolítica de Cabo Verde tem merecido uma especial atenção na comunidade internacional, bem como no mundo académico. Tem sido um fator de afirmação internacional de Cabo Verde na arena internacional, nisto a literatura é consensual. Segundo (Madeira, 2015, p. 59) “um grupo de investigadores procura compreender a geopolítica de Cabo Verde no contexto internacional” (...) sobretudo: Tolentino (2007), Fernandes (2008), Rocha (2008), Gomes (2009) e Costa (2011).

Atendendo a isso, tem-se vindo a falar de uma possível entrada de Cabo Verde na NATO. Pese embora não se reúna consenso nesta matéria; Adilson Tavares é perentório ao afirmar que “Cabo Verde dificilmente optará por uma entrada na NATO, por uma questão estratégica” (Tavares, 2010, pp. 123-125). Este autor justifica a sua tese com questões da política externa pragmática e marcadamente desenvolvimentista, reiterando que isso iria colidir com as relações que Cabo Verde tem com alguns parceiros, nomeadamente a China.

---

<sup>12</sup> Vide [https://www.governo.cv/documents/Parceria\\_especial\\_UE.pdf](https://www.governo.cv/documents/Parceria_especial_UE.pdf) - obtido em 07-03-2017

Porém, admite uma cooperação estratégica entre Cabo Verde e a NATO, mas não a hipótese da integração plena de Cabo Verde na NATO.

José Maria Neve ex-Primeiro-ministro de Cabo Verde afirmou numa entrevista ao diário português Público, em 10 maio 2005, que “não é descartável a hipótese de Cabo Verde se tornar membro da NATO” (ASemana, 2005). Contudo, salientou que isso é uma matéria complexa e sensível; o certo é que Cabo Verde está cada vez mais próximo desta organização internacional de índole securitária.

Domingos Dias Pereira Mascarenhas, (embaixador de Cabo Verde em Angola, em 2009) durante uma entrevista à Angop, afirmou que Cabo Verde descarta a adesão à NATO e UE. Todavia, admite cooperação com a NATO, caso do patrulhamento marítimo conjunto com a NATO, que permite fazer face a muitas ameaças transacionais (ANGOP, 2009).

O certo é que, em 2006, a NATO realizou um exercício militar em Cabo Verde, precisamente, em São Vicente, o Exercício da Força de Reação Rápida da NATO (NRF), denominado Steadfast Jaguar 2006 (Ministério da Defesa Nacional, 2007). E desde então as relações têm sido de cada vez maior proximidade.

Não obstante às divergências e à ambiguidade em torno de uma suposta ou não adesão de Cabo Verde à NATO, indiscutivelmente, a NATO continua a ser uma referência internacional na matéria de segurança, e sem sombra de dúvidas a cooperação Cabo Verde-NATO é uma mais-valia em matéria de segurança territorial em Cabo Verde. A localização geográfica de Cabo Verde é a moeda de troca neste sistema, o que faz dele um verdadeiro ponto de referência na segurança do Atlântico.

Ainda no âmbito da Segurança e Defesa Cabo Verde integra outras organizações internacionais, como a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) Carvalho e Nunes (2014). Dentro deste âmbito, a 25 de maio de 2007, o Conselho de Administração da Frontex e as autoridades de Cabo Verde deram mote a uma ampla cooperação<sup>13</sup>. Recentemente, em 25 de setembro de 2017, Cabo Verde e os Estados Unidos da América assinaram em Washington, o novo ‘Status Of Forces Agreement’ (SOFA) que vai permitir o combate do tráfico ilícito, segurança marítima, fornecimento e assistência humanitária na região da África Ocidental (Inforpress, 2017). Por outro lado, há ainda o caso da Espanha, do Brasil, Luxemburgo e a China com quem Cabo Verde tem acordos e boas relações no domínio

---

<sup>13</sup> Cf. [http://frontex.europa.eu/assets/Partners/Third\\_countries/WA\\_with\\_Cape\\_Verde.pdf](http://frontex.europa.eu/assets/Partners/Third_countries/WA_with_Cape_Verde.pdf) - obtido em 28-11-2017

da segurança. E por fim, Portugal, um país com laços histórico-culturais com Cabo Verde é inequivocamente um dos maiores parceiros de Cabo Verde nesta matéria com várias parcerias, nomeadamente o Programa Estratégico de Cooperação Portugal-Cabo Verde <sup>14</sup>.

Em jeito de conclusão capitular, pode-se aferir que, após esta análise sobre a localização geográfica de Cabo Verde, e da sua geopolítica no Atlântico, Cabo Verde desempenha um papel de integrador desta região, entre a África, Europa e América. O espaço Atlântico é extremamente heterogéneo, com vários estratos de desenvolvimento, e níveis de segurança. Cabo Verde apresenta uma ambivalência no que tange à sua localização geográfica, vulnerabilidades e potencialidades. Porém, apesar destas debilidades é um caso de sucesso em África. A qualidade de Cabo Verde como a pedra angular no relacionamento e segurança neste sistema triangular continental, só irá manter-se se e só se, Cabo Verde continuar com esta imagem de boa governação, de estabilidade político-social, com política consentânea, sobretudo pela necessidade de se proteger perante as ameaças transnacionais e ter aliados quer do ponto vista histórico-geográfico, bem como económico. Desta forma, reforça ainda mais a sua credibilidade no seio da comunidade internacional, com as suas cooperações e parcerias a diminuir as suas vulnerabilidades.

---

<sup>14</sup> Sobre este assunto consultar Programa Estratégico de Cooperação Portugal Cabo Verde 2017-2021 em [http://www.instituto-camoes.pt/images/cooperacao/pec\\_cv\\_1721.pdf](http://www.instituto-camoes.pt/images/cooperacao/pec_cv_1721.pdf)



## Capítulo II - Segurança

### 2.1 Conceito de Segurança

Neste ponto, pretende-se aludir ao conceito da segurança. A mutabilidade dos fenómenos mundiais e as crescentes ameaças cada vez mais difusas e complexas, têm motivado várias reflexões dos pensadores deste conceito em diversas vertentes.

“A segurança é um conceito amplo e sem significado único” (Santos, 2016, p. 107), assim sendo, este “(...) é cada vez mais polissémico, contestado, ambíguo e complexo” (Elias, 2011, p. 3). Também se caracteriza por ser multidimensional e não reduzível a uma unidade conceptual.

O sentimento implícito de segurança no subconsciente do Homem é uma realidade dos primórdios da sua História, pois sempre se procurou criar mecanismos de garante de segurança. De uma forma rudimentar faziam avaliação de riscos e adotavam medidas para se protegerem. De harmonia com Elias (2011, p. 25), o debate em torno da segurança não é um fenómeno contemporâneo, pois remonta à Antiguidade Clássica.

Conforme Alexandre Reis Rodrigues (2013, p. 1), nunca, como hoje, no mundo inteiro, foi tão explícito o interesse pelos estudos de segurança como atualmente. Num pretérito recente, o estudo de segurança cingia-se apenas ao ensino militar *hardpower*, onde o enfoque era direccionado para a visão estratégica da defesa e segurança do Estado<sup>15</sup>, numa lógica mais territorial. Subjacente a esta ideia, o paradigma das ameaças tinha fundamentalmente a sua génese no cariz militar. Contudo, com os últimos acontecimentos propulsionou-se um alargamento e aprofundamento do conceito de segurança.

A queda do muro de Berlim, a desagregação da União Soviética, o fim da aliança dos países do Pacto de Varsóvia e o fim da Guerra Fria marcaram a história da humanidade (Elias 2011, p. 12). Por um lado, o anseio por uma segurança e pacificidade eterna, por outro, a utopia que logo se revelou, Álvaro Moreira dos Santos (2016, p. 108). Igualmente, o 11 de

---

<sup>15</sup> A conceção clássica do Estado atribui-lhe o monopólio legítimo do uso da força, num primeiro momento, o Estado era único garante da segurança, contudo, outros atores concorrem, hoje, para fornecer a segurança (Segurança Privada). No entanto, o Estado continua a ser o principal fornecedor de segurança. (Luís Fiães Fernandes, 2014, p. 9)



setembro de 2001 e o fenómeno da globalização, têm posto em causa a conceção da segurança (Escorrega 2009, pp. 2-3). Impulsionaram a reflexão em torno do alargamento e alcance do conceito de segurança, rejeitando a ortodoxia tradicional dos estudos de segurança.

De ponto de vista conceptual a segurança admite várias aceções, tonando-a ambíguo e polissémico. Esta dificuldade em conceptualizar e operacionalizar este vocábulo tem muito a ver com os acontecimentos globais que marcaram o mundo neste domínio em concreto e também a própria área de estudo dos autores e formação académica, ideia coroada por Elias (2011, p. 31).

Segundo, Guedes e Elias (2012), presentemente, a segurança ganhou novos contornos, e tem estado na ordem do dia nos discursos internacionais. Porém, se está longe de um consenso relativamente à definição deste conceito, ou seja, o seu alargamento e alcance deram-lhe um carácter polissémico.

No “novo” mundo tido como global, ou sociedade de risco, de acordo com Ana Marques Xavier (2010, p. 98), tem novos temas, novas ameaças e novos atores desafiam os Estados Soberanos que se assumem como os próprios guardiães exclusivos da segurança dos indivíduos. Esta ideia do Estado Soberano remete-nos para a ideia da conceção clássica do Estado dos autores do contratualismo<sup>16</sup>. O Estado como detentor do monopólio exclusivo do uso da força e o único ator do garante da segurança.

Ana Paula Brandão cit in (Elias, 2011, p. 15) advoga que, “a segurança é a busca da libertação relativamente à ameaça, e resulta da interação entre as vulnerabilidades de uma unidade e as ameaças que a mesma enfrenta”

Por seu turno, Booth (2005: p. 13) citado por (Santos, 2016) refere que a segurança admite a ideia de “estar ou sentir seguro perante ameaças ou perigos”. Nesta definição é bem explícita a ambiguidade do conceito de segurança, ao remeter para mais dois conceitos de igual modo, polissémicos e controversos (ameaças ou perigos e para muitos autores engloba ainda o termo risco que, mais adiante iremos abordar). Costa e Melo (1975, p. 1288), citado por (Carvalho, 2015, p. 6), afirma que a segurança, etimologicamente deriva do latino *securitas* ou *securus*, significando “ausência de perigo, tranquilidade de espírito, caução, firmeza”.

Em virtude do surgimento dos tais novos atores internacionais, sejam eles estaduais, não-governamentais, infra estaduais, supraestaduais, de carácter hostil ou não, a segurança

---

<sup>16</sup> Hobbes (1588-1679), Locke (1632-1704), Rousseau (1712-1778)

deixou a âncora estadual e assumiu novos axiomas. Incorporou na sua matriz a segurança humana, societal, o homem no hipocentro da segurança a par do estado. Por outro lado, as ameaças e os riscos, deixaram de ser essencialmente de cariz governamental, e hoje são pouco convencionais e mutáveis, assimétricos e imprevisíveis, não tendo base territorial fixa, salienta L. Elias (2012, p. 4).

Do alargamento do conceito de segurança, inequivocamente, o seu auge, atualmente, é a inserção do termo Segurança Humana, centrado no indivíduo e no grupo sem se esquecer da biosfera<sup>17</sup>. Este alargamento horizontal veio dar nova consistência por um lado, e, por outro, trouxe para cima da mesa maior ambivalência do conceito.

O termo “segurança humana” foi introduzido oficialmente na corrente de estudos da segurança, em 1994, pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) sobre o desenvolvimento humano (PNUD, 2013, p. 39). Isto porque na década de 90 a pessoa humana está no centro de tudo, ao invés do Estado e a sua soberania. Uma vida livre de ameaças aos direitos vitais, erradicando as vulnerabilidades sociais, voltada para a dignidade humana, o núcleo central da vida.

Ana Paula Brandão, citada pelos autores Guedes e Elias (2012), na sua aceção faz uma abordagem da segurança centrada na pessoa humana, ao rejeitar o primado que vigorou durante décadas, da segurança ser centralizada no Estado. Evidencia que, hoje em dia, a segurança humana é um dos pilares incontornáveis no domínio da segurança. Para esta autora não se trata de negar a segurança do Estado, mas sim de considerar que a segurança do Estado não é em si segurança do indivíduo, nem descurar da pertinência da importância da segurança nacional ou estatal.

Desta forma, houve uma redefinição do objeto de segurança, num mundo em mutação acelerada, em que alguns conceitos se tornam fugazes. A segurança por sua vez tem uma conceção holística, engloba tudo que periga o indivíduo, de forma transversal; segundo (Guedes e Elias, 2010, p. 30) “tornou-se um conceito de banda larga”.

O conceito de segurança é uma condição *sine qua non*, não haverá um desenvolvimento sustentado, uma economia liberal e sadia, nem tão pouco efetividade dos demais Direitos Fundamentais, da Democracia e da essência de um Estado de Direito Democrático. É um corolário de paz, liberdade, independência, autonomia, soberania e integridade do território. É em si mesmo um objetivo do Estado, uma Tarefa Fundamental do Estado e um Direito

---

<sup>17</sup> Lê-se Segurança ambiental

Fundamental, à luz da Constituição. Contudo, continua com as peculiaridades de ser “Contested concept<sup>18</sup>”. “Se não há segurança, não há prosperidade, não há liberdade, não há garantias individuais nem um Estado de Direito” (Rodrigues, 2013, p. 4).

De acordo com Elias (2012), atualmente o mundo é caótico e há uma forte tendência para a convergência das vertentes interna e externa da segurança, a denominada grande segurança. Por outro lado, um esforço incessante na criação de uma cultura securitária na base de cooperação, onde os Estados procuram estancar os problemas nos territórios longínquos, o que o autor designa de “Controlo Remoto”. Na sua ótica, a segurança deixou de ser um assunto interno de cada Estado e passou a ser à escala regional e ou mundial, extrapolando as tradicionais fronteiras dos Estados. “Atualmente o principal caminho para a segurança nacional é a cooperação internacional” (Elias, 2012, p. 6), isto porque, as ameaças e riscos ignoram as fronteiras dos Estados, o que para J. Fernandes (2014, pp. 70-71) obriga a uma segurança colectiva, comum e cooperativa.

## 2.2 As Correntes de Segurança Realistas e Liberais

Os acontecimentos marcantes no mundo geoestratégico deram mote a uma reflexão e o debate alargado sobre o conceito de segurança, um anseio exacerbado a uma ideia de uma paz e segurança unipolar duradoura, o que levou Fukuyama a precipitar o fim da História.

Nesta senda, emergem as correntes teóricas, as várias abordagens científicas, os dissemelhantes autores, e uma nova hermenêutica na área política-académica dos vários líderes mundiais, regionais, nacionais e locais em procurar conceptualizar e redefinir o termo segurança.

No contexto chamado Grande Guerra, emergiram algumas correntes teóricas no domínio da segurança ligadas às relações internacionais, a procurar explicar determinados fenómenos, consequência da ação humana. Desta forma, procuram analisar o conceito da segurança nas suas diferentes concepções e em contextos distintos.

Conforme afirmam Reis (2016, p. 13) e Elias (2011, p. 40), nas Relações Internacionais, a teoria realista<sup>19</sup> é, manifestamente, aquela que mais se venceu,

---

<sup>18</sup> Cfr DAVID A BALDWIN (1997, pp. 5-26). The concept of security. *Review of International Studies*.

<sup>19</sup> Esta corrente tem o seu embrião em Nicolau Maquiavel O Príncipe (1531) Maquiavel vê o poder do Estado como uma forma de domínio, afirmação e conquista de mais poder. Thomas Hobbes, para este autor o fundamento do Estado e a segurança e paz, vê o homem no estado da natureza, o que torna o homem um ser violento, em constante conflitos, todos estão em constantes perigo e risco, a única forma de escapar ao estado na

essencialmente, entre os anos 60 e 70 do século XX. Com o fim dos conflitos surgiu a necessidade do Estado garantir a sua sobrevivência e de fomentar a segurança nacional. Esta corrente que coloca o Estado no centro ganhou preponderância. Com isso, pode-se afirmar que o núcleo central desta teoria é o poder do Estado para evitar a anarquia.

Esta corrente tem as suas raízes na Antiguidade Clássica. Neste sentido, os Estados temem pela sua segurança e soberania e por isso, entram em guerra como forma de garantir a sua segurança territorial e nacional. Ou seja, com medo de perder a autoridade e de uma ausência de organização e controlo político-social, o Estado procura reforçar cada vez mais o poder, numa lógica defensiva. O poder é tido como um instrumento através do qual os Estados garantem sua sobrevivência no meio internacional, alude Reis (2016, p. 5).

De acordo com Reis (2016) e Elias (2011), esta corrente é caracterizada da seguinte forma: possui uma visão pessimista sobre a natureza humana, afirmando que as RI, historicamente, são conflituais; defende a sobrevivência dos Estados, a segurança das fronteiras, a segurança física ou nacional; é cética quanto à transformação de uma política internacional aplicada no contexto interno da maioria dos Estados, consideram o Estado unitário, no seu todo, a quem pertence o aparelho securitário, isto é, a questão securitária prende-se com a integridade física do território e da soberania estatal; existência de uma anarquia internacional, de onde emergem as ameaças; a diplomacia e a força militar são instrumentos de garantir a segurança, e uma sociedade internacional anárquica<sup>20</sup>. Ideias também sufragadas por (Elman, 2008, p.17) convenientemente citado por Dantas (2014, p. 117) e por Ana Paula Brandão (2011, p. 13).

Para os Realistas, as RI são essencialmente relações entre Estados, onde os demais atores têm pouca importância. As RI são conflituosas, a segurança cooperativa é rara, isto é, só em grupos reduzidos de Estados é possível haver uma cooperação securitária. Defendem que os Estados só podem contar com a sua exclusiva capacidade no que concerne às RI.

Em suma, os realistas são céticos quanto à filantropia do sistema internacional, pois caracterizam-na como um espaço conflituoso de disputas constantes pelo poder, cuja motivação é o anseio pela segurança do território físico do Estado. Assim sendo, segundo Elias (2011, p. 51), os protocolos, tratados internacionais, acordos (...) são escrupulosamente

---

natureza é a instituição de um Estado Sobreano, cujo uma das tarefas é garantir a segurança e a paz pública (Elias, 2011).

<sup>20</sup> Este conceito neste contexto significa ausência de governo efetivo no sistema internacional, não transite a tradicional ideia de desordem e caos. (Dougherty & Pfaltzgraff, 2003: 46), citado por Elias.

violados quando colidem com interesses nacionais. Os realistas defendem que a segurança se projeta de dentro para fora, ou seja, segurança interna para a externa.

Contrariamente à corrente supra, emergiu uma outra filosofia de pensamento das RI, face aos estudos de segurança: os Liberais. O Liberalismo é nas palavras de Elias (2011), uma perspetiva relativamente mais flexível que as conceções realistas, sobretudo, porque o objeto de estudo desta corrente tem como referencial o indivíduo, com a tónica na segurança societal, o que desde já é um ponto de divergência da corrente realista. Por outro lado, é evidente que, os Estados liberais e democráticos não se estribam no *hard power* na resolução de conflitos, confiam-se mutuamente, procuram pela via de diplomacia cooperativa e negociações a resolução de conflitos, conforme (Navari apud Dantas, 2014, p. 122).

De acordo com Teixeira Fernandes (2009, p. 83), citado por Elias (2011, p. 52), tem a sua espinha dorsal na tradição internacionalista de Woodrow Wilson<sup>21</sup>, por influência do pensamento de Immanuel Kant. Emergiu por volta da década de 20 do século passado, objetivando moldar as RI para uma cultura de paz, liberdade e prosperidade, segundo as premissas de um Estado de Direito Democrático. Surgiu em oposição aos egocentrismos eurocêtricos posteriores ao colonialismo. Esta corrente tem as suas raízes na Grécia Antiga<sup>22</sup>.

Sumariamente, nas palavras de Dias e Samões (2016) e Elias (2011, p. 54) as características fundamentais desta corrente são a defesa de existência de organizações supra estatais com capacidade crescente para agirem, aceitação por parte dos Estados da interdependência, mesmo que para isso tenham que reduzir a sua autonomia o facto de os Estados de Direito Democráticos raramente entram em conflito entre si, pois todos perfilham do mesmo aparelho político; a expansão do capitalismo, da democracia e do desenvolvimento que abre lugar a uma pacificidade entre os Estados; as questões económicas e de desenvolvimento que ocupam um lugar tão importante quanto a segurança nacional.

Assim sendo, eles acreditam numa estrutura internacional sem conflitos e sem egoísmos, com base nos acordos internacionais, mecanismos pelos quais regem os estados signatários. Desta forma, há transparência nas relações, ausência de riscos extremos e confiança, o que conduz a boas práticas, procedimentos uniformes nas relações e evitar prejuízos para a segurança local, regional e internacional. Têm uma visão otimista das organizações internacionais de âmbito público e de grupos privados internacionais, afirma Elias (2011, p.

---

<sup>21</sup> Político e académico americano foi o 28º Presidente dos Estados Unidos, entre 1913 a 1921.

<sup>22</sup> Os marcos da literatura para esta afirmação remetem para a obra Política Aristóteles, bem como no Cristianismo medieval, em S. Tomás de Aquino, adianta Elias (2011, p. 5)

56). Com isso, é notório que o enfoque da segurança nesta corrente é a pessoa humana, ao invés do Estado.

Diante de tudo que foi exposto, as teorias de RI analisam a segurança em perspetivas diferentes. Assim, constata-se que a segurança nestas duas correntes não é harmónica, sendo, de uma certa forma, complementares. É necessário perceber o contexto, isto é, em determinados momentos, a segurança humana, em outros a segurança estatal e por vezes até mesmo planetária.

### **2.3 Do Conceito de Ameaça, Risco e Ameaças Híbridas**

Conforme se viu no início deste capítulo, a segurança é um conceito ambíguo, no entanto, tem na sua génese questões como a ameaça e/ou risco. Nesta senda, aparecem-nos mais dois conceitos de extrema importância, desta feita, a ameaça e o risco.

O conceito ameaça é polissémico; a ameaça pode ser interpretada como um facto nefasto ou um perigo por vezes disfarçado, sem se revelar. Porém, com base nos indicadores e informações pode-se adotar um plano de prevenção prévia. Uma ameaça pode ter várias fontes de procedência, genericamente, é tudo que põe em causa o bem-estar social, e que altera o *status quo*.

Conforme ensina Luis Fiães Fernandes (2014, p.18 ), historicamente e sumariamente a ameaça é entendida em função das possibilidades e intenções de um determinado ator racional. Assim sendo, este ator motivado e com capacidade perpetua um ato hostil contra um alvo sem vigilância e daí explora as suas vulnerabilidades. Conforme o mesmo autor, a falta de um destes componentes deita por terra a existência de uma ameaça. Isto é, qualquer ato ou uma ocorrência de índole lesiva são vistos como uma ameaça.

Na linha de pensamento de Fiães Fernandes, é manifestamente insuficiente e de uma certa forma redutor afirmar que o grau da ameaça se circunscreve exclusivamente tendo por base as intenções e capacidades do agente hostil em detrimento das vulnerabilidades do um ativo. Deste modo, o autor alerta que a configuração clássica representativa da ameaça está de certa forma desatualizada. Ou seja ,outras variáveis, atualmente, têm sido levadas em considerações quando se quer definir a ameaça<sup>23</sup>.

---

<sup>23</sup> Segundo Fiães Fernandes para além dos fatores supra, há a considerar: as motivações, os valores em jogo, as possibilidades, o valor do alvo, o binómio tempo e espaço. Contudo, ele vai mais longe ao afirmar que se deve ponderar ainda: os facilitadores da ação bem como os promotores da ação. Para uma melhor compreensão do assunto, recomenda-se a leitura do livro do mesmo autor: *Intelligence e Segurança Interna*.

Segundo a publicação “Pensar a Segurança e Defesa” cit in Alexandre Rodrigues, (2013) a “ameaça é sempre um ato ofensivo, uma antecâmara de agressão, portanto uma realidade estratégica sem ser ainda guerra”

Assim sendo, uma ameaça corresponde a um perigo em concreto que pode ser avaliado com uma certa exatidão, ao analisar a capacidade de um ator hostil em efetivar um ato hostil e da vontade em materializar o ato - avaliação da ameaça, ideia defendida por Alexandre Rodrigues (2013).

O termo risco é relativamente recente, porém, tem tido atualmente lugar de destaque na sociedade contemporânea e nos debates públicos, tornando-se um fator predominante na tomada de decisões dos decisores políticos. Segundo Fiães Fernandes (2014) o risco tornou-se um fator proeminente na última década. O risco é um conceito aberto, ambíguo com diferentes aceções, e, nas palavras do autor supracitado, o sentido do risco tem sofrido alterações ao longo do tempo. “O risco pode ser definido como a combinação da probabilidade de um acontecimento e das suas consequências” (Ferreira, 2003). Conforme a mesma fonte, o risco é visto em duas dimensões: positiva e negativa. Em concordância com Escorrega (2009, p. 7) o conceito de risco é indissociável das ideias de probabilidade e incerteza. Na sociedade contemporânea, a polissemia do conceito é uma característica intrínseca do conceito de risco. Normalmente refere a um amplo leque de situações de incerteza, associadas a qualquer evento negativo que poderá ocorrer. A segurança não está imune aos riscos, por outras palavras, no contexto social a segurança é um dos fatores mais afetado pelos riscos.

Por seu turno, José Matos Torres (2015, p. 9) adianta que, “o risco consiste na probabilidade de uma determinada ameaça explorar uma vulnerabilidade potencial do sistema resultado de um determinado impacto num ativo crítico para a missão e objetivo de uma entidade, instituição ou nação”. Para Matos Torres o risco conjuga-se com a probabilidade do sucesso de um determinado tipo de ameaça e o impacto cronológico do mesmo, sendo médio/longo prazo. O que no seu entender pode haver é um risco elevado e uma baixa ameaça, mas o contrário também se verifica, isto é, um risco baixo e uma ameaça elevada.

Conforme Fiães Fernandes (2014), na ótica policial, o risco é visto com concretização de um facto danoso, cuja premissa policial é evitar que este evento ocorra: nisto consiste a prevenção. Caso esta primeira linha falhe, tenta-se mitigar os danos e pôr fim imediato ao evento danoso, ou seja, repressão. O nível de risco que impere sobre um determinado alvo



deve ser analisado em função da probabilidade de efetivação de uma ameaça em concreto, que explora as vulnerabilidades do alvo e as consequências da concretização da ameaça.

Assim sendo, o risco é visto como a probabilidade de consequências nefastas, ou determinadas perdas, que pode não ter caráter necessariamente hostil racional, o que o afasta do conceito da ameaça, porque esta pressupõe uma intenção, ou seja, um agente racional.

No ensinamento dos dois autores, atualmente, na arena internacional cada vez mais se fala de risco em vez de ameaça. O risco é um conceito mais abrangente enquanto o da ameaça é mais restrito. Por outro lado, a gestão de riscos é um elemento central na gestão da decisão e estratégia a adotar face a um evento em concreto. O ponto fundamental de uma boa gestão de riscos consiste: identificação, descrição e tratamento dos mesmos, com base numa análise metódica dos riscos em que o objetivo é obter vantagem na abordagem ao facto danoso em curso. A gestão de risco aumenta a possibilidade de êxito e reduz tanto a probabilidade de fracasso como a incerteza da obtenção de todos os objetivos. Uma boa gestão de riscos exige um processo ininterrupto e cuidadoso em constante evolução aplicado à estratégia e à operacionalização da mesma.

Matos Torres (2015, p.15) afirma que, por maior que seja o investimento e o planeamento na área da segurança, é manifestamente impossível reduzir o risco a zero. Matos Torres defende que as imprevisibilidades/surpresas são variáveis por vezes incontroláveis pelo homem. Para Fiães Fernandes (2014, pp. 18-24) a avaliação do risco visa informar os decisores, com vista a fazer uma boa gestão dos recursos, tendo em referência a lógica custo-benefício, bem como as áreas de maior vulnerabilidade e a pertinência do risco e o grau da ameaça. Riscos e ameaças aparecem invariavelmente associados a vulnerabilidades, sendo estes o “calcanhar de Aquiles” que um agente antagónico explorará para materializar uma ameaça ou que dificultem a capacidade de fazer face aos riscos. Ou seja, o agente hostil explora essas vulnerabilidades e assim consegue os seus intentos.

Nos dias que correm, os Estados têm-se deparado progressivamente com novos desafios. A falência da fronteira clássica, consequência da globalização, fez com que ficassem expostos a vários riscos e ameaças que englobam ações hostis de várias naturezas, bem como dissemelhantes atores, cujo objetivo é de destabilizar uma região ou um Estado. Nos últimos anos, a biosfera de segurança mudou completamente, consequência dos vários fenómenos que marcaram a história da humanidade. Temos assistido a um aumento da universalização das ameaças, conforme afirma J. Fernandes (2014).



Hoje em dia, o conceito de ameaça extrapola a fronteira clássica convencional que durante muito tempo foi associado a ameaças militares, o que originou um novo conceito, desta vez, as ameaças híbridas.

“As ameaças híbridas referem-se a um misto de atividades, com a frequente combinação de métodos convencionais e não convencionais, que podem ser utilizados de forma coordenada por parte de intervenientes estatais e não-estatais, permanecendo, porém, abaixo do limiar de uma guerra formalmente declarada. O seu objetivo é, não apenas causar danos diretos e explorar vulnerabilidades, mas também desestabilizar as sociedades e criar incerteza no processo de tomada de decisões” (Comissão Europeia, 2016). Essas ameaças com base não militar filtram as fronteiras e concomitantemente perigam a estabilidade social e política dos Estados. Na leitura de Viana (2003, p.4) in Garcia (2006, p. 344) “não foi tanto a tipologia da ameaça que mudou, o que mudou foram os métodos utilizados”. Garcia (2006) defende que essas ameaças advêm dos novos atores que atuam no sistema internacional, e que procuram iludir ou evadir-se às autoridades formais, não permitindo quaisquer negociações.

O propósito das ameaças híbridas não se limita apenas em provocar danos e medo ao explorar as fragilidades do ativo, mas, igualmente, causar desestruturação social e instaurar incerteza e inquietação psicológica bem como minar o processo de tomada de decisão. Portanto, para cada risco e ameaça deve-se clarificar a probabilidade da sua ocorrência, e o impacto que daí advém.

## **2.4 Sistema de Segurança Nacional de Cabo Verde**

De acordo com J. Fernandes (2014, p. 19), o surgimento de novas ameaças de índole global, e os seus reflexos exigem respostas que passam pela redefinição dos temas da segurança, consequentemente, pela conceção e coordenação de renovadas políticas de segurança.

Nesta senda, J. Fernandes (2014, p. 19) afirma que as ameaças transfronteiriças mormente: o terrorismo, a proliferação de armas de destruição massiva, internacionalização do crime organizado, levaram a um ajustamento e adaptação das tradicionais políticas de defesa externa e de segurança interna, com vista a responder eficazmente às novas ameaças. Assim sendo, a visão tradicional de separação da segurança interna e externa, é atualmente de uma certa forma algo obsoleta. Por isso, “a clássica distinção entre a segurança externa e interna dos Estados esbateu-se (...)” (Fernandes J. J., 2014, p. 15).

O novo contexto da segurança quer nacional quer internacional, assim como as novas ameaças e riscos, levaram a que Cabo Verde efectuasse uma série de reformas no sistema de segurança, para fazer face às ameaças transnacionais, nomeadamente: o narcotráfico, terrorismo e o tráfico de pessoas e armas. Desde logo, com a publicação do Decreto - Legislativo n.º 6/2005, de 14 de novembro, criou-se a Polícia Nacional (PN) que integrou todos os ramos de polícias numa PN<sup>24</sup>. Por outro lado, tem se verificado reformas na Polícia Judiciária (PJ), bem como nas Forças Armadas (FA)<sup>25</sup>, e, da mesma forma nos Serviços de Proteção e Socorros-Proteção Civil.

O auge destas reformas é inequivocamente a criação do Sistema de Segurança Nacional. O Decreto-Lei n.º 51/2013-Boletim Oficial (BO) n.º 69, I Série<sup>26</sup>, cria o Sistema de Segurança Nacional (SSN). Na senda do estipulado no Conceito Estratégico de Defesa e Segurança Nacional<sup>27</sup> relativamente as novas ameaças de carácter difusa e crescente diluição das fronteiras entre as duas vertentes da segurança antes aludidas, obrigou Cabo Verde a estabelecer um sistema que garantisse maior interoperabilidade entre as entidades que concorrem para a segurança do país.

Segundo o art.º 2º do Decreto-Lei n.º 51/2013, “o SSN visa a utilização coordenada e integrada das forças e serviços de segurança destinadas à prevenção e proteção contra riscos e ameaças à população e ao património, à repressão de atos hostis e ilícitos, bem como à assistência, socorro e ajuda às populações vítimas de atentados ou outras catástrofes”. Por seu turno, o art.º 3º estipula as Forças e Serviços Segurança (FSS) que integram o SSN<sup>28</sup>.

Conforme se extrai do art.º 4º, com a epígrafe “Orgânica do Sistema de Segurança Nacional”, dela fazem parte: o Concelho de Segurança Nacional, a Comissão de Coordenação de Segurança, o Conselheiro de Segurança Nacional do Governo e por fim o Gabinete de

---

<sup>24</sup> Polícia de Ordem Pública (POP), Guarda Fiscal (GF), Polícia Marítima (PM), Polícia Florestal (PF). Antes da entrada em vigor deste diploma cada uma das forças operavam separadamente, atualmente a estrutura policial em Cabo Verde é única, na dependência do Ministro da Administração interna, dirigida por um diretor nacional, coadjuvado por dois diretores nacionais adjuntos para as áreas operacionais e logísticas e financeiro.

<sup>25</sup> Em 2001, começou a reforma nas FACV, a reforma funda-se fundamentalmente no que concerne ao papel das FACV, Cfr [http://www.governo.cv/documents/Jornal\\_n22Outubro\\_2011.pdf](http://www.governo.cv/documents/Jornal_n22Outubro_2011.pdf)- obtido em 12-01-2018.

<sup>26</sup> Cujas primeiras alterações foram introduzidas pelo Decreto-lei n.º 29/2017.

<sup>27</sup> Aprovado na resolução n.º 5/2011 e publicado no Boletim Oficial I série n.º 3 de 17/01/2011, o CEDSN é um instrumento de planeamento estratégico que permite ao estado fazer face aos grandes problemas e desafios que o sector de segurança nacional engloba. Cfr [http://www.governo.cv/documents/Jornal\\_n22Outubro\\_2011.pdf](http://www.governo.cv/documents/Jornal_n22Outubro_2011.pdf), entrevista do ex-Ministro da Defesa Nacional de Cabo Verde em 2011. O CEDSN começou a ser desenhado em 2003, dado à complexidade do documento passou por enúmeras discussões até ser aprovado em 2011. Obtido em 13-01-2018.

<sup>28</sup> Cfr o art.º 3º do Decreto-Lei n.º 51/2013

Segurança Nacional<sup>29</sup>. Deste modo, conclui-se que este sistema que congrega todos os organismos estaduais, visa velar pela soberania unitária e integridade territorial, na salvaguarda da segurança nacional de Cabo Verde. Este é um sistema interministerial, na dependência do Primeiro-ministro.

Não descurando a importância dos demais organismos que compõem o SSN, para o efeito do nosso trabalho colocou-se a tónica nos serviços do Sistema de Informações da República (SIR) e Grupo de Coordenação Antiterrorismo (GCAT). Nos termos do n.º 1 do art.º 7º do Decreto-Lei n.º 51/2013, o GCAT visa garantir a coordenação e a partilha de informação no âmbito do combate ao terrorismo, entre os serviços que o integram. Conforme a redação do n.º 2 do mesmo art.º o GCAT funciona na dependência da Comissão de Coordenação Operacional de Segurança (CCOS)<sup>30</sup> e integra representantes das entidades do n.º 2 do art.º 6º.

O combate ao terrorismo é claramente uma exigência transnacional, portanto, Cabo Verde, como membro da Comunidade Internacional, também tem essa responsabilidade, e por isso criou um organismo antiterrorista. O GCAT, visa fomentar troca de informações de forma concertada entre os serviços que o integram, cuja finalidade é prevenir eventuais ameaças terroristas. A partilha de informações é, inequivocamente muito importante, fundamentalmente entre as FSS que integram o GCAT.

Nos termos do art.º 2 da Lei n.º 70/VI/2005 B.O. n.º 26, de 27 de junho de 2005, I Série, que cria o SIR, a finalidade deste serviço é “a produção de informações com vista à preservação da unidade, da soberania, da integridade territorial e da independência nacional, e à prevenção da prática de atos que, pela sua natureza, possam alterar ou destruir o Estado de Direito Democrático constitucionalmente estabelecido”. Desde logo, se pode dizer que este sistema produz informações para satisfazer necessidades específicas das entidades com poderes de decisão.

O núcleo central do SIR são serviços de informações, art.º 3º e 8º da Lei n.º 70/VI/2005. Conforme o art.º 4º, cabe aos Serviços de Informações (SI) a pesquisa, recolha, processamento, tratamento, arquivo e difusão de informações que envolvem ameaça ou ofensa aos direitos, liberdades e garantias fundamentais previstos na Constituição. Conjugado com o art.º 8º que cuja redação alarga ainda mais o âmbito de atuação dos SI. À luz deste artigo incumbe aos SI produzir informações que contribuam para a salvaguarda de independência

---

<sup>29</sup> A composição e a missão de cada um dos órgãos estão nos arts.º do mesmo diploma, do art.º 5º e seguintes.

<sup>30</sup> O art.º 6º do Decreto-Lei n.º 51/2013 consagra a constituição, funcionalidade e as competências do CCOS, bem como quem a preside.

nacional, dos interesses nacionais, da segurança interna e externa de Cabo Verde, e ainda a prevenção contra e espionagem, sabotagem, terrorismo, e práticas de atos que, pela sua natureza possam alterar ou destruir o Estado de Direito Democrático constitucionalmente estabelecido<sup>31</sup>.

Conforme os riscos, as ameaças, as fragilidades e os desafios previstos no CEDSN, a criação do SSN, bem como do SIR revela a preocupação e a consciência dos desafios que Cabo Verde enfrenta nesta matéria. Isto porque a segurança e defesa nacional constituem alavancas do desenvolvimento de Cabo Verde. Por outro lado, garante maior coordenação, mais sinergia, maior eficácia e uso racional dos meios entre as forças e serviços do que visa garantir a segurança. Outrossim, congrega uma visão de segurança nacional de forma holística e um sistema integrado e cooperativa, com o objetivo de manter Cabo Verde como um país seguro e com um índice de segurança elevado.

---

<sup>31</sup> O art.º 9º da Lei nº 70/VI/2005, cita as competências dos SI, de acordo com o nº 1 do art.º 19º os SI funciona da dependência direto do Primeiro-Ministro.

## **2.5 Segurança Marítima**

### **2.5.1 Abordagem Teórica da Segurança Marítima**

O papel que o território marítimo desempenha para a economia e o desenvolvimento das nações é indiscutível, já que o mar assumiu desde cedo um valor incalculável na vida da humanidade. Assim, a segurança marítima impõe-se como um tema de valor acrescentado do ponto vista internacional. Por um lado, constitui uma fonte permanente de recursos, e, por outro, é no espaço marítimo que circula a maior parte do comércio mundial, transformando-se num espaço vital e de convergência para o comércio marítimo internacional. “A verdade é que o mar é determinante para a vida humana: fonte de alimento, recursos naturais, energia, segurança e defesa, (...)” (Matos I. D., 2017, p. 127).

Não existe uma definição universalmente aceita do termo, contudo, segundo (Mota, 2010, p. 6) o conceito segurança marítima “associa, tradicionalmente, atividades relacionadas com ilícitos criminais tais como o crime organizado, o narcotráfico, o contrabando, o terrorismo, pirataria, o tráfico armas e de seres humanos, a imigração clandestina ou outras que, pela sua natureza, possam por em perigo pessoas e bens. Igualmente a vigilância e fiscalização dos espaços de soberania ou jurisdição nacional e das fronteiras marítimas, preservação de recursos e dos ecossistemas marinhos se insere claramente na integridade de pessoas e bens no mar ou em instalações portuária”. Considerando a segurança marítima um subsistema dos estudos de segurança vê-se que este conceito de igual modo se tem evoluído. Com a evolução tecnológica a globalização e o carácter difuso e complexo das ameaças provenientes do espaço obriga a uma reflexão e políticas concretas e investimentos para garantir a segurança no mar, nas vertentes security e safety.

Para alguns autores: Inês Matos (2017), Antero de Matos (2012) e Fernando Mota (2010), a incapacidade de inúmeros Estados, ditada por falta de recursos para fazer face aos novos desafios é preocupante. A ausência de fiscalização permanente e eficiente nas suas orlas costeiras dá azo a atos ilícitos nos mares. Assim sendo, há um número crescente de grupos organizados transnacionais a levar a cabo as suas ações criminosas no espaço marítimo, explorando a fragmentação e as fragilidades de certos Estados e ou por vezes vazios legais, ou desestruturação governativa. Aproveitam esta falência para a prática criminal, nomeadamente: o tráfico de droga, de seres humanos e de armas, a extorsão do petróleo e de

outros recursos naturais, a pirataria marítima e o assalto à mão armada no mar, e o terrorismo marítimo. Por conseguinte, as eventuais ameaças que emergem do espaço marítimo configuram problemas transfronteiriços e transversais, cujos efeitos nocivos não se circunscrevem somente aos Estados costeiros, mas têm ecos a nível regional e/ou mundial. Desta forma, nos últimos anos a segurança marítima tem sido analisada como uma questão global, impulsionando a emanção de planos securitários nacionais, regionais e internacionais. Segundo Antero de Matos (2012, p. 81), várias políticas consentâneas têm sido adotadas com vista a garantir a sustentabilidade do ambiente marinho e garantir a segurança alimentar de várias famílias que dependem do mar.

Para Antero de Matos (2012, p. 82) os ilícitos no mar envolvendo organizações criminosas transnacionais já não se limitam ao narcotráfico. O tráfico de armas incluindo as de destruição massiva, o tráfico de seres humanos para novos modelos de escravatura e extração de órgãos, os contrabandos diversos incluindo o de tabaco, a contrafação de medicamentos e o roubo do petróleo e de outros produtos de alto valor mercantil, são facetas de uma realidade com a qual a África Ocidental se vem deparando todos os dias. Ideia também defendida por Gustavo P Santos (2014, p. 11), que considera que estes problemas têm repercussões internacional e são um desafio para a comunidade internacional.

Para Cajarabille in Mota (2010, p. 5) “a segurança no mar é um bem em tempo de paz, que tem que ser preservado, sob pena de se romperem equilíbrios de ordem económica, social e política, com consequências desastrosas para a estabilidade e segurança a nível internacional”.

Face ao exposto, ressalta que a segurança marítima é um bem comum, e, por esta razão, deve haver uma cooperação entre todas as entidades responsáveis pela segurança de um Estado. Por outro lado, de igual modo, numa cooperação internacional nesta matéria, há uma necessidade imperiosa de unir esforços, a fim de fazer convergir todos os recursos, maximizar os meios e as sinergias para uma segurança marítima coletiva no atual contexto da complexidade e imprevisibilidade das ameaças à segurança marítima.

### **2.5.2 Tráficos Ilícitos via Marítima**

O mar é visto como uma fonte inesgotável de recursos, assumindo-se como um espaço vital para a humanidade bem como para os Estados. Onde a transação da maior parte da mercadoria mundial circula via marítimo. UNODC<sup>32</sup> e Antero de Matos (2012, p. 80) afirmam que a nível mundial as atividades no mar têm aumentado significativamente, sendo que cerca de 90% do comércio mundial é por via marítima. Mota (2010, p. 2), por seu turno, reitera que segundo dados da Agência Europeia de Segurança Marítima<sup>33</sup> (EMSA) mais de 90% do comércio externo da UE é transportado por via marítima. Por outro lado, e segundo General Assembly United Nations (2008, pp. 18-32) é aproveitado por grupos da criminalidade organizada para a prática de atividades ilícitas, tais como: os tráficos de drogas, de seres humanos e de armas, o roubo do petróleo e de outros recursos naturais, a pirataria marítima e o assalto à mão armada no mar, e o terrorismo marítimo<sup>34</sup>. Ou seja, as ameaças, os riscos e os desafios que brotam do mar atualmente são extremamente complexos, por vezes ininteligíveis.

O espaço marítimo é assim de vital importância, para os transportes, e constitui uma fonte de alimentos e por ser um ecossistema de uma dimensão de vida incalculável deve-se fazer o uso racional e sustentável do mesmo. Nesta senda, para fazer face às ameaças e desafios à segurança marítima impõe-se uma maior interoperabilidade entre os Estados no que tange à partilha de informação e de responsabilidade para garantirem a segurança do território marítimo, de ponto de vista global.

### **2.5.3 Abordagem Jurídica da Segurança Marítima**

É inegável a vitalidade da importância do mar para a humanidade. Se o conceito de segurança marítima não reúne um consenso e uma definição concreta, certo é que a unanimidade da pertinência do valor do mar é inconfundivelmente consensual. Por esta razão, a comunidade internacional, ao longo do tempo procurou criar instrumentos, procedimentos legais e administrativos e boas práticas, no domínio da segurança marítima, cujo objetivo é

---

<sup>32</sup>Cfr <http://www.unodc.org/> para melhores esclarecimentos.

<sup>33</sup> A Agência Europeia de Segurança Marítima é uma das agências da, com sede em Lisboa, confere auxílio e assistência técnica aos Estados Membros da UE, na feitura aplicação da legislação comunitária

<sup>34</sup> Para maiores esclarecimentos consultar <http://www.refworld.org/pdfid/48da24e72.pdf>

garantir maior segurança às embarcações, pessoas e mercadorias transportadas por via marítima, no sistema atual, onde o mundo é cada vez mais interdependente e globalizado.

Sendo um pouco obsoleto, pode considerar-se como primeiro instrumento jurídico internacional com jurisdição global o Tratado das Tordesilhas assinado entre Portugal e Espanha em junho de 1494<sup>35</sup>, conforme adianta Inês Matos (2017, p. 1289). Mais contemporaneamente, existem a Carta das Nações Unidas<sup>36</sup> e a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar. Acresce também referir Convenções e acordos regionais e Acordos e convenções bilaterais.

A Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar é o instrumento jurídico internacional que rege todas as atividades referentes ao domínio marítimo, lavrada na IIIª Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, a 10 de dezembro de 1982, em Montego Bay, Jamaica. O Direito Marítimo é um ramo do direito internacional de extrema importância. A Convenção procura o uso sustentável dos mares e dos seus derivados, instituindo uma ordem jurídica que defende os direitos dos Estados costeiros, bem como o uso na boa medida dos recursos marinhos. Fixa assim uma série de conceitos de elevada importância no uso do mar, designadamente: mar territorial, plataforma continental, alto mar; bem como o Tribunal internacional do mar.

O art.º 88.º prevê o uso do mar só para fins pacíficos, por maioria de razão para fins legais, do art.º 101.º a 107.º a temática da pirataria, por sua vez o art.º 108.º cuja epígrafe é “tráfico ilícito de estupefacientes e substâncias psicotrópicas” e estabelece que todos os Estados têm o dever de cooperar na repressão do tráfico ilícito. Ainda que a medida seja contra

---

<sup>35</sup> Acordo outorgado entre Portugal e Espanha, na cidade espanhola de Tordesilhas. O acordo objetivava sanar os conflitos territoriais relacionados às terras descobertas no final do século XV. De harmonia com o Tratado, uma linha imaginária a 370 léguas de Cabo Verde serviria de padrão de medida para a divisão das terras entre Portugal e Espanha. Desta forma pode-se assim aferir que a génese da legislação marítima internacional está no Tratado Tordesilhas.

A Carta das Nações Unidas foi rubricada em São Francisco, a 26 de junho de 1945, entrou em vigor a 24 de outubro daquele mesmo ano. No seu n.º 1 do art.º do Capítulo 1, refere que fundamentalmente a Carta visa medidas coletivas eficazes para prevenir e afastar ameaças à paz e reprimir os atos de agressão, ou outra qualquer rutura da paz e chegar. Por maior de razão extrai-se deste art.º que a segurança marítima também está incluída como preocupação das Nações Unidas.

<sup>36</sup> A Carta das Nações Unidas foi rubricada em São Francisco, a 26 de junho de 1945, entrou em vigor a 24 de outubro daquele mesmo ano. No seu n.º 1 do art.º do Capítulo 1, refere que fundamentalmente a Carta visa medidas coletivas eficazes para prevenir e afastar ameaças à paz e reprimir os atos de agressão, ou outra qualquer rutura da paz e chegar. Por maior de razão extrai-se deste art.º que a segurança marítima também está incluída como preocupação das Nações Unidas.



uma embarcação que enverga a sua bandeira, caso haja fundáveis suspeitas de que esta se dedica ao tráfico ilícito por via marítima.

A par da Convenção existe ainda a Organização Marítima Internacional, organismo das ONU especializado em matéria de segurança marítima, bem como entidades privadas, a contribuir para uma segurança cooperativa, multissetorial e transversal.

No que concerne à legislação marítima nacional, remete-se desde logo para o art.º 12.º da CRCV, cujo conteúdo é o poder vinculativo dos tratados e acordos internacionais na ordem jurídica nacional, após a ratificação, publicação no BO e a entrada em vigor. Por outro lado, existem ainda o Código Marítimo Nacional, as leis orgânicas das polícias, o CEDSN e o Plano Estratégico de Segurança Interna (PESI).

Com a entrada em vigor do Decreto-Legislativo n.º 14/2010 de 15 de novembro institui-se o Código Marítimo de Cabo Verde (CMCV). Com a feitura deste código, clarificou-se e atribuiu-se competências às entidades nacionais responsáveis para garantir a segurança marítima de Cabo Verde e consequentemente o poder soberano do Estado sobre as suas fronteiras externas. O presente Código, de um certo modo, veio catalogar uma série de diplomas anteriormente existentes integrando-os num único corpo legislativo.<sup>37</sup> Conforme a redação do art.º 10º, cabe à Guarda Costeira e às polícias (PN e PJ) a fiscalização nos espaços marítimos nacionais, nos portos, nos termos consignados nas próprias leis orgânicas da PN e PJ<sup>38</sup>. Cabo Verde conta ainda com o Centro de Operações e Segurança Marítima (COSMAR), desde junho de 2011, que é um órgão interagências com equipamentos modernos, permitindo a troca de informações com outros países como ferramenta de luta contra os atos ilícitos no mar. Face ao exposto, o CMCV bem a como demais legislação e ou planos compõem o sistema estratégico de Cabo Verde com vista a fazer face às vulnerabilidades e ameaças adventos dos seus mares e contribuir incessantemente para a segurança marítima global. Vale a pena ainda referir que foram instalados alguns sistemas de identificação automática de navios (AIS), de monitorização de navios (VMS) e vários outros sistemas em cursos.

No período pós-Guerra Fria a dinâmica evolutiva das ameaças intensificou-se e estas tornaram-se complexas, difusas e transnacionais e filtram as fronteiras dos Estados. Tal como advoga J. Fernandes (2014) estamos hoje perante uma mudança considerável face às ameaças

---

<sup>37</sup> Cfr art.º 3º da autorização legislativa conferida pela Lei n.º 68/VII/2010, de 9 de agosto

<sup>38</sup> Cfr art.º 6º do decreto-lei nº 39/2007 de 12 de novembro (LOPN) e o art.º 3º decreto-legislativo nº 1/2008 de 18 de agosto (LOPJ).

que perigam a segurança dos Estados, com predominância global, alterando-se significativamente o conceito de segurança. Como ficou claro, este conceito não reúne consenso, a sua polissemia advém dos factores referenciados ao longo deste capítulo.

Por outro lado, viu-se que Cabo Verde não tem poupado esforços em fazer face às ameaças que assolam este pequeno Estado insular, com a criação de vários organismos vocacionados para garantir a segurança do Estado, e procura capacitar cada vez mais as entidades legalmente reponsáveis pela segurança nacional de Cabo Verde, com mais e melhores meios humanos e logísticos.

### **Capítulo III - Narcotráfico e o Terrorismo**

As operações no Atlântico intensificaram entre alguns Estados, no entanto, verificou-se uma proliferação de fenómenos ilegais transnacionais, nomeadamente: o narcotráfico e a criminalidade conexas. Esses fenómenos colocaram em alerta os países da região, em particular o arquipélago de Cabo Verde, o que obriga à criação de mecanismos estratégicos para fazer face à situação, adiantam Madeira e Monteiro (2016).

“Tal como a nível global, Cabo Verde também tem sido fustigado pelos problemas causados pelas drogas, que constituem principais causas da desestruturação das famílias e de muitos crimes no arquipélago” (Tavares, 2016, p. 88).

## **3.1 Narcotráfico**

### **3.1.1 Da Origem do Narcotráfico**

A criminalidade organizada transnacional atingiu proporções preocupantes nos nossos dias. Dentro deste manancial enorme de ameaças criminais transfronteiriças emerge o narcotráfico. Para muitos autores, mormente (Valente, 2016, Silva, 2013 e Ebo, 2008) o narcotráfico é um fenómeno nefasto de dimensão planetária. Isto porque o tráfico de droga e consequentemente a toxicodependência afeta indivíduos, famílias, sociedades, Estados e o mundo todo. Como tal, a sua análise, também exige uma abordagem à escala mundial e não

apenas a uma meia dúzia de atores, segundo Guedes Valente (2016, p. 28) a droga a cada dia se ramifica pelas famílias, aldeias, cidades e país com consequências graves.

Ebo (op cit., p. 51) esclarece que, olhando para a História da Humanidade, constata-se que a droga é um fator que acompanhou a sua evolução, e que esteve sempre presente no seu quotidiano. O que leva a crer que estamos perante um flagelo muito mais antigo que se imagina, no entanto, de acordo com Miriam Stoppard (2000, p. 10), os fins não são os mesmos. Conforme referem as duas autoras, tanto as civilizações mais antigas, como povos indígenas certas plantas<sup>39</sup> com efeitos psicoativos eram muito utilizadas em rituais religiosos, culturais sociais, curas de doenças, para afastar os maus espíritos e até mesmo como estratégia militar.

No entanto, a produção e o consumo de drogas ilícitas remontam à segunda metade dos anos 70, sendo que a década de 80 que se dá o auge da explosão da droga no mundo, conforme Osvaldo Coggiola (apud Ebo, 2008, p.51) e Luís Patrício (19996. P. 66). Outrossim, René Castro (2016, p.16), por seu turno, corrobora esta mesma ideia, e considera os anos 80 como o pico de expansão das drogas no mundo e como uma ameaça relevante contra a segurança global, atravessando as fronteiras desde da origem da produção até ao último ponto de venda e consumo.

A partir dos anos 80, surge uma nova configuração no mundo do tráfico internacional de drogas, e do próprio consumo. Porém, nos nossos dias este fenómeno afigura-se como um flagelo à escala global, particularmente com a globalização, que na leitura de Ebo (op cit., p 52) proporcionou melhorias nos transportes, comunicações e possibilitou aos narcotraficantes injectar as drogas em vários cantos do mundo e aos principais mercados da droga. Nos seus estudos Coggiola mostra que o narcotráfico obtém lucros avultados, por conseguinte é o negócio mais lucrativo do mundo. Taynah Souza (2015) concorda que o narcotráfico é uma atividade extremamente rentável, mas afirma também que os dados estatísticos podem acarretar uma certa discrepância por se tratarem de organizações criminosas, logo os dados não são tão certos.

Conforme Ebo (op cit., p 41), as drogas tiveram um processo de crescimento exponencial ao longo da cronologia histórica da vida da humanidade. Assim, a autora divide esta evolução em três fases distintas, sendo a primeira caracterizada essencialmente pelo uso e consumo de plantas no seu estado natural. Na segunda fase, isto é, a partir do século XIX, o

---

<sup>39</sup> Algumas plantadas usadas: papoila, coca, cannabis. O uso destas plantas à época não tinha como intuito o que se verifica hoje em dia, isto é, tinham valores religiosos, medicinal, social entre outros.

homem começou a fazer a separação do princípio ativo vegetal (alcalóide<sup>40</sup>), todavia, ainda dependia fortemente das plantas. Finalmente, já na terceira fase, surgem as anfetaminas, pela primeira vez, um psicoactivo integralmente sintetizada em laboratório, dali em diante ocorreu um aumento significativo das drogas<sup>41</sup>

### 3.1.2 Do conceito do Narcotráfico

Como é sabido um comportamento humano só é crime quando há uma lei anterior que o tipifica como tal. Isto é uma manifestação do princípio da legalidade “*nullum crimen nulla poena sine previa lege*”, assim sendo desde logo, o narcotráfico ou tráfico de drogas é uma conduta criminosa na maioria dos Estados do mundo. É o comércio de substâncias consideradas ilícitas, que uma vez ingeridas causam graves problemas na pessoa, para além das outras consequências nefastas de modo transversal em todo mundo. Para Rosa del Olmo citado por Salazar,(1989, p.110) narcotráfico é “*actividad agro-industrial-comercial y financiera que, por su integración vertical y alcance planetario, se asemeja cada vez más a una empresa transnacional que a una simple familia del crimen organizado*”. Santana (1999) por sua vez vê “o narcotráfico como a maior empresa transnacional dedicada ao tráfico de drogas<sup>42</sup> ilegais, que não paga impostos e gera os maiores lucros. Ou, se se prefere em outras palavras, é uma expressão da face oculta do capitalismo neoliberal de nosso tempo”. Da redação da alínea j) do art.º 1.º da Convenção de 1971 Sobre as Substâncias Psicotrópicas, conferência das Nações Unidas que teve lugar em Viena, de 11 de janeiro a 21 de fevereiro de 1971, entende-se por tráfico ilícito, “o fabrico ou o tráfico de substâncias psicotrópicas efetuados contrariamente às disposições da presente Convenção<sup>43</sup>”. A Lei nº 78/IV/93, publicada no BO nº 25/93, I Série, de 12 julho, veio instituir no ordenamento jurídico nacional as normas relativas a estupefacientes e substâncias psicotrópicas, com a ratificação da Convenção sobre as drogas. Assim sendo, nos termos do nº 1 do art.º 3º da Lei supra, estabelece que, “Quem,

---

<sup>40</sup> É substância conseguida principalmente de plantas, mas, pode ser encontrado em alguns fungos, ou até mesmo em certos animais.

<sup>41</sup> Assim drogas como: Cannabis, Marijuana, Cocaína, Ópio, Heroína e Ecstasy tronaram-se frequentes.

<sup>42</sup> Segundo Organização Mundial de saúde (OMS), droga é toda que quando ingerida no organismo altera, altera no nosso sistema e funções biológicas.

<sup>43</sup> No entanto, antes da conferência das Nações Unidas que teve lugar em Viena, de 11 de janeiro a 21 de fevereiro de 1971, em 1909, em Xangai, na Cinha realizou-se uma Conferência sobre Ópio. O embrião de controlo internacional contra o narcotráfico e substâncias psicoativas remonta o século XX, mais concretamente na Comissão do Ópio de Xangai, em 1909, (UNODC), em <https://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/drogas/marco-legal.html>, obtido em 27-01-2018.

sem se encontrar autorizado, cultivar, produzir, fabricar, extrair, preparar, oferecer, puser à venda, vender, distribuir, comprar, ceder ou por qualquer título receber, proporcionar a outrem, transportar importar, exportar, fizer transitar ou ilicitamente detiver, fora dos casos previstos no artigo 20.º, plantas, substâncias ou preparações compreendidas nas tabelas I a II é punido com pena de prisão de 4 a 12 anos”. Já na legislação portuguesa, o artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de janeiro, cuja última alteração é introduzida pela Lei nº 7/ 2017 de 02 de março, tem uma reação idêntica à supracitada. O tráfico de drogas é um negócio ilícito global que engloba o cultivo, fabricação, distribuição e venda de substâncias que a lei de drogas proíbe.

### **3.1.3 Da Rota do Narcotráfico**

Nos dias que correm, é consensual a transversalidade do tema das drogas. Particularmente, em territórios da América Latina e nos subúrbios mundial, uma vez que são fortemente afetados pelo narcotráfico. No término do século XX transforma-se num dos maiores problemas securitários do mundo, com repercussões em todo mundo, constituindo um problema de envergadura global.

De concordância com UNODC (2008), o trajeto das drogas não segue forçosamente as rotas mais diretas ao destino final. Há outras variáveis a serem tidas em conta, que não se limitam exclusivamente à geografia dos territórios intervenientes. A questão como Estados fracos é importante porque, tradicionalmente a capacidade do uso legal dos meios disponíveis, sobretudo, a aplicação da lei nestes países é precária e com forte sujeição à corrupção. Bem como, laços linguísticos e culturais que são muitas vezes relevantes nas escolhas das rotas pelos traficantes. Ebo (2008, p. 61) enfatiza que, tradicionalmente existem três importantes centros de produção da droga, designadamente: Sudoeste Asiático (Crescente do Ouro), e Sueste Asiático (Triângulo de Ouro) e América Latina. Da análise dos World Drugs Report de 2003 a 2005 feita pela Ebo (op cit, p.85-88), realça que o universo do narcotráfico abarca um conjunto de estratégias em cada fase do processo. Por isso, os países desempenham funções diferentes nesta arquitetura universal do tráfico de drogas: alguns são produtores enquanto outros servem de via de acesso que liga os produtores aos consumidores.

A questão geográfica é um fator vital na rota do tráfico de drogas, e as drogas têm precedência de várias áreas geográficas do globo. Nesta senda, a autora salienta que, os produtos opiáceos, provenientes do Sudoeste e Sueste asiático, chegam à Europa via Irão,

Turquia, rota dos Balcãs, Bielorrússia, Bósnia, Estónia e Rússia. A maior parte da heroína destinada ao mercado europeu passa pelo corredor dos Balcãs e Turquia, a sendo proveniente do Afeganistão e do Paquistão. Por outro lado, chega ao Canadá passando pela China e Europa, no entanto, também há uma quantidade produzida na América Latina que se destina ao Canadá. Para Estados Unidos, por seu turno, a droga passa pela África e China, o que revela uma interconexão entre os grupos: a rede é de tal modo internacional que consegue driblar a adversidade físico-geográfico facilmente. Para além da China, na Ásia há outro gigante neste processo de escoamento da droga para todo mundo, desta feita, é a Índia. A sua localização privilegiada entre o Triângulo de Ouro e Crescente de Ouro faz da Índia uma passagem da droga a várias regiões do mundo. Segundo UNODC (2008, p. 7) a maior parte da folha de coca do mundo é produzida em três países: Colômbia, Peru, e Bolívia, sendo que a América Latina é a maior zona de produção da cocaína do mundo, como reitera Ebo (2008, p. 69). A cocaína procedente dos países latinos americanos chega ao Brasil, África Ocidental, Jamaica e Caraíbas.

Os relatórios anuais sobre a droga do UNODC demonstram que anualmente são traficadas milhares de toneladas de substâncias proibidas, i.e. da origem de produção até mercados de consumo. Segundo dados do UNODC (2017) em 2016, a produção mundial de ópio aumentou significativamente, com um acréscimo de cerca de 30% em relação ao 2015, resultado das melhorias no Afeganistão, que recuperou o baixo registo verificado no ano anterior. No ano transacto a produção foi aproximadamente de 6.380 toneladas, contudo, inferior ao 2014, que é ano de maior produção, em 2016 produziu-se menos 20% que 2014. No que tange à cocaína, entre 2006-2013 houve uma quebra de produção, no entanto, entre 2013-2015, verificou-se um novo aumento, a produção total foi de 1.125 toneladas em 2015, perfazendo um aumento na ordem de 25%<sup>44</sup>. Estes dados revelam claramente que as drogas são um problema grave e global. Ainda segundo o relatório, os danos provocados pelo uso de drogas permanecem ainda preocupantes. Estima-se que aproximadamente um bilião de pessoas, cerca de 5% da população adulta global usaram drogas pelo menos uma vez em 2015. O mais assustador é que cerca de 29,5 milhões desses usuários de drogas, 0,6 % da população adulta global sofrem de transtornos do uso de drogas, ou seja, são toxicodependentes e carecem de tratamento.

---

<sup>44</sup> Vide anexo v p. 98

Segundo ONUBR (2012) o crime organizado transnacional gera cerca de 870 bilhões de dólares por ano, alerta do UNODC. Estas avultadas receitas correspondem a 1,5% do PIB mundial ou a 7% das exportações mundiais de mercadorias. O tráfico de drogas é a atividade mais lucrativa neste manancial de crime organizado, com um lucro estimado em 320 bilhões de dólares. Ebo (2008, p. 22) diz que deste valor exorbitante apenas 1,1 bilião de dólares vai para os “agricultores”, menos de 1,5% do lucro total das drogas.

### **3.1.4 Rota da África Ocidental**

O Programa Regional (PR) para a África Ocidental 2016-2020<sup>45</sup>- UNODC (2016) refere que “o crime transnacional organizado em todas as suas formas, o tráfico de drogas, o terrorismo, a corrupção, o branqueamento de capitais e o financiamento do terrorismo (...), são ameaças crescentes ao desenvolvimento, paz e estabilidade da África Ocidental”. De igual modo, a CEDEAO elaborou localmente o seu programa de ação para fazer face aos desafios da criminalidade na região, entre 2016-2020, com enfoque nas mesmas ameaças. Assim sendo, são dois documentos estratégicos cujo objetivo é em consonância mobilizar esforços para fazer face aos fenómenos supracitados. O PR realça que o relatório de 2013, sobre a «Criminalidade Organizada Transnacional (COT) na África Ocidental: Avaliação da Ameaça», tal como nas pesquisas recentes referem que a África Ocidental é vulnerável ao fenómeno criminal transnacional. Por um lado, por ser utilizado como travessia privilegiada para o tráfico de cocaína e heroína. Por outro, pelo desenvolvimento de laboratórios de produção local de certas drogas sintéticas, e consequentemente o aumento de consumo. Concomitantemente há uma crescente ligação entre o terrorismo e o tráfico de drogas, bem como demais tráficos e ilícitos transnacionais. Desta forma a COT afigura-se como um enorme desafio aos Estados Ocidentais da África e da Comunidade Internacional. Do mesmo modo, o Comité de Assistências Estratégica G7 sobre a criminalidade organizada e grave em África confirma que a COT é de facto um desafio enorme para esta região.

Neste contexto, segundo o PR-UNODC (2010 – 2014) e UNODC (2008), a África Ocidental que antes não tinha problemas de drogas no passado tornou-se numa das rotas do tráfico de cocaína. Navios e aviões<sup>46</sup> carregados com cocaína vindos da América Latina, cada

---

<sup>45</sup> Antes do programa 2016-2020 vigorou o programa 2010-2014.

<sup>46</sup> De acordo com o PR, o método de transporte tem-se evoluído, de 2012 a esta parte verificou-se uma evolução, em que houve um aumento de transporte via aérea, muito pelo aumento do número de voos que aumentou entre os países latinos para a África ocidental.



vez mais estão a entrar em portos e aeródromos com fraca vigilância e controlo em certos países da África Ocidental (Serra Leoa, o Senegal, a Guiné-Bissau e a Libéria). Estes, depois de longos períodos de guerra civil ainda continuam fragilizados. As instituições políticas destes países são frágeis, o que origina outros problemas como a corrupção transversal, o que põe em causa o Estado de Direito em alguns países da África Ocidental. Há nestes países alguns serviços públicos envolvidos no processo de tráfico de drogas, como alfândegas, serviços militares etc. A crise económica e a pobreza em algumas zonas da África Ocidental propiciam a entrada no esquema, já que é uma forma de ganhar dinheiro fácil. A Guiné-Bissau ultimamente aludida nos relatórios da ONU, como tendo graves problemas com o tráfico de drogas, muito por causa das constantes crises políticas e de algumas ilhas desertas do arquipélago dos Bijagós tornou-se uma das principais placas giratórias da droga. Posteriormente, em proporções pequenas e progressivas distribuídas para Europa de diversas formas, inclusivamente nos voos comerciais em bagagem, roupa ou intestinos da pessoa que transporta a droga (correios de droga, ou mula<sup>47</sup>). O volume de cocaína que transita nesta rota é aproximadamente de 50 toneladas. As redes criminosas estão sempre a desenvolver métodos alternativos, cada vez mais sofisticados e profissionais para o transporte da droga, a droga é transportada por via aérea e marítima. Há um número significativo de pequenos aviões que saem da Venezuela para a África em voos não programados. Os aviões são modificados a fim de suportarem a travessia, normalmente introduzem tanques de gasolina de reserva ou outras alterações para permitir o reabastecimento durante os voos. Dados da UNODC dão conta de que a cocaína proveniente da América do Sul efetua paragem ao largo da Guiné-Bissau no norte e Gana no sul. Ou seja, antes de chegar ao destino final, as drogas, de uma certa forma, são traficadas entre os países da África Ocidental. Ebo (2008, p. 87) advoga que, a droga sai da região Andin para o Brasil, e dali para África Meridional e segue para África Ocidental, e finalmente pelos correios para diversos países europeus, ações estas são controladas pelos grupos organizados na África Ocidental. Há ainda grupos de traficantes colombianos, através das ilhas atlânticas<sup>48</sup>, da costa senegalesa e Mauritânia, fazem chegar a droga a Espanha e daí é disseminada pelo mercado de consumo europeu.

---

<sup>47</sup> Refere-se a pessoas que de forma consciente ou por coação acabam por aceitar transportar droga em seu corpo, geralmente para outros países. Muitas das vezes essas pessoas estão com graves problemas e para os resolver aceitam o risco subjacente ao perigo de transportar determinada quantidade de droga.

<sup>48</sup> As ilhas atlânticas são as ilhas macaronésias as ilhas afortunadas (os arquipélagos das Canárias, Cabo Verde, Madeira, Açores)



Se por um lado, o tráfico de droga é um crime transnacional, com eco em todo mundo. Por outro, a West África Commission on Drugs (WACD, 2014), alerta para não se olvidar que a questão de consumo se trata de uma questão de saúde pública, e não de matéria penal. Como tal adotar devem-se mecanismos de tratamento dos toxicodependentes, em concertação com os princípios elementares da doutrina jurídica, criando políticas públicas para fazer face à toxicodependência. A Convenção da Nações Unidas é imperativa em prever uma forte colaboração entre os Estados para combater de forma eficiente o tráfico de drogas, no entanto, destaca a pertinência de minorar o sofrimento humano, como medidas preventivas e de tratamento e reabilitação, e não apenas a aplicação da lei penal. Por conseguinte, a WACD (2014), considera que a descriminalização do consumo de drogas é uma das alternativas para reduzir o consumo, e, consequentemente, o tráfico. Segundo a Economia quanto maior a procura, maior a oferta, logo, se se reduzir a procura eventualmente ir-se-á reduzir a oferta. Nesta senda, uma das conclusões da WACD (2014) é um forte investimento em serviços mais básicos de saúde e tratamento relacionados com drogas.

### **3.1.5 Abordagem Jurídica do Narcotráfico**

O tráfico de droga é um tema transversal a várias áreas do saber, e, como vimos a problemática da droga é mais antiga do que aparenta. Todavia, foi depois de 1970, que passou a ter maior preponderância nos palanques e debates internacionais. Como ficou claro no início deste capítulo o uso das drogas remonta à antiguidade, porém, com fins diferentes. Há algumas zonas do globo que é tolerado o uso de drogas, pelo que fica dificultada a uniformização nos procedimentos e doutrina na luta contra o tráfico e uso das drogas.

A legislação internacional que regula a droga funda-se nas três convenções das Nações Unidas, Convenção Única sobre Entorpecentes (1961), emendada pelo protocolo de 1972, Convenção sobre Substâncias Psicotrópicas (1971) e a Convenção Contra o Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas (1988). Estas convenções obrigam os Estados a adotarem medidas e de acordo com as normas uma série de obrigações, designadamente penalização do uso pessoal de drogas controlo e fiscalização, cooperação internacional e coadjuvação mútua na luta contra a droga, prevê medidas a serem adotadas no domínio interno dos países signatários (...). As convenções atribuem o ónus de penalização ou não do consumo

aos Estados signatários. Segundo Ebo, com a globalização do fenómeno da droga muito se fala na legalização da atividade da droga<sup>49</sup>. No ordenamento jurídico Caboverdiano o diploma que regula esta matéria é a Lei nº 78/IV/93. A Lei da droga em Cabo Verde é o culminar das convenções que Cabo Verde ratificou, logo as normas deste diploma estão em harmonia com a legislação internacional da droga.

### **3.1.6 Os *narco-Estados* e relação com Cabo Verde**

Como vimos no fluxo do tráfico de drogas cada território/país desempenha um papel diferente. Em virtude da conotação pejorativa do conceito, o termo narco-Estado não é muito usual. Para Jorge Chabat (2005) narco-Estado é onde há subversão do Estado, por estar integralmente corrompido ou por falta de meios para declarar “guerra contra o tráfico”. O próprio Estado posiciona-se de forma parcial a certos grupos e fornece informações sobre “traidores” e sobre as atividades dos grupos concorrentes, “Al narcotráfico no le interesa comprar todo el Estado. No le interesa definir las políticas públicas. (...) interesa un Estado que los deje operar, que los proteja, que trabaje para ellos”. Em linhas gerais o narco-Estado é o país em que as altas entidades governamentais dão proteção às atividades dos traficantes.

Na aceção de Ebo (op cit, p.61-73) existem vários territórios narcóticos. O Crescente do Ouro é um deles, com o Afeganistão a liderar esta região ao impor-se como maior produtor mundial de ópio. Dados do relatório do UNODC de 2017 aponta para um aumento de produção do ópio no Afeganistão, isto porque, em 2015, a área total de cultivo de papoula de ópio diminuiu cerca de 11% , muito pelo declínio de produção no Afeganistão, contudo, ainda é a superpotência de produção da papoula<sup>50</sup>.

A estimativa do UNODC é um aumento de cerca de 9 mil toneladas, quantidade manifestamente superior ao ano passado, i.e 2015-2016. René Tapia, conforme citado por Ebo (2008) afirma que o ópio é a principal fonte de rendimento de Afeganistão<sup>51</sup> e que todas as facções lucrem de alguma forma com esta atividade, e os guerrilheiros afegãos aproveitam financeiramente do ópio para financiar as suas ações. O Paquistão é também um outro produtor de ópio desta região, contribuindo com uma boa quantidade de ópio para o mercado de consumo de drogas. Conforme Ebo, esta actividade influencia e de que maneira a política

---

<sup>49</sup> Vide pp 36-39 para uma leitura mais explicativa

<sup>50</sup> É a flor da papaveraceae usada para obter o ópio.

<sup>51</sup> De acordo com o relatório do UNODC 2016 o Afeganistão continua a ser o maior produtor de ópio, representando cerca de 70 por cento (3.300 toneladas) de produção mundial de ópio.

externa e interna do país, sendo que, parte do dinheiro da droga chega a financiar movimentos fundamentalistas.<sup>52</sup>

Tradicionalmente a América Latina é o maior produtor de cocaína do mundo, é muito conhecida pela sua produção e tráfico de cocaína. Os relatórios do UNODC apontam a Colômbia, Peru e Bolívia como o epicentro de quase toda a cocaína do mundo. Ebo (2008) diz que cerca de 926 toneladas de cocinas são da responsabilidade dos cartéis de droga dos países latino-americanos. Da análise do relatório do UNODC (2016), a Colômbia destaca-se com cerca de 52% da produção, Peru com 32% e a Bolívia com 15%. A produção não é estanque, uma vez que depende da extensão de terreno cultivado, conforme se extrai dos relatórios do UNDC: tanto maior é a produção quanto maior for hectares de terra cultivada, que tem um reflexo na produção da matéria- prima (coca) planta da qual se obtém a cocaína.

Conforme sintetiza Ebo (op cit, p.76), estas regiões têm em comum três elementos: produzem e traficam drogas, são territórios pobres, vulneráveis e subdesenvolvidos onde abundam grupos de guerrilheiros, apoiados pelas grandes potências. Na opinião da autora, a droga é um problema político-estratégico e funciona como meio de afirmação internacional.

A África Ocidental de há um tempo a esta parte tem sido tomada pelos cartéis de droga da América Latina, muito pelo elevado índice de pobreza, instabilidade socioeconómica e política desta região. Ana Correia (2009, p. 11) aponta duas razões fundamentais para que a África se convertesse numa mais-valia como ponto de trânsito. Em primeiro lugar muito, por conta de avanços nos sistemas de inspeção e detenção das autoridades norte-americanas, e em segundo lugar, por nos Estados Unidos se ter verificado uma diminuição de consumo, contrariamente na Europa, onde se registou um aumento de consumo, o que potencializou este aumento de tráfico na região ocidental africana. Para além da Guiné-Bissau, a Nigéria, com as mafias nigerianas<sup>53</sup> tem um papel preponderante no ciclo do tráfico, com células em todos os pontos chaves do tráfico, desde o Brasil até o mercado final. O Gana é também um outro país com ligação forte ao tráfico de drogas, sem se esquecer a Costa do Marfim e o Senegal. Países como o Mali, Burkina Faso e Níger estão tradicionalmente ligados a várias atividades criminosas desde o tráfico de seres humanos. de armas, droga e tabaco e de contrabando. Face

---

<sup>52</sup> Uma outra região com forte tradição de droga, conforme Ebo é o Triângulo de Ouro, com Birmânia, Tailândia e Laos. Estima-se que entre 370-1.700 toneladas de ópio são anualmente postas no mercado produzido na Birmânia. Laos por sua vez cerca de 140 toneladas e Tailândia cerca de 51. Estes países à semelhança de outros Estados Narco, há envolvimento de entidades política, e membros das forças e serviços de segurança que fazem parte dos grupos narcóticos.

<sup>53</sup> Vide Ebo (2008, p. 130)

ao exposto, indubitavelmente estamos perante uma região de grandes vulnerabilidades a vários níveis.

No entanto, a Guiné-Bissau inspira preocupações acrescidas com o rótulo de ser um narco-Estado. Nesta senda, em harmonização com os dados da ONU a Guiné-Bissau é um dos estados frágeis desta região, à conta disso muito utilizado pelos cartéis para fazer chegar a droga à Europa. Deste modo, segundo Ana Correia (2009), “o posicionamento geoestratégico da Guiné-Bissau é vulnerável às redes do tráfico de cocaína, mas também ao branqueamento de capitais e à imigração clandestina, o país tem vindo a converter-se numa plataforma perigosa com efeito dominó expansivo para a região e também para a Europa, contribuindo assim para a recente designação de narco-Estado” (p. 16).

De fatco, a Guiné-Bissau é um dos países mais pobres do mundo, da África e da CEDEAO, fustigado por várias tensões e conflitos políticos internos causando instabilidades recorrentes ao longo da sua história. Neste contexto, face àquilo que são suas opções estratégicas, os narcotraficantes vêm na Guiné-Bissau uma rota privilegiada de fazerem a droga chegar à Europa.

A estrutura organizativa da Guiné-Bissau é altamente instável, com sucessivos golpes de Estado, sem se conseguir afirmar como um Estado de Direito Democrático. Para Ana Correia (2009, p. 16) “as condições para o tráfico são ideais: sem vigilância, sem uma única prisão, um Estado demasiado fraco e uma população demasiado pobre”. Tudo que os traficantes precisam e têm conhecimento das fragilidades deste país. Embora tem estatuto de um Estado soberano na arena internacional, os índices de desenvolvimento humano são dos piores, é o 178 num grupo de 188 países. Está entre os países de desenvolvimento humano baixo, aliás, como a maior parte dos países da CEDEAO<sup>54</sup>. Por conseguinte, o tráfico é uma grande ameaça para o desenvolvimento económico e social na Guiné-Bissau e um enorme desafio para a CEDEAO no seu todo, bem como o resto do mundo.

Como ficou explícito no primeiro capítulo, Cabo Verde é um país com laços fortes com vários países do mundo. Relativamente aos Estados tido como narco-estados, a Guiné-Bissau é sem sombra de dúvidas aquele que mantém uma relação umbilical de um passado histórico comum com Cabo Verde. Ambos ex-colónias de Portugal, e uma história concomitante na luta para independência sob orientação de Amílcar Cabral. Conforme Antero Fernandes (2007), apoiado na idealização do projeto de Amílcar Cabral para a independência e união dos

---

<sup>54</sup> Vide [http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr15\\_overview\\_pt.pdf](http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr15_overview_pt.pdf) consultado em 12-02-2018

dois países, o PAIGC seria o partido protagonizado para alcançar a independência de Guiné-Bissau e Cabo Verde. Desta feita, em 1974 Guiné-Bissau e 1975 Cabo Verde tornaram-se independentes. Esta união nunca demonstrou ser fácil: na noite de 14 de novembro de 1980, um grupo de militares sob orientação de João Bernardo Vieira tirou do poder Luís Cabral, o que teve imediatamente repercussões na união, desencadeou a separação do projeto da unidade Guiné e Cabo Verde. Nesta linha cronológica, estes dois países já independentes fizeram percursos autónomos, e cada um traçou a sua própria história até os dias de hoje. Relativamente aos demais países elencados neste ponto, não têm uma relação muito estreita com Cabo Verde, pese embora existam estudantes caboverdianos na Bolívia, no entanto, sem inspirar preocupação até então acrescida. No entanto, não se pode descartar ou negligenciar o impacto que o tráfico oriundo destes países possa ter em Cabo Verde, e os efeitos nocivos de forma transversal em Cabo Verde.

### **3.1.7 O Tráfico de Droga em Cabo Verde**

Nas palavras de Adilson Tavares (2016), tal com o resto do mundo, Cabo Verde também é uma vítima da problemática das drogas. Segundo afirma este autor, uma das principais causas da desestruturação das famílias e de muitos crimes no arquipélago têm origem nas drogas. Como é certo e consensual o uso abusivo das drogas por norma tem mais ênfase nos centros urbanos, e Cabo Verde não foge à regra. Por maioria de razão, Santiago, São Vicente e a ilha do Sal, na leitura de Tavares têm maior índice de consumo de droga, por serem as ilhas mais desenvolvidas. A cannabis, vulgarmente conhecida por “padjinha” em Cabo Verde é a mais consumida, contudo, há uma certa tendência para o aumento de consumo de outras drogas mais pesadas, sobretudo, a cocaína, o crack e a heroína. O uso abusivo de drogas pelos jovens é um problema transversal, é cada vez mais uma preocupação enorme das sociedades, e em Cabo Verde a situação não é diferente, e a tendência o consumo começar em idade cada vez mais baixa<sup>55</sup>.

Conforme o jornal *online* ASemana (2015), a ação do tráfico de drogas proveniente do Brasil, alargou o seu alcance, não apenas o Centro Oeste e Sudeste do País. Através de Cabo Verde a droga chega à Europa. De acordo com o delegado Janderlyer Gomes de Lima, chefe da Delegacia de Repressão a Entorpecentes da Polícia Federal no Ceará, “O destino dos

---

<sup>55</sup> Cfr Apêndice 1 p 77

entorpecentes, vindos da Colômbia e da Bolívia, é Cabo Verde". Segundo este delegado a intensificação verificou-se com a inauguração de um voo direto ligando Fortaleza à Cidade de Praia, em 2013. A droga chega ao Brasil via Mato Grosso, e Amazonas; adianta ainda o delegado de que em São Paulo há células da Máfia Nigeriana, com ramificações em várias cidades, fundamentalmente em Nordeste, e outros cidadãos da costa ocidental africana, as “mulas” que fazem chegar a droga a Cabo Verde. Esta tese de Cabo Verde como corredor de droga para a Europa é consensual, pois os sucessivos Governos de Cabo Verde sempre manifestaram esta preocupação.

Face aquilo que são as características de Cabo Verde, i.e., um país arquipelágico não é fácil nem simplista a abordagem à problemática das drogas neste pequeno país. Num relatório sobre drogas, feito nos Estados Unidos da América, em 2017, alertaram Cabo Verde que o consumo de droga aumentou e que Cabo Verde ainda é um importante interposto de droga de América do Sul a Europa, adianta ASemana (2017). Por outro lado, o Departamento de Estado norte-americano esclarece que Cabo Verde tem feito um esforço enorme para fazer face ao tráfico de drogas. E segundo Gustavo Plácido Santos (2014) é notória a abnegação de Cabo Verde na luta contra o tráfico de drogas, mormente a criação do COSMAR, e considera que o sucesso de Cabo Verde é transversal a todo mundo. Este autor considera que, “Cabo Verde tem sido um vetor relevante na estratégia de Washington para a estabilidade e segurança na região (...). O pequeno arquipélago africano é um polo de estabilidade numa região volátil e tem uma posição estratégica no atlântico sul. Perder Cabo Verde para o narcotráfico não é, de forma alguma, uma opção tolerável” (Santos, 2014, p. 12).

Segundo dados do Instituto Nacional de Estatística (2017), doravante INE, registaram-se 83 ocorrências de tráfico de drogas, cerca de 0,3% das ocorrências policiais em 2015, o que se traduz em 21,7% de diminuição de ocorrências de tráficos de drogas face ao ano anterior. Isto revela a resiliência de Cabo Verde em lutar contra este flagelo global. Não raras vezes dão à costa de algumas ilhas de Cabo Verde, de forma misteriosa, quantidades de drogas. Entre 2011-2012, em Cabo Verde as autoridades protagonizaram uma grande operação denominada “Lancha Voadora<sup>56</sup>” que resultou na apreensão de cerca de mil e quinhentos quilos de cocaína, (Tavares, 2016). Para as autoridades policiais de Cabo Verde a droga fazia o trajeto Colômbia-Brasil, passando por Cabo Verde, rumo a Holanda e Alemanha. Esta foi uma operação conjunta entre Cabo Verde e Holanda, para além da droga apreendida oito

---

<sup>56</sup> Vide o acórdão em [http://www.asemana.publ.cv/IMG/pdf/Sentenca\\_LV\\_1.pdf](http://www.asemana.publ.cv/IMG/pdf/Sentenca_LV_1.pdf)

peças foram constituídas arguidas, vários bens móveis e imóveis foram apreendidos<sup>57</sup>. Um outro caso mediático de tráfico de drogas é o caso de “Perla Negra” uma operação em pleno centro da cidade Mindelo na ilha de São Vicente que culminou na apreensão de quinhentos e vinte e um quilos de cocaína, provenientes da América Latina. A PJ deteve três indivíduos, sendo um espanhol, um cubano e outro suíço, adianta A Nação (2014). Um outro caso, desta feita, um grupo de três brasileiros que foram detidos em São Vicente com cerca de mil cento e cinquenta e sete quilos de cocaína que tem tido repercussão a nível internacional (Mesquita, 2017).

Relativamente à prevenção, o Governo Cabo-verdiano consciente da dimensão do problema das drogas a nível local regional e global, tem tomado algumas medidas. Com a entrada em vigor do Decreto-Regulamentar n.º 02/95 BO n.º 01 de 18/01/95, institui e regula as atribuições e o funcionamento da comissão de luta contra o tráfico ilícito de estupefaciente e outras substâncias psicotrópicas. Sem se esquecer do Ministério da Saúde, Polícia Nacional, Polícia Judiciária e também ONGs, fundações e associações sem fins lucrativos que têm feito frente ao problema.

Inequivocamente as drogas são um enorme desafio para Cabo Verde, a sua localização geográfica é muito atrativa para os narcotraficantes. Contudo, Cabo Verde é tido como um exemplo para o resto dos países do continente africano. Pese embora se depare com dificuldades a vários níveis para capacitar ainda mais as forças e serviços de segurança, com meios modernos e potentes para dar resposta ao fenómeno. No entanto, com ou sem recursos as quantidades de drogas já apreendidas pelas autoridades cabo-verdianas faz de Cabo Verde sem sobra de dúvidas um exemplo notório nesta matéria.

### **3.1.8 Branqueamento de Capitais**

O tráfico de droga acarreta na sua rede outras tipologias criminais. Segundo Guedes Valente (2006/2007 p.45) BC é “um processo hiper-dinâmico destinado a metamorfosear o ilícito em lícito, i.e., o processo que visa colocar no circuito económico legal os bens ou capitais de providência de condutas criminosas”. Para Ebo (2008, p.145) branqueamento ou lavagem de capitais é um processo que “abrange todos os procedimentos que ocultam a verdadeira origem, bem como a posse do dinheiro de atividades ilícitas; são procedimentos

---

<sup>57</sup> Esta operação tornou-se numa das maiores ações judiciais de Cabo Verde, para uma maior compreensão, vide: [http://www.rtc.cv/index.php?paginas=13&id\\_cod=26230](http://www.rtc.cv/index.php?paginas=13&id_cod=26230), obtido em 28-04-2018



que levam a crer que o dinheiro obtido ilegalmente é proveniente de fontes legítimas”. Segundo Guedes Valente (2006/2007 p.46) este processo afeta vários sectores da vida social, para além da área jurídica e a justiça: afeta ainda, o normal funcionamento do mercado, a credibilidade e estabilidade e integridade do sistema financeiro. Na ótica deste autor afeta o sector político, com efeito nefasto enorme a nível de macroeconomia. Defende ainda uma conexão estreita com outros crimes, por norma de carácter transaccional, propulsionado pela globalização que possibilita a fusão da criminalidade organizada transnacional. Por conseguinte, todo o dinheiro procedente do tráfico tem que passar por um processo cauteloso de lavagem, até estar licitamente no mercado económico. Adriana Sousa (2015, p.11-12) e Ebo (2008, p.145-146) advogam que pode ser feito da seguinte forma: *placemente* (colocação) consiste em depósito de dinheiro vivo ilícito com dinheiro lícito; *layering stage* (estratificação) disfarçar a origem do dinheiro através de transferências múltiplas e transações múltiplas; *integration* (integração) consiste no processo em que o dinheiro consta na economia e já faz parte do sistema financeiro, disponível para aquisição de bens e por fim o *smurfing* que se traduz na partilha do montante total em pequenas partes, para reduzir as suspeitas, visto que se tem que justificar certos movimentos elevados de dinheiros. O branqueamento de capitais, neste sentido, visa disfarçar receitas provenientes de atividades ilícitas de várias formas e fases.

Tratando-se de um crime é necessário haver mecanismos legais de combate ao branqueamento de capitais. Por se estar perante um fenómeno transnacional, o combate tem que obedecer a esta questão, ou seja, deve haver legislação internacional uniforme de combate ao crime em questão, com procedimentos e medidas comuns. Neste contexto, a nível internacional o ponto de partida é a Convenção de Viena (1988) - Convenção das Nações Unidas contra o Tráfico Ilícito de Estupefacientes e de Substâncias Psicotrópicas. Esta convenção procura instituir normas de combate, nomeadamente fomentar a cooperação judicial entre os Estados, em matéria de disponibilização de dados relevantes em processo de investigação de branqueamento de capitais. Uma outra convenção que visa erradicar este crime é a Convenção Internacional para a Eliminação do Financiamento ao Terrorismo (1999), lavrada em Nova Iorque, a 9 de dezembro de 1999, com entrada em vigor a 10 de abril de 2002. Os fins da convenção estão patentes no art.º 1º, sendo que o art.º 2º prevê a criminalização de quem praticar os atos previstos do nº1 ao nº 5 do mesmo artigo. Com base no art.º 6º cada Estado contratante deverá implementar as medidas necessárias e convenientes,



nomeadamente a adaptação de legislação interna, de forma a evitar que os atos criminosos previstos na presente Convenção não possam, em nenhuma circunstância, ser justificados por considerações de ordem política, filosófica, ideológica, racial, étnica, religiosa ou de natureza similar. Existe ainda a Convenção de Palermo (2000) que impõe aos Estados signatários que criminalizem o branqueamento de capitais, e que a englobem neste crime todos os crimes graves cometidos, incluindo a criminalidade organizada, dentro das fronteiras estaduais, e possibilitar maior interoperabilidade entre os Estados.

No contexto jurídico de Cabo Verde, a Lei n.º 38/VII/2009 de 20 de abril, alterada pela Lei n.º 120/VIII/2016 de 24 de março é o diploma legal que regula a lavagem de capitais. No art.º 1º vem dizer a matéria regulada pela lei, sendo que, ao abrigo deste artigo o presente diploma estabelece as medidas de prevenção contra a lavagem de capitais, bem como outros bens resultantes dos crimes. O art.º 2º esclarece um conjunto de definições, e que o art.º 3º diz que se aplica subsidiariamente o Código Penal. Nos termos de art.º 4º, cabe ao Banco de Cabo Verde como entidade reguladora do sistema bancário e financeiro emanar normas, procedimentos, diretrizes e boas práticas a fim de evitar lavagem de capitais e outros bens. Os restantes artigos preveem uma série de medidas processuais em caso de um processo nos termos da presente Lei. Extensivamente pode-se dizer que nos termos do art.º 291º (Organização Criminosa) do Decreto-Legislativo n.º 4/2003, de 18 de novembro que aprova o Código Penal de Cabo Verde, sendo a última alteração Decreto-Legislativo n.º 4/2015, é proibida a formação de grupos cujo objetivo é prática de crimes, dos quais que se refere a lei supra.

O relatório do Grupo Intergovernamental de Acção Contra o Branqueamento de Capitais na África Ocidental (GIABA, 2013) considera que Cabo Verde, tal como algumas partes do globo, está sob a ameaça de lavagem de capitais. O fator geográfico, bem como as demais vulnerabilidades deixa o país em situação débil face ao crime de lavagem de capitais. De acordo com The World News (2017), conforme as variáveis do Banco Mundial, Cabo Verde é um país de risco acrescido em matéria de lavagem de capitais, e o tráfico de droga é o crime subjacente a esse risco. Neste sentido, Cabo Verde recebeu um conjunto de recomendações nesta matéria. Conforme declaração de Eldefrides Barbosa à The World News (2017), o quadro jurídico de Cabo Verde é bom, mas, no entanto, é preciso proceder à avaliação do mesmo, a fim de averiguar a sua aplicabilidade.

Em suma, a geolocalização de Cabo Verde é de facto um ponto muito apelativo a ser usado pelos grupos de traficantes. As quantidades de drogas já apreendidas em Cabo Verde revelam a resiliência deste país em lutar contra o tráfico de drogas. No que se refere à lavagem de capitais, como se viu Cabo Verde é vulnerável neste aspeto, contudo, novamente vale a pena reiterar os esforços em mitigar e erradicar essas vulnerabilidades.

## **3.2 Do Terrorismo**

### **3.2.1 A Génese do Terrorismo**

No presente ponto, não se pretende abordar o terrorismo com base nos preceitos axiológicos fundamentalistas de carácter islâmico, nem os fundamentos extremistas de cada grupo, nem em questões identitárias étnicas, religiosas ou culturais, nem especificação dos tipos de terrorismo. Pretende-se perceber o terrorismo como fator de ameaça de carácter transnacional à segurança do arquipélago de Cabo Verde, face à sua localização geográfica e a sua geopolítica.

Historicamente, o terrorismo é um fenómeno antigo, afirma Garcia Leandro (2004, p. 325) e José Nascimento (2002, p. 29). Contudo, os ataques de 11 de setembro de 2001, em Nova Iorque, contra o World Trade Center, conhecido como as Torres Gémeas, é o apogeu do terrorismo contemporâneo. Perpetuado pelo grupo terrorista Al-Qaeda, sob a liderança de Osama Bin Laden, este ataque trouxe para os debates internacionais preocupações acrescidas em matéria de segurança, e o terrorismo revelou-se como uma das maiores ameaças à segurança internacional, bem como no mundo académico, como defende Raquel Duque, (2016, p. 133). Por outro lado, existe uma necessidade de perceber o terrorismo local, regional e internacional. O que para a autora supracitada impõe distinguir entre o terrorismo de Estado, de terrorismo não estadual, terrorismo doméstico, de terrorismo transnacional e, por fim, o velho e o novo terrorismo, sendo que na sua leitura o terrorismo não estadual é aquele que é mais comum na atualidade<sup>58</sup>.

Para o teólogo Peter Stilwell (2004, pp. 154-161), de uma certa forma, há raízes do terrorismo na Bíblia. Ao analisar vários episódios do Velho ao Novo Testamento, este autor

---

<sup>58</sup> Vide a as pp 136-137

considera que inequivocamente há marcos de violência extrema na Bíblia<sup>59</sup>. Ou seja, a história da humanidade sempre foi marcada por episódios sangrentos. Garzón (2006) e Nuno Rogeiro (2004, pp. 483-483) defendem que em várias épocas da História, grupos intra-estatais violentos, com várias motivações protagonizaram atos de terror com vários alvos. Os autores destacam grupos como: IRA, ETA, Brigadas Vermelhas e Tupamaros. Atualmente existem outros grupos como a Al-Qaeda, Estado Islâmico (ISIS) e Boko Haram que estão mais em destaque. Face ao exposto pode-se concluir que o terrorismo remonta à antiguidade e acompanhou a evolução humana ao longo da História. Garcia Leandro (2004, p. 326) considera que de facto o terrorismo é citado na Bíblia e que vem pelos séculos fora com ênfase nos anarquistas no final do século XIX e início do século XX, os atentados eram fundamentalmente políticos ou religiosos.

A História ensina-nos que as fases do terrorismo são distintas, segundo David Rapoport, citado por Raquel Duque (2016, pp. 141-143) e Hermínio Matos (2016, pp. 55-58) afirmam que existem quatro vagas de terrorismo<sup>60</sup>, sendo a última com uma peculiaridade própria. Nas palavras de Hermínio Matos (2012) o terrorismo contemporâneo ganhou destaque de uma forma inédita no início do século XXI, com os atentados de 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos da América. Segundo o mesmo autor “é, pois, um lugar-comum evocar os ataques terroristas de 11 de Setembro de 2001 como um marco diferenciador na Nova Ordem Mundial” (Matos H. , 2012, p. 6). Raquel Duque considera que a globalização favorece a ação dos terroristas, já que com o uso das novas tecnologias a progressão é maior, e há a disseminação das ideologias que fomenta a radicalização, bem como a mediatização do terror e do medo causando impacto psicológico, ideia também defendida por Vitor Rodrigues Viana (2016, p. 5).

Do ponto de vista conceptual o terrorismo não reúne consenso, já que o termo terrorismo é ambíguo, multifacetado sem uma unanimidade estanque do conceito. Sem a definição a operação pela qual se determina e se enuncia a compreensão de um conceito, isto é, o conjunto das suas características essenciais, é manifestamente impossível compreender o terrorismo. “One man’s terrorist is another man’s hero” (Noivo, 2012, p. 74): esta afirmação revela quão ambíguo e até contencioso pode ser o conceito terrorismo. Noivo (2012, p. 76) reitera que

---

<sup>59</sup> Conforme o autor, os Macabeus que travaram lutam contra o Império Selêucida, os zelotes, que tentavam proteger a tradição judaica, e do seu setor mais radical, os sicários, que assassinavam tanto as autoridades romanas como hebreus que opuseram à ocupação.

<sup>60</sup> A primeira vaga é a anarquista, segunda anticolonial, terceira nova esquerda e por fim a quarta a religiosa. Para uma melhor compreensão recomenda-se a leitura dessas obras.

olhando para etimologia da palavra, o terrorismo resulta do vocábulo terror, e, consequentemente, da ideia de medo. Isto, no entanto, é muito redutor para definir este conceito. Para Bruce Hoffman terrorismo “é o uso ou ameaça de uso da violência, por grupos organizados e de forma planeada, contra a sociedade civil ou governos constituídos, com fins políticos” (apud Brito e Reis, 2017, p. 7). Apesar de nos últimos anos se ter verificado um número crescente de atentados terroristas ainda estamos longe um conceito consensual. Já para Mónica Santos (apud Bessa, 2006) “É uma estratégia indirecta de luta não convencional, que recorre à ameaça ou uso premeditado de violência sobre civis, militares ou bens, propagando um clima de terror com o intuito de coagir o opositor a atuar de acordo com os seus fins políticos, revestidos por motivações que podem não ser políticas”.

A complexidade do conceito, questões históricas, a origem académica de cada autor e o carácter clandestino dificulta a conceptualização deste, como defende Raquel Duque (2016, p. 131). De facto, definir este conceito tão controverso não é fácil, por um lado, temos ator (s) com uma certa motivação e um objetivo a alcançar, com base em ideologias, fundamentalismos religiosos e político, entre outros. Por outro, o que para alguns é terrorismo, para outros pode ser a saída para a libertação ou anseio para uma conquista, e assim, neste contexto, a indefinição contínua é um problema enorme em torno da temática do terrorismo. Nas palavras de Fiães Fernandes (2011, p. 33) é manifestamente impensável olhar para o terrorismo atual a partir da visão tradicional. Pese embora não exista um conceito único, certo é que o uso de violência contra vítimas inocentes, provoca medo, terror e inquietação psicológica e física, sendo uma realidade global e temida por vários Estados.

### **3.2.2 Fatores Elementares de Terrorismo.**

Se a polissemia do conceito é um entrave conceptual, já o grau de ameaça transnacional é cada vez mais uma realidade do terrorismo contemporâneo. Os elementos que caracterizam o terrorismo são: ações violentas, que visam provocar medo e obter um determinado objetivo, perpetrado por um indivíduo (lobo solitário<sup>61</sup>) ou um grupo organizado com uma ideologia harmónica ou mesmo o Estado, e pode ser de carácter transnacional; isto é, a suscetibilidade de transpor as fronteiras. Independentemente da origem das inspirações serem doutrinárias ou

---

<sup>61</sup> É um indivíduo que planeia e executa atos violentos sozinho, sem se pertencer a nenhum grupo, no entanto, sob motivação ou influência ideológica de um certo grupo.

religiosas, procura-se a subversão, há uma imprevisibilidade do atentado, tanto no que se refere à escala, bem como a projeção das consequências, i.e. o seu impacto gerador de sofrimento generalizado, quer violência física ou psicológica, e consequentemente, violam os direitos humanos, advogam Raquel Duque (2016), Nuno Miguel (2009) e José Nascimento (2002). Por conseguinte, o Estado sente-se incapaz de sozinho garantir a segurança dos cidadãos e das estruturas físicas no interior das suas fronteiras.

### **3.2.3 Relação entre Cabo Verde e o Terrorismo**

É unanime e consensual na literatura que, o 11 de setembro de 2001 representa o auge do terrorismo contemporâneo, e representa o marco de uma nova reconfiguração global face ao flagelo que tem estado na ordem do dia nos mais altos debates da segurança. O 11 de setembro mostrou que nenhum Estado democrático está isento de um atentado terrorista. A situação geográfica de Cabo Verde é inequivocamente fator relevante quando se fala de segurança, dada a sua dicotomia de representar vulnerabilidades e potencialidades, conforme demonstram Emanuel Brito (2016) e Tavares (2016). Nesta senda, e segundo Brito, para além do posicionamento geográfico existem ainda outros fatores regionais decorrente da sub-região onde Cabo Verde se insere, nomeadamente países com histórico de atentados terroristas, sobretudo; o Mali e a Nigéria, sendo foco do terrorismo nesta região. Este autor considera que as ligações aéreas e marítimas que passam pelo território de Cabo Verde também são fatores de preocupação, e adianta que nos últimos cinco anos, 6 Estados da Africa Ocidental e Central foram alvos de atentados terroristas: o Mali e a Nigéria, o Niger, o Chade e os Camarões, e posteriormente o Burkina Faso. Constata-se que 4 desses Estados que fazem parte da CEDEAO, da qual também faz parte Cabo Verde. Uma das cláusulas do Tratado é a livre circulação, ou seja, a relação de Cabo Verde com estes Estados para além de geografia tem um vínculo decorrente de um preceito legal. Por conseguinte, segundo dados do INE há uma comunidade considerável oriundo desses países que ultrapassa as 6 mil pessoas, das quais alguns residem em Cabo Verde em situação de ilegalidade, o que na ótica governamental é uma preocupação. De acordo com o nº 2 do art.º 2º da CRCV, consagra-se a separação entre as Igrejas e o Estado, ou seja, Cabo Verde é um Estado laico. Consequentemente, as comunidades desses países que estabelecem a residência em Cabo Verde podem livremente prestar culto religioso com base na doutrina da religião materna. Todavia, não se pretende estabelecer aqui uma conotação pejorativa a nenhuma religião. No entanto, sabe-se que muitas

peessoas com intenções hostis apraveita daquelas de boa fé e dessimiam os seus males. Em 2014, o executivo de José Maria Neves admetiu a possibilidade de haver membros da Al-Qaeda e Boko Haram em Cabo Verde, o país poderia estar a ser utilizado como via de trânsito, refúgio, recrutamento e treino de grupos terroristas. Neste sentido, há sempre a considerar a hipótese de difundirem a ideologia radical e ludibriar jovens cabo-verdianos.

Por outro lado, Cabo Verde é um parceiro espacial da U E, com boas relações com alguns países já vitimados e ameaçados pelas organizações terroristas, caso da Espanha, a França, Alemanha e Bélgica, bem como Estados Unidos. Com base no princípio de reciprocidade diplomática, há muitas embaixadas em Cabo Verde de muitos países visados pelos grupos terroristas<sup>62</sup>. A Condição arquipelágica de Cabo Verde, desguarnecido de recursos, obrigou a que o país criasse fonte de riqueza, desta feita emerge o turismo como um pilar basilar da economia de Cabo Verde<sup>63</sup>. Com o aumento do número de turistas, cruzeiros oriundos de Europa, bem como dos Estados Unidos, com um aumento de investimento no setor imobiliário turístico, por estrangeiros desses países representam alvos apelativos para os grupos terroristas. Visto que, a intenção é a mediatização do ataque, assim, onde existem pessoas de nacionalidades diferentes o efeito de um atentado é bem maior.

Historicamente Cabo Verde nunca sofreu um atentado terrorista, porém, há registos de algumas detenções de indivíduos ligados ao terrorismo; um cidadão franco-cabo-verdiano, com vínculo ao grupo terrorista, Grupo Islâmico Armado (GIA) com sede na Argélia, em 2007, soube-se que o mesmo estaria em Cabo Verde refugiado desde 2005; um cidadão canadiano, com descendência cabo-verdiana, em São Vicente, argumentando discriminação pelos Estados Unidos, garantiu estar disponível para difundir o Islão radical em Cabo Verde. Em 2010, um cidadão nigeriano foi expulso de Cabo Verde por solicitação do representante dos muçulmanos, por este pregar o islamismo radical. Não se pode esquecer, porém, que Cabo Verde aceitou por via da sua política externa alguns elementos com ligação a grupos terroristas<sup>64</sup>, opina Brito. De igual modo, em 2017, dois sujeitos suspeitos de pertencerem ao terrorismo foram detidos na cidade da Praia, capital Cabo Verde, os dois indivíduos

---

<sup>62</sup> Em 2012, o Governo de Cabo Verde elevou o nível de segurança nas suas fronteiras após uma eventual ameaça do grupo Al-Qaida no Magrebe Islâmico (AQMI), vide <http://www.cmjornal.pt/mundo/detalhe/cabo-verde-em-alerta-com-ameaca-terrorista>.

<sup>63</sup> Vide para melhores esclarecimento [http://ine.cv/wpcontent/uploads/2017/03/turismo\\_2016\\_rev1.pdf](http://ine.cv/wpcontent/uploads/2017/03/turismo_2016_rev1.pdf).

<sup>64</sup> Recebeu um dos presos da base americana de Guantánamo e elementos da organização terrorista espanhola ETA.

referenciados ao tráfico de armas e droga, cuja finalidade e o financiamento do terrorismo, chegaram a Cabo Verde vindos do Senegal, ao que tudo indica o destino final seria a Europa, o arquipélago a funcionar como placa giratória.

Atendendo ao exposto, muitos são os indícios que ligam Cabo Verde a um presumível atentado terrorista, mas, no entanto, os dados não demonstram com clareza essa possibilidade. Não obstante, é de facto razão para um atenção espacial, e tal hipótese, ainda que remota, não deve ser descurada<sup>65</sup>, mas sim manter-se vigilante e atento a todos os indícios.

### **3.2.4 Terrorismo na CEDEAO**

A CEDEAO, como vimos é uma comunidade com graves problemas de criminalidade organizada transnacional, usada para distribuição, fornecimento e produção de drogas ilícitas, e outras atividades ilícitas, caso do terrorismo. Segundo Omuoha (2013) (apud Nkwi, 2015, p. 81) o terrorismo na África Ocidental não é algo novo, e é de facto um fenómeno antigo nesta região. Conforme Nkwi (2015), após o 11 de setembro, o terrorismo ganhou destaque nesta região, assim como em todo mundo. Nos últimos tempos, tem-se verificado um avanço do terrorismo nesta região, sobretudo, Magrebe, Sahel e a África Ocidental, afirma H Matos (2015, p. 148). Nkwi (2015, p. 83-86) corrobora essa opinião: grupos como Boko Haram no Norte da Nigéria e de Camarões, no Níger, Chade e na ponta Norte da República Centro Africana; Al-Qaeda no Magreb Islâmico (AQIM), atua no Norte do Mali e na Mauritânia e o Movimento para Unidade e Jihad na África Ocidental (MUJAO) e o Janjawee no Sudão do Sul, despertaram atenção internacional. Nkwi defende que o objetivo fundamental destes grupos é trazer de volta o Islão clássico, bem como distanciar-se do ocidente.

No caso do Mali, conforme adianta Brito (2016), o AQIM tem inspiração no islamismo, com ênfase para a Al-Qaeda do Magreb, igualmente, Onuoha (2013), conforme citado em Nkwi (2015), assegura que o grupo era filial do Exército Islâmico de Salvação. A partir de 2012, no Mali verificaram-se casos de guerra entre grupos rebeldes, e em 2013, houve uma intervenção militar da França a fim de evitar a subjugação da capital do Mali. No entanto, ainda persistem os atentados terroristas: em novembro de 2016, o Hotel Radisson foi atacado, que resultou em 22 mortes, afirma Brito (2016), e uma série de outras situações, conforme

---

<sup>65</sup> Cfr apêndice 1 p 79 para mais esclarecimento



Nkwi (2015, p. 88). Consequentemente, uma ameaça transversal a todos os Estados que não harmonizam com a doutrina do Islão, na visão dos grupos rebeldes são seus inimigos.

Relativamente à Nigéria, para Nkwi (2015, p. 87), inicialmente, o Boko Haram<sup>66</sup> começou como um grupo terrorista nacional, no entanto, tem levado a avante vários ataques terroristas, com um considerável número de vítimas. Na ótica de Brito (2016), o Boko Haram é de tal forma poderoso que a própria Al-Qaeda hesitou em ter uma aliança com ele. Conforme os autores supra, vários atentados têm sido perpetrados pelo Boko Haram, não obstante de outros ataques, o ano de 2014 foi marcante para o grupo, com vários atentados, com enfoco para 14 de abril, com rapto de 276 raparigas, cuja finalidade era fazê-las de escravas e vender.

### **3.2.5 Estratégia Global Contra o Terrorismo**

Desde já, estribamos na opinião de Raquel Duque (2016, p. 144), segundo a autora, é manifestamente impossível conceber um manual universal com medidas e padrões que reduzam a zero a suscetibilidade de haver um atentado terrorista. Porém, não significa que não devem haver medidas preventivas para evitar tais ataques, bem como mitigar as consequências. Na leitura da mesma autora, por se tratar de uma ameaça global, a prevenção envolve esforço multinacional e cooperação dos Estados e demais atores internacionais competentes na matéria.

Uma das questões que se levanta no que tange a medidas contra o terrorismo é o seu próprio conceito. Em 2005, o então Secretário-Geral da ONU, Koffi Annan apontou este problema, e a dificuldade de uma instrumentalização de uma estratégia concertada globalmente, refere Martín (2015, p. 28). Nesta senda, uma das questões preliminares é o consenso conceptual do termo, fundamentalmente no sistema jurídico internacional e cooperação para alcançar os objetivos pretendidos. Em 2006, ficou aprovado por consenso a Estratégia Global de Combate ao Terrorismo das Nações Unidas, cuja finalidade é reforçar e intensificar a luta contra o terrorismo como uma ameaça global. Os Estados comprometeram-se a clarificar este conceito, bem como a adotarem medidas individuais, coletivas e cooperativistas na luta contra o terrorismo nas suas variadas dimensões. A Estratégia Global das Nações Unidas contra o Terrorismo foi redigida sobre a forma de uma resolução e engloba quatro pilares fundamentais, no documento A/RES/60/288. I) Enfrentar as condições que propiciam a propagação do terrorismo, II) Prevenir e combater o terrorismo, III) Desenvolver

---

<sup>66</sup> Boko Haram – “a educação ocidental é proibida” Victoria de la Torre (2017)



a capacidade dos Estados Membros para prevenir e combater o terrorismo e fortalecer o papel do sistema das Nações Unidas a este respeito e IV) Garantir o respeito universal pelos direitos humanos e o Estado de Direito como pilar fundamental da luta contra o terrorismo<sup>67</sup>. Contudo, face à mutabilidade com que as coisas acontecem hoje em dia, este plano tem uma avaliação a cada dois anos, e também, o progresso acelerado tecnológico acarreta dificuldades aos Estados nesta luta. Isto porque, é cada vez mais difícil de detetar as ameaças, por outro lado, e por vezes, os *modus operandi* são pouco sofisticados, mas eficazes.

A U E à semelhança da ONU tem uma estratégia de luta contra o terrorismo, com base em quatro pilares<sup>68</sup> refere H. Matos (2016, p. 248-250). Por sua vez, a CEDEAO tem procurado mecanismos contra o terrorismo, com ajuda e assistência mútua de cada Estado. Dos vários acordos da Comunidade a ênfase é para a Declaração Política e Posição Comum Contra o Terrorismo, consubstancia na estratégia regional contra o terrorismo dos Estados-membros, Nkwi (2015, p. 90), o que revela a consciência geral do problema e a necessidade de esforço mútuo na luta contra o terrorismo. Atendendo à estratégia de cada organismo supra, não restam dúvidas da dimensão do problema do terrorismo, e da necessidade de que todos exortam para uma maior interoperabilidade entre os Estados, pois o fenómeno terrorista exige ações de índole preventivo, pró-activo e reativo.

### 3.2.6 Plano Nacional Contra o Terrorismo e seu Financiamento

Na qualidade de membro da Comunidade Internacional e por imperativo categórico decorrente das várias convenções internacionais que Cabo Verde ratificou, nomeadamente a convenção da luta contra o terrorismo, são impostas aos Estados determinadas obrigações. Cabo Verde a nível interno emanou a Lei nº 27/VIII/2013<sup>69</sup>, B O nº 4 I Série, e nos termos do art.º 1º., estipula medidas de cariz preventiva e repressiva contra o terrorismo, bem como o seu financiamento. O art.º 2º esclarece o conceito de grupos terroristas, e os artigos seguintes

---

<sup>67</sup> Para uma leitura detalhada de cada pilar vide: <https://www.un.org/counterterrorism/ctitf/es/un-global-counter-terrorism-strategy>

<sup>68</sup> Prevenir novos alistamentos para as fileiras do terrorismo; proteger os alvos potenciais alvos (soft target); perseguir e perscrutar as células das redes terroristas que existem e responder, dar resposta célere, o que para U E é uma estratégia abrangente proporcional e concertado, envolvendo os Estados e a Comunidade Internacional no geral com vista reduzir as vulnerabilidades de um atentado terrorista.

<sup>69</sup> Esta lei aprova a primeira alteração ao Código Penal, datado de 2003, aprovado pelo Decreto-Legislativo nº 4/2003, de 18 de novembro. Uma das alterações introduzida e a suscetibilidade da pena de prisão máximo de 35 anos a um líder de uma organização terrorista.

estabelecem a previsão e estatuição da prática dos atos terroristas. Já o art.º 8º, cuja epígrafe é cooperação internacional, prevê a troca de informação com autoridades de outros Estados e auxílio judicial mútuo. Cabo Verde tem vindo a reforçar a sua capacidade de resposta às ameaças gradualmente, com diplomas jurídicos, tanto com a ratificação das convenções e leis domésticas, e criação de outros mecanismos estratégicos. O Sistema de Segurança Nacional, o Conceito Estratégico de Defesa e Segurança Nacional, o Plano de Segurança Interna, Plano Nacional de Segurança da Aviação Civil, e outras parceiros internacionais, têm progressivamente assistido Cabo Verde em várias frentes na luta contra inúmeras ameaças transfronteiriças. Nesta senda, há uma imperiosa necessidade de uma maior cooperação entre as FSS nacionais, tendo em vista os objetivos definidos estrategicamente.

A necessidade financeira é uma questão transversal a qualquer organização, seja ela criminosa ou não. O terrorismo não foge à regra, aliás, para perpetuar muitos atentados e dominar territórios e recrutamento do pessoal é preciso uma boa dotação financeira, conforme FATF (2016) apud (Veiga, 2016, p. 28).

Neste sentido, se os grupos terroristas não tiverem condição financeira a eventualidade de ataques terroristas irá decerto reduzir por falta de condições logísticas. Aliado ao terrorismo existem outras atividades criminosas transnacionais, nomeadamente o branqueamento de capitais e com capacidade financeira exploraram as novas tecnologias potencializadas pela globalização.

Segundo (GIABA, 2013, p. 29) e UNODC há uma ligação entre o narcotráfico e terrorismo, visto que, há células de grupos radicais a atuarem no ramo de tráfico de drogas, sobretudo: Al-Qaeda, AQMI, Boko Haram e os Talibãs, sendo que parte do financiamento destes grupo é proveniente do tráfico de droga e outros tipos de tráfico. Assim sendo, direta ou indiretamente, Cabo Verde tem a sua cota neste circuito de financiamento ao terrorismo, por ser uma das rotas do tráfico. Neste sentido, face à suscetibilidade de branqueamento de capitais, pode-se considerar que Cabo Verde desempenha um papel híbrido nesta teia criminal, decorrente em primeiro lugar pela rota do tráfico, e em segundo por constituir um potencial território de branqueamento de capitais.

Para fazer frente a esses fenómenos, segundo Gomes (2015, p. 39) Cabo Verde tem feito um grande esforço no sentido de dotar as suas instituições de meios para os combater. Nomeadamente do ponto vista jurídico, com a Lei n.º 17/IV /93, de 12 de julho; Lei n.º 38/ VII/ 2009, de 27 de abril, alterada pela Lei n.º 120/VIII/2016 de 24 de março; Lei n.º 27/VII/2013,

de 21 janeiro; Circular Série A n.º 109, de 2003-04-08 e a Circular Série A n.º 149, de 2009-11-04. Desta forma, nota-se o esforço de Cabo Verde em contornar e mitigar a problemática da criminalidade no seu território.

Com base na narrativa sobre o terrorismo, conclui-se que é um problema de grande dimensão e complexidade, a começar pela indefinição do conceito e as diferentes abordagens feitas ao tema. No entanto, é de facto unânime que é uma ameaça global e que isoladamente nenhum Estado democrático, por mais forte que seja, consegue fazer face ao problema sozinho. Assim sendo, por imperativo decorrente da transversalidade do problema exige-se uma abordagem multidisciplinar e cooperativa com enfoque na troca de informações e criação de padrões internacionais de luta contra o terrorismo.

Atendendo à geopolítica de Cabo Verde, e com base no exposto sobretudo sobre a história de atentados na sub-região CEDEAO, não se pode negligenciar a dimensão do problema e tudo que liga Cabo Verde ao terrorismo. Ou seja, o risco existe sempre, ainda que, o país apresenta menor probabilidade dentro da CEDEAO. A suscetibilidade de usar o arquipélago como plataforma trânsito ou recrutamento e apoio logístico.

## Conclusões

Esta dissertação versou sobre a problemática securitária de Cabo Verde, considerando a sua localização geográfica, face ao carácter transnacional das ameaças híbridas: caso do narcotráfico e do terrorismo.

A insularidade de Cabo Verde, localizado no corredor do Atlântico, atribui ao arquipélago enormes desafios. Por um lado, beneficia do privilégio de ser integrador de segurança no triângulo continental entre África, Europa e América sendo, uma plataforma giratória na rota comercial transatlântica. Por outro, está inserido numa região bastante explorada pela criminalidade organizada transnacional.

Como se viu, a importância geoestratégica de Cabo Verde evidenciou-se desde o momento da sua descoberta e marcou logo o seu destino, para o bem e para o mal. Desguarnecido de recursos naturais, Cabo Verde viu-se obrigado a enfrentar vários episódios desafiadores ao longo da sua história e soube adaptar-se ao longo dos anos a um mundo cada vez mais assimétrico. Apesar da escassez de recursos, problemas ambientais e forte dependência do exterior, o país tem dado boas indicações, o que tem merecido reconhecimento da Comunidade Internacional.

Os marcos importantes como a Guerra Fria e Queda do Muro de Berlim mudaram o paradigma da clássica visão securitária, e, por conseguinte, mudou-se o ambiente da geopolítica, da economia e da estratégia internacional, com um grande impacto no processo de globalização mundial e na interdependência dos Estados. Contudo, subjacente a essas mutações transacionais viu-se emergir um conjunto de novos atores de carácter local, regional e global a concorrerem com o clássico Estado soberano, detentor do monopólio exclusivo do uso da força e o legítimo garante da segurança. Isto porque, para além dos organismos não estaduais de apoio à segurança, um manancial enorme de atores hostis complexificou-se e constitui desafios colossais aos Estados. As tais transformações trouxeram para o debate público securitário novas variáveis e diferentes perspectivas teóricas, novos axiomas e uma nova hermenêutica da política internacional e uma abordagem sistémica, holística cooperativa da segurança.

Nos dias que correm vive-se um ambiente de incerteza generalizada, com os Estados a enfrentarem desafios compostos cuja origem é muitas vezes difícil de determinar, com efeitos transnacionais. Neste sentido, Cabo Verde, numa verdadeira encruzilhada no Atlântico, vê-se

desafiado a este nível, por um lado, por ser um arquipélago vulnerável e padecendo de recursos, e, por outro, pela sua geolocalização numa região com um histórico de graves conflitos duradouros e epidemias, entre outros, onde podemos destacar fenómenos como o narcotráfico internacional, a imigração ilegal e o tráfico de seres humanos, o tráfico de armas, o terrorismo e golpes de Estado, que direta ou indiretamente têm repercussões na segurança interna do arquipélago.

Atendendo à pergunta de partida e aos objetivos inicialmente estabelecidos, após a análise exploratória de vários documentos, conclui-se que a localização geográfica de Cabo Verde e sua dimensão marítima são inequivocamente fatores proeminentes quando se trata da segurança e defesa do país. Neste sentido, aferiu-se que o tráfico de droga, de armas e ser humanos, a pirataria e o terrorismo são os maiores desafios à segurança de Cabo Verde, particularmente numa altura em que se tem verificado um crescimento económico na costa Ocidental de África. Com isso, coloca esta região nas principais rotas do comércio mundial, e, se não houver uma estratégia securitária esta região, já cronicamente vulnerável a atividades ilícitas, continuará à mercê dos grupos organizados e fica posto em causa o desenvolvimento desta região.

No que concerne aos objetivos iniciais, perentoriamente, é consensual que devido à situação de fragilidade de muitos Estados-Membros da CEDEAO, face aos problemas crónicos no seio de alguns destes países que se extrapolam além-fronteiras, invariavelmente, o Estado cabo-verdiano acaba por ser afetado. Mais do que por uma inserção geográfica, Cabo Verde está ligado por via diplomática decorrente do Tratado de Lagos, de 1975, que institui uma Comunidade de livre circulação de mercadorias e pessoas. A instabilidade governativa nesta região leva a que haja uma mobilidade forçada de pessoas, em busca de asilo, refúgio ou simplesmente melhores condições de vida. Não raras vezes pirogas sobrelotadas de migrantes chegam a Cabo Verde, situação que cria vários problemas ao país. A ausência de estabilidade e falta de recursos desses países e, em alguns casos, a própria participação de entidades governativas em atividades ilícitas impedem o controlo e o combate a esses fenómenos, especialmente nos casos do narcotráfico e da pirataria. Desta forma, são territórios apelativos à fomentação de grupos de crime organizados, já que a ausência de ações judiciais facilita a sua livre atuação funcionando estes países como plataforma de projeção das suas atividades. Logo, o sistema de segurança interna destes países fica minado e a não aplicação

da lei dá azo a um aumento desses fenómenos, cujo alcance atinge, inevitavelmente, os Estados circundantes.

Atendendo à sua natureza insular, tendo em especial atenção a sua localização geográfica, Cabo Verde está na rota do maior tráfico de cocaína do mundo, ao ligar os três continentes do Atlântico. Desde cedo Cabo Verde funcionou como uma placa giratória entre estes continentes, desempenhando um papel importante no comércio transatlântico. Outrossim, o crime organizado também reconhece esse valor, e, assim sendo, uma parte da droga que sai da América Latina chega ao Brasil, e, daí, parte da droga chega à Europa através de Cabo Verde.

Como ficou claro neste trabalho, a problemática da droga não é um fenómeno recente, contudo, a partir da década de oitenta, teve o seu auge como atividade ilícita transnacional. Foi nesta altura em que Cabo Verde começou a funcionar como redistribuidor da cocaína sul-americana para a Europa. Alguns autores cabo-verdianos, nomeadamente Adilson Tavares e Redy Lima consideram este fenómeno preocupante, não apenas por causa da dimensão criminal transnacional, mas, também devido ao impacto socioeconómico que tem em Cabo Verde. Como se viu, os dados indicam a tendência para o aumento de consumo em Cabo Verde, particularmente das drogas pesadas.

Subjacentes ao tráfico de drogas existem outras tipologias criminais, nomeadamente o branqueamento de capitais, prática esta que destabiliza a sã economia de um país, afeta os setores socioeconómico e financeiro e o sistema judicial de um Estado de Direito. Cabo Verde não é imune à lavagem de capitais: o Grupo Intergovernamental de Ação Contra o Branqueamento de Capitais na África Ocidental e o Banco Mundial alertaram Cabo Verde para este risco. Desta forma, vê-se que, para além de estar no corredor de trânsito do narcotráfico, há o risco de consumo, e existe uma desestabilização socioeconómica e interferência no sistema judicial de Cabo Verde.

No que se refere ao terrorismo, os fundamentos clássicos que despoletam um atentado terrorista, *a priori* são variáveis inexistente em relação a Cabo Verde. Porém, o carácter transnacional do fenómeno, particularmente a partir dos atentados de 11 de setembro de 2001, em solo norte-americano, demonstram que nenhum Estado está imune a um atentado e que os axiomas fundamentalistas, bem como os métodos já não são os mesmos. A literatura é consensual ao considerar que no imediato Cabo Verde não é um alvo concreto de um possível atentado terrorista. Contudo, a sua localização geográfica numa região com vários atentados,

sobretudo na Nigéria, Mali e Burkina Faso e o aumento de grupos radicais nesta região, constitui motivo de precaução. Por outro lado, as próprias escolhas das políticas externas de Cabo Verde imperem que o país se mantenha vigilante, o que se traduz especialmente numa necessidade de vigilância acrescida de edifícios diplomáticos em solo cabo-verdiano de alguns países vitimados por atentados. Também o crescimento significativo do setor turístico, com o aumento de empreendimentos desse setor, em que algum desse investimento provém de países estrangeiros vítimas de terrorismo, bem como o aumento de passageiros registados nos aeroportos e portos de Cabo Verde são fatores que se constituem numa vulnerabilidade por envolverem alvos fáceis- soft targets. Ou seja, Cabo Verde pode ser um alvo indireto de um presumível atentado.

Por outro lado, por força dos problemas internos em certos países em África Ocidental leva a uma mobilidade populacional, assim sendo, pode haver indivíduos mal-intencionados que aproveita esta situação e pode estabelecer residência em Cabo Verde e materializar atos terroristas contra Cabo Verde ou a partir daquele contra outros países. Pode, ainda, funcionar como palco de recrutamento e de treino. Portanto, embora nunca tenha havido um atentado terrorista em solo cabo-verdiano e não há um nível de ameaça evidente, não se pode negligenciar o ambiente hostil vivido a nível internacional, bem como os fatores que liga o Estado cabo-verdiano ao terrorismo, sejam eles decorrentes da sua localização geográfica, da sua geopolítica ou históricos. A prevenção é a solução viável, assim a aposta em identificação precoce de possíveis ameaças é fulcral para o combate; procurar conhecer e identificar causas de radicalização e sobre as elas atuarem; reduzir as vulnerabilidades dos alvos fáceis; ter a capacidade para neutralizar um tentado em curso, ter outras entidades competentes em sintonia com capacidade de resposta no menor tempo possível e minorar o impacto e a capacidade de restituir a normalidade com rapidez.

A unanimidade da transversalidade dos fenómenos criminais está cada vez mais implícita ao alargamento do conceito de segurança. Desta forma, a segurança tornou-se cooperativa em vez de competitiva. Isto porque, a origem e os feitos nefastos das atividades criminosas transacionais podem não coexistir no mesmo território, o que exige maior conectividade entre os Estados, apostando-se fortemente em troca de informações.

Nesta constelação de riscos, ameaças e incertezas, o Estado cabo-verdiano tem feito algumas reformas no domínio da segurança e forte aposta em parcerias estratégicas com vista a dar resposta aos fenómenos criminais transnacionais. A criação da uma Polícia Nacional,

reformas na Polícia Judiciária e nas Forças Armadas, a criação do COSMAR e o documento estratégico denominado de Conceito Estratégico de Defesa e Segurança Nacional são exemplos de algumas medidas adotadas por Cabo Verde. Igualmente, ao instituir o Sistema de Segurança Nacional visando maior interoperabilidade entre as Forças e Serviços de Segurança, criou-se ainda o Grupo de Coordenação Antiterrorismo bem como melhorias dos Serviços de Informações, evidenciando-se a consciência do Estado perante o contexto hostil securitário que se vive. Neste sentido, a aposta em troca de informações interna e externa afigura como uma estratégia a aumentar e melhorar.

No entanto, há muito ainda por fazer, nomeadamente criação de equipas especializadas em deteção e inativação de engenhos explosivos e material radioativo e criação de um plano estratégico de coordenação, comando e controlo operacional em caso de um incidente tático policial grave que, exige uma atividade conjunta das diversas FSS em Cabo Verde, que haja estipulado previamente as funções de cada entidade, evitando desta forma eventuais conflitos de competências. Noutras palavras, ter tudo devidamente protocolado. Alteração da Lei de Segurança Interna, acrescentando novas medidas de segurança interna, reaver a lei de entrada e permanência de estrangeiros no território nacional.

Em sumula, a peculiaridade arquipelágica de Cabo Verde é indubitavelmente uma ambivalência. Paradoxalmente é esta dicotomia geográfica que faz de Cabo Verde um ator de relevância no contexto securitário internacional, marcando desde sempre o seu destino e o seu lugar na geopolítica mundial. Cabo Verde, assim, contrariou a tese de incapacidade de afirmação dos Estados insulares no seio das potências mundiais. Dada a sua imagem de boa governação e sapiência em ultrapassar os desafios decorrentes desta localização, é tido como um exemplo aos seus congéneres. A ascensão ao patamar de país de desenvolvimento médio é prova disso e meritoriamente é um país seguro.



## Bibliografia

- A Nação. (16 de novembro de 2014). *Operação Perla Negra: Tráfico de cocaína “tecido” num bar*. Obtido em 13 de fevereiro de 2018, de A Nação: <http://anacao.cv/2014/11/16/operacao-perla-negra-traffic-de-cocaina-tecido-num-bar/>
- Albuquerque, L. d., Magalhães, A. M., & Alçada, I. (1991). *Os Descobrimentos Portugueses viagens e aventuras*. Lisboa : Caminho .
- ANGOP. (2009). Cabo Verde descarta adesão à OTAN e UE. *Agência Angolana Press*.
- Apolo, R. (setembro de 2015). *Os Desafios da Segurança Comunitária Africana: Entre a Retórica Discursiva e a Prática Políticomilitar, quid do papel da união africana nos processos de peacekeeping e peacebuilding nopanorama continental?* . Observatório Político, pp. 1-43.
- ASemana. (10 de maio de 2005). *JMN não descarta adesão à Nato*. Obtido em 7 de março de 2018, de Asemana : <http://asemana.publ.cv/?JMN-nao-descarta-adesao-a-Nato&ak=1>
- ASemana. (03 de fevereiro de 2015). *Cabo Verde nas principais rotas do tráfico de droga brasileiro*. Obtido em 13 de fevereiro de 2018, de ASemana: <http://www.asemana.publ.cv/?Cabo-Verde-nas-principais-rotas-do-traffic-de-droga-brasileiro>
- ASemana. (10 de março de 2017). *Cabo Verde na rota dos narcotráficos : Relatório dos EUA alerta para falta de instrumentos contra tráfico de drogas*. Obtido em 13 de fevereiro de 2018, de ASemana: <http://www.asemana.publ.cv/?Cabo-Verde-na-rota-dos-narcotraficos-Relatorio-dos-EUA-alerta-para-falta-de>
- Assembleia Geral das Nações Unidas. (17 de dezembro de 1996). *General Assembly appoints Kofi Annan of Ghana as seventh Secretary-General*. Obtido em 16 de outubro de 2017, de United Nations: <http://www.un.org/press/en/1996/19961217.ga9208.html>
- Assembleia Geral das Nações Unidas. (2005). *World Summit Outcome*. Organização das Nações Unidas.
- Baldwin, D. A. (1997). The concept of security. *Review of International Studies* , pp. 5-26.
- Banco Africano de Desenvolvimento. (2010). *Perspectivas Económicas em África*. OECD.
- Bessa, J. M. (novembro de 2006). *as nações unidas e o terrorismo*. *Revista Militar* .
- Brandão, A. P. (2011). *A Luta Contra o Terrorismo Transnacional*. Coimbra: Almedina.

- Brito, E. (2016). Terrorismo: conformação e desafios», numa perspectiva nacional e regional. *Semana da República*. Mindelo.
- Brito, E. (2017). *Cabo Verde Uma Plataforma de Segurança Internacional* . São Vicente Cabo Verde.
- Brito, J., & Reis, M. V. (2017). *Terrorismo: conhecimento e combate* (1ª edição ed.). Impetus.
- Britto Júnior, Á. F., & Feres Júnior, N. (2011). A utilização da técnica da entrevista em trabalhos científicos. *Evidências*, 7, pp. 237-250.
- Carmo, H., & Ferreira, M. M. (1998). *Metodologia da investigação Guia para Auto – Aprendizagem*. Lisboa ;Universidade Aberta.
- Carvalho, J. R., & Nunes, R. C. (21 de março de 2014). A ZOPACAS no contexto da geopolítica do Atlântico Sul: história e desafios atuais. *Perspectiva*, pp. 83-112.
- Carvalho, R. M. (2015). *A influência das políticas públicas de segurança do reino unido na realidade portuguesa*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.
- Castro, C. R. (2016). *O narcotráfico na fronteira da colômbia e brasil: um olhar dicotômico entre segurança pública e nacional*(Monografia). Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra.
- Chabat, J. (Septiembre de 2005). Narcotráfico y estado: el discreto encanto de la corrupción. *Letras Libres*, pp. 14-17.
- Comissão Europeia -. (6 de abril de 2016). Segurança: UE reforça resposta às ameaças híbridas. Bruxelas.
- Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental(CEDEAO). (2015). Obtido em 20 de novembro de 2017, de CEDEAO: <http://www.ecowas.int/sobre-cedeao/historia/?lang=pt-pt>
- Correia, A. (setembro de 2009). *O impacto do narcotráfico no desenvolvimento da África Ocidental o Caso da Guiné-Bissau*. Obtido em 11 de fevereiro de 2018, de [http://www.instituto-camoes.pt/images/cooperacao/doc\\_trabalho2\\_2009.pdf](http://www.instituto-camoes.pt/images/cooperacao/doc_trabalho2_2009.pdf)
- Costa, S. (25 de abril de 2011). A Política Externa Cabo-Verdiana na Encruzilhada Atlântica: entre a África, a Europa e as Américas. pp. 221-257.
- Crime, U. N. (2016-2020). *Programa Regional para a África Ocidental* .
- Dantas, A. C. (janeiro de 2014). Uma Análise da Concepção de Segurança à Luz das Teorias Realistas e Liberais das Relações Internacionais. *Século XXI*, p. 117.

- Delgado, J. P. (2016). Segurança em África . In R. Duque, D. Noivo, & T. d. Silva, *Segurança Contemporânea* (pp. 321-334). Lisboa: Pactor.
- Dias, M., & Samões, O. (2016). Liberalismo e Institucionalismo Liberal. In R. Duque, D. Noivo, & T. d. Silva, *Segurança Contemporânea* (pp. 23-39). Lisboa: Pactor.
- Duque, R. (2016). Terrorismo: um olhar sobre a evolução e as particularidades desta forma de violência. In R. Duque, D. Noivo, & T. d. Silva, *Segurança Contemporânea* (pp. 131-147). Lisboa : Pactor.
- Ebo, I. d. (2008). *A Geopolítica da Droga*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas .
- Elias, L. (15 de maio de 2012). Desafios da Segurança na Sociedade GLOBALIZADA. *working paper Observatório Político*, p. 7.
- Elias, L. M. (2011). *Segurança na Contemporaneidade - Internacionalização e Comunitarização*. Lisboa: Faculdade de Ciências Soaciais e Humanas Universidade de Lisbosa .
- Escorrega, L. C. (setembro de 2009). A Segurança e os “Novos” Riscos e Ameaças: Perspectivas Várias. *Revista Militar* , N.º 2491/2192 , pp. 2-3.
- Escritório das Nações Unidas Sobre Drogas e Crime Escritório Regional para a África Central e Ocidental UNODC. (2016). *Programa Regional para a África Ocidental 2016-2020*. Dakar: escritório das nações unidas sobre drogas e crime.
- Escritório das Nações Unidas Sobre Drogas e Crime UNODC. (2010 – 2014 ). *Programa Regional para a África Ocidental 2010 – 2014* . UNODC.
- Évora, M. (2011). Que Regionalismo Securitário para a África Ocidental? . *Seminário sobre Ciências Sociais e Desenvolvimento em África*, p. 271;287.
- Évora, R. (2001). *A abertura política e o processo de transição democrática em Cabo Verde*. Brasília: Universidade de Brasília.
- Federation Ofeuropean Risk Management Associations Ferma. (2003). *A Risk Management Standard*. p. 3.
- Fernandes, A. d. (2007). *Guiné – Bissau e Cabo Verde: Da Unidade à Separação*. Porto: Universidade do Porto Faculdade de Letras.
- Fernandes, G. A. (2000). *Entre a Europeidade e a Africanidade Os marcos da colonização/descolonização no processo defuncionalização identitária em Cabo Verde*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina.

- Fernandes, J. J. (2014). *Os Desafios da Segurança Contemporânea Estado, Identidade e Multiculturalismo*. Lisboa : Pedro Ferreira-Artes Gráficas, Lda .
- Fernandes, L. F. (2011). O Terrorismo na era da incerteza . In A. P. Brandão, *A Luta contr o terrorismo transnacionl contributos para uma reflexão* (pp. 30-64). Coimbra : Almedina .
- Fernandes, L. F. (2014). *Intelligence e Segurança Interna*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.
- Garcia, F. P. (março de 2006). As Ameaças Transnacionais e a Segurança dos Estados. Subsídio para o seu Estudo. p. 344.
- Garzón, B. (2006). *Um Mundo sem Medo* (4ª Edição ed.). (M. C. Ribeiro, Trad.) Lisboa: ABAR.
- General Assembly United Nations. (2008). Oceans and the law of the sea. *Report of the Secretary-General*, (pp. 18-32).
- Gomes, A. S. (2011). *Cabo Verde e a Segunda Guerra Mundial a Importância Geoestratégica do Arquipélago na Políticaexterna Portuguesa (1939-1945)*. Lisboa.
- Gomes, L. R. (2015). Branqueamento de Capitais em Cabo Verde . *Vida Judiciária* , 38-39.
- Grupo Intergovernamental de Acção contra o Branqueamento de Capitais na África Ocidental - GIABA. (2013). *Sexto Relatório de Acompanhamento Avaliação Mútua*. Praia Cabo Verde: GIABA.
- Guedes, A. M., & ELIAS, L. (2010). *Controlos Remotos Dimensões Externas da Segurança Interna em OortugaL*. Coimbra: Almedina.
- Guedes, A. M., & Elias, L. (2012). Novos conceitos de Segurança e o Mundo Contemporâneo. In E. Correia, & R. Duque, *O Poder Político e a Seguarança* (pp. 27-39). Lisboa: Fonte da Palavra.
- Hernandez, L. L. (2002). *Os Filhos da Terra do Sol-A Formação do Estado-Nação em Cabo Verde*. São Paulo Brasil : Selo Negro Edições .
- Inforpress. (2017). Cabo Verde e EUA assinaram hoje o novo acordo SOFA. *Inforpress Agência Cabo-Verdiana de Notícias*.
- International Commission on Intervention and State Sovereignty. (2001). *The Responsibility to Protect*. Ottawa: International Development Research Centre.
- Intituto Nacional de Estatística-INE. (2017). *Cabo Verde, Justiça e Segurança em números – 2015*. Praia: INE.
- Lahon, D. (1999). *O Negro no Coracção do Império* . Lisboa : Artes Graficas, Lda.

- Landim, J. S. (2011). *Polícia Militar de Cabo Verde e Segurança Pública*. Lisboa:Academia Militar .
- Leandro, G. (2004). Uma visão militar sobre o terrorismo. In A. Morerira, *Terrorismo* (pp. 325-348). Lisboa : Almedina .
- Lima, A. G. (2007). *A Problemática do Descobrimento e do Povoamento das Ilhas de Cabo Verde* . Cabo Verde: PIAGET.
- Lima, A. R. (2007). A Constituição do Estado de Direito Cabo-Verdiano . In J. C. Fonseca, *Cabo Verde Três Décadas Depois* (pp. 13-30). Praia Cabo Verde: Direito e Cidadania .
- Madeira, J. P. (novembro de 2015). Cabo Verde: de um “Estado Inviável” ao Pragmatismo na Política Externa. *Revista de Relaciones Internacionales, Estrategia y seguridad*.
- Madeira, J. P. (dezembro de 2015). Cabo Verde:Geopolítica e Projeção de um Pequeno Estado Insular na África Ocidental. *Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais*, pp. 59-79.
- Madeira, J. P., & Monteiro, N. A. ( 2016). Cabo Verde: Entre as Estratégias de Segurança Euro-Atlântica e a Nova Dimensão de Parceria Sul-Sul. *Journal of Global Studies*.
- Martín, S. C. (2015). *La Estrategia Global de las Naciones Unidas contra el terrorismo*. Valladolid : Universidad de Valladolid .
- Matos, A. d. (2012). Os Desafios da Segurança Marítima na África Ocidental: uma Perspetiva de Cabo Verde. In V. R. Viana, *Nação e Defesa-Segurança em África* (pp. 79-90). Lisboa: Instituto da Defesa Nacional.
- Matos, A. T. (1992). Rotas Portuguesas do Atlântico. *Oceanos*, 81.
- Matos, H. (2012). Contraterrorismo: O Papel Da Intelligence Na Acção Preventiva e Ofensiva. *VII Congresso Português de Sociologia* (pp. 1-17). Porto: Universidade do Porto-Faculdade de Letras-Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação.
- Matos, H. J. (2015). A Chegada do Califado Universal à Europa . In E. P. Correia, *Liberdade e Segurança* (pp. 147-151). Lisboa : ISCPSI.
- Matos, H. J. (2016). *Terrorismo & Contraterrorismo Sistema de Segurança Interna*. Coimbra: Caleidoscópio.
- Matos, I. D. (2017). O Mar como Vetor Estratégico. In V. R. Viana (Ed.), *I Seminário IDN Jovem*. n.º23, p. 127. Lisboa: Instituto da Defesa Nacional.

- Miguel, N. G. (2009). Globalização, crime organizado e terrorismo: que relação? In C. N. Ferreira, *NegóciosEstrangeiros* (pp. 112-123). Lisboa : Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros.
- Ministério da Defesa Nacional. (23 de janeiro de 2007). *Governo de Cabo Verde*. Obtido em 27 de novembro de 2017, de [http://www.governo.cv/index.php?option=com\\_content&view=article&id=66%3Aexercicio-da-nato-em-cabo-verde-qsteadfast-jaguar-2006q&catid=13&Itemid=74&lang=](http://www.governo.cv/index.php?option=com_content&view=article&id=66%3Aexercicio-da-nato-em-cabo-verde-qsteadfast-jaguar-2006q&catid=13&Itemid=74&lang=)
- Mota, F. M. (2010). *Segurança Marítima o Caso Nacional e Perspectivas de Futuro*. Lisboa: Instituto de Estudos Superiores Militares-IESM.
- Nações Unidas . (1971). Convenção de 1971 sobre as Substâncias Psicotrópicas. *conferência das Nações Unidas em Viena !971* (p. 2). Viena : Nações Unidas .
- Nações Unidas no Brsil ONUBR. (16 de 7 de 2012). *Nações Unidas no Brsil ONUBR*. Obtido em 2 de março de 2018, de <https://nacoesunidas.org/crime-organizado-transnacional-gera-870-bilhoes-de-dolares-por-ano-alerta-campanha-do-unodc/>
- Nações Unidas, Escritório sobre Drogas e Crime UNODC . (2008). *Tráfico de Droga como uma Ameça à Segurança na África Ocidental*. Nações Unidas-UNODC.
- Nascimento, A. (2012). Vetores Políticos e Operacionalização da Segurança em África. In *Segurança em África* (pp. 11-26). Lisboa: Instituto da Defesa Nacional .
- Nascimento, J. M. (2002). *O Terrorismo e seus intérpretes uma abordagem psicossocial*. Lisboa: Hugin Editores.
- Nkwi, W. G. (2015 ). Terrorismo Na História Da África Ocidental: Uma Avaliação Do Século XXI. *Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais*, 80-101.
- Noivo, D. R. (2012). Prescrutar a Ameaça Terrorista Contemporânea: A Al-Qaeda no Magrebe Islâmico comocaso de Estudo. In E. P. Correia, & R. d. Dque, *O Poder Político e a Segurnaça* (pp. 71-89). Lisboa: Fonte da Palavra.
- Organização das Nações Unidas. (2014). *United Nations Police in Peacekeeping Operations and Special Political Missions*. Departament of Peacekeeping Operations. Organização das Nações Unidas.
- Organização das Nações Unidas. (2017). *Charter of the United Nations*. Obtido em 15 de outubro de 2017, de United Nations: <http://www.un.org/en/charter-united-nations/>
- Organização das Nações Unidas. (2017). *Peace and security*. Obtido em 16 de outubro de 2017, de United Nations Peacekeeping: <http://www.un.org/en/peacekeeping/operations/peace.shtml>



- Patrício, L. D. (1996). *Droga de Vida, Vidas de Droga* (3ª edição ed.). Venda Nova : Bertrand .
- Pereira, D. (2004). *A Importância Histórica da Cidade Velha (Ilha de SantiagoCabo*. Praia: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro.
- Pereira, D. (2011). *A importância de Cabo Verde na fromação do mundo Atlântico*. Brasília : Fundação Alexandre de Gusmão .
- Pereria, P. (2016). Crime organizado transnacional: identificação, combate e seus dilemas . In R. Duque, D. Noivo, & T. d. Silva, *Segurança Contemporânea* (pp. 2015-230). Lisboa : Pactor.
- PNUD. (2013). *Relatório do Desenvolvimento 2013*. New York: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.
- Porto, J. G. (2010). A Nova Arquitectura de Segurança Africana: O alerta antecipado no seio da União Africana. pp. 1-11.
- Radiotelevisão Caboverdiana RTC. (22 de maio de 2017). *Radiotelevisão Caboverdiana RTC*. Obtido em 30 de janeiro de 2018, de [http://rtc.cv/index.php?paginas=21&id\\_cod=14328](http://rtc.cv/index.php?paginas=21&id_cod=14328)
- Reis, B. C. (2016). Realismo, ainda a teroria dominante? In R. Duque, D. Noivo, & T. d. Silva, *Segurança Contemporânea* (pp. 3-21). Lisboa: Pactor.
- Ribeiro, E. A. (2008). A perspetiva da entrevista na investigação qualitativa. *Evidência*, 4, pp. 129-148.
- Rodrigues, A. R. (09 de abril de 2013). O conceito de segurança. *Jornal de Defesa Relações Internacionais*, 1-10.
- Rogeiro, N. (2004). O novo terrorismo internacional como desafio emergente de segurança . In A. Moreira, *Terrorismo* (pp. 482-494). Lisboa : Almedina .
- Rosa, M. A. (18 de julho de 2007). *Cabo Verde e a CEDEAO*. Obtido em 21 de novembro de 2017, de ASemana: [www.asemana.publ.cv/?Cabo-Verde-e-a-CEDEAO](http://www.asemana.publ.cv/?Cabo-Verde-e-a-CEDEAO)
- Salazar, L. S. (JULIO- AGOSTO de 1989). Conflictos sociales y políticos generados por la droga. *Nueva Sociedad*, pp. 107-119.
- Santana, A. (julho-dezembro de 1999). A globalização do narcotráfico. *Revista Brasileira de Política Internacional*.
- Santo, P. E. (2010). *Introdução à metodologia das ciências socioias: génses, fundamentos e problemas* . Lisboa .

- Santos, Á. M. (2016). Segurança e Globalização: A Prespectiva dos estudos Críticos de Segurança. *Proelium, Série X, nº 10*, p. 107.
- Santos, G. P. (outubro de 2014). Cabo Verde e o narcotráfico: um desafio muito sério ao estado de direito. *IPRIS Comentário*, p. 11.
- Santos, L. G. (2011). *A Arquitetura de Paz e Segurança Africana*. Brasília : Fundação Alexandre de Gusmão.
- Santos, L. I. (2011). Fundamentos da Arquitetura de Paz e Segurança Africana. In L. I. Santos, *A Arquitetura de paz e Segurança Africana* (pp. 63-76). Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão.
- Sarmento, M. (2013). *Metodologia Científica para a Elaboração, Escrita e Apresentação de Teses*. Lisboa: Universidade Lusíada Editora .
- Secretaria Geral do Ministério da Administração Interna. (2017). *Projeção Internacional das Forças e Serviços de Segurança do MAI no ano de 2016*. Direção de Serviços de Relações Internacionais, Ministério da Administração Interna, Lisboa.
- Secretário Geral das Nações Unidas. (1992). *An Agenda for Peace*. Organização das Nações Unidas.
- Secretário Geral das Nações Unidas. (2005). *In larger freedom: towards development, security and human rights for all*. Assembleia Geral. Organização das Nações Unidas.
- Secretário Geral das Nações Unidas. (2016). *Mobilizing collective action: the next decade of the*. Organização das Nações Unidas.
- Silva, D. T. (2013). Repressão Ao Narcotráfico, Cooperação Internacional e Crime Organizado. *Lusíada. Direito. Porto*, pp. 7-44.
- Sousa, A. R. (2015). *Branqueamento de Capitais Enquadramento legal e análise comparativa*. Porto : Instituto Superior De Contabilidade e Administração Do Porto.
- Souza, T. L. (2015). Narcotráfico . In F. C. Silva, S. Medeiros, & A. M. Viana, *Enciclopédia de Guerra e Revoluções: A Época da Guerra Fria (1945-1991) E da Nova Ordem Mundial*. Rio de Jnaeiro : Elsevier.
- Stilwell, P. (2004). Terrorismo e tradição bíblica . In A. Moreira, *Terrorismo* (pp. 154-161). Lisboa : Almedina .
- Stoppard, M. (2000). *A Verdade Acerca das Drogas Desde o ácool o eo tabaco até ao ecstasy e à heroína*. Minho: Civilização Editora.
- Tavares, A. d. (2010). *A Importância da Política Externa no Processo do Desenvolvimento o Caso Paradigmático de Cabo Verde*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.



- Tavares, A. D. (2016). *Cabo Verde na Encruzilhada (Trans)atlântica Posicionamento Geopolítico e a Necessidade de Uma Política Externa de Segurança e Defesa*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas Universidade de Lisboa.
- The World News. (27 de novembro de 2017). *Cabo Verde Com Risco Elevado de Lavagem de Capitais Associado ao Tráfico de Droga*. Obtido em 15 de fevereiro de 2018, de The World News: <https://theworldnews.net/cv-news/cabo-verde-com-risco-elevado-de-lavagem-de-capitais-associado-ao-traffic-de-droga>
- Torre, V. d. (maio de 2017). El Terrorismo en África. Una nueva amenaza para la seguridad y el desarrollo del continente. *Observatorio de Política Internacional*, 1-6.
- Torres, J. E. (2015). *Gestão de Risco no Planeamento, Execução e Auditoria de Segurança*. Lisboa: ISCPSI-ICPOL.
- United Nations Office on Drugs and Crime UNODC. (23 de junho de 2017). *World Drug Report 2017*. Obtido em 2 de março de 2018, de <https://www.unodc.org/wdr2017/index.html>
- United Nations, United Nations Office on Drugs and Crime- UNODC. (2016). *World Drug Report 2016*. Vienna: United Nations.
- Valente, M. M. (2006/2007). Tráfico de droga e branqueamento de (capitais): duas grandes faces da criminalidade organizada. *Direito e Cidadania*, pp. 45-60.
- Valente, M. M. (2016). *Consumo de Drogas* (5ª ed.). Coimbra : Almedina .
- Veiga, D. H. (2016). *A Unidade de Informação Financeira no combate ao Branqueamento de Capitais e Financiamento de Terrorismo em Cabo Verde*. Porto: Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto.
- Viana, V. R. (2012). Editorial. In *Segurança em África* (pp. 5-7). Lisboa: Instituto da Defesa Nacional .
- Viana, V. R. (2016). *Nação e Defesa Terrorismo Transnacional* . Lisboa : Instituto da Defesa Nacional .
- West África Commission on Drugs WACD. (junho de 2014). *NÃO SIMPLEMENTE EM TRÂNSITO As drogas, o Estado e a sociedade na África Ocidental*. Comissão de Combate às Drogas na África Ocidental.
- Xavier, A. I. (2010). *A União Europeia e a Segurança Humana: um actor de gestão de crises em busca de uma cultura estratégica? Análise e considerações prospectivas*. Coimbra: Universidade de Coimbra.

### **Convenções**

Convenção das Nações Unidas contra a Criminalidade Organizada Transnacional (2000) Convenção de Palermo

Convenção Internacional para a Eliminação do Financiamento ao Terrorismo (1991)

Convenção Contra o Tráfico de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas (1988)

Convenção das Nações Unidas Sobre o Direito do Mar (1982)

Convenção Sobre Substâncias Psicotrópicas (1971)

Convenção Única Sobre Entorpecentes (1961)

### **Legislação**

Lei Constitucional nº 1/VII/2010: Aprova a Constituição da República de Cabo Verde.

Decreto-Legislativo nº 6/2005, de 14 de novembro: cria a Polícia Nacional de Cabo Verde.

Decreto-Lei nº 51/2013, de 20 de dezembro: estabelece o Sistema de Segurança Nacional.

Lei nº 70/VI/2005, de 27 de junho: cria o Sistema de Informação da República.

Decreto-Legislativo nº 14/2010, de 15 de novembro: Código Marítimo de Cabo Verde.

Decreto-Lei nº 39/2007. De 12 de novembro: Lei Orgânica da Polícia Nacional.

Decreto-Legislativo nº 1/2008, de 18 de agosto: Lei Orgânica da Polícia Judiciária.

Lei nº 78/IV/93, de 12 de julho: Lei da Droga.

Decreto-Lei nº 15/93, de 12 de janeiro: Lei da Droga de Portugal.

Lei nº 38/IV/2009, de 20 de abril: Lei da Lavagem de Capitais.

Decreto-Legislativo nº 4/2003, de 18 de novembro: aprova o Código Penal de Cabo Verde

Lei nº 27/VIII/2013, de 21 de janeiro: Estabelece Medidas de Natureza Preventiva e Repressiva contra o Terrorismo e o seu Financiamento.

Decreto-Regulamentar n.º 02/95 BO n.º 01 de 18 de janeiro: /01/95: Comissão de Luta Contra o Tráfico Ilícito de Estupefaciente.

## Apêndices

### Apêndice I

#### GUIÃO DE ENTREVISTA

Enquadrado na realização da Dissertação Final de Mestrado em Ciências Policiais, cujo tema versa sobre: **“A Geolocalização de Cabo Verde e os Desafios à Segurança Face às Ameaças Híbridas: O caso do Narcotráfico e o Terrorismo”** no Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna (ISCPSI), cujo orientador é o Exmo. Sr. Professor Doutor José Fernandes, orientando o Aspirante Nataniel Silva, pretende-se realizar uma entrevista a fim de sustentar todo o trabalho.

Nataniel Silva, Aspirante à Oficial de Polícia, compromete-se a conservar a confidencialidade dos dados obtidos, pelo que não terão outro fim, unicamente a elaboração e discussão da dissertação.

Perfil do entrevistado

Nome: \_\_\_\_\_

Função \_\_\_\_\_

Idade: \_\_\_\_ Sexo: \_\_\_\_\_ H. Literárias: \_\_\_\_\_

- 1 Quais são os principais desafios que a segurança de Cabo Verde enfrenta face à sua localização geográfica?**
- 2 Quando é que Cabo Verde começou a ter, pela primeira vez, problemas com o tráfico de droga, e quais as principais consequências para Cabo Verde?**
- 3 Há alguma relação entre o tráfico o consumo de droga e a criminalidade em Cabo Verde?**
- 4 A cocaína chega por via aérea ou via marítima e, depois, a que sai como é que segue até Europa? Os sistemas de controlos são fiáveis ou podem ser violados pelos traficantes?**
- 5 Nos últimos anos tem havido um aumento do tráfico na Guiné-Bissau. Este aumento teve ou tem repercussões em Cabo Verde?**
- 6 A rota atlântica do tráfico pode ser utilizada para financiar o terrorismo?**
- 7 Cabo Verde está na rota de ilícitos que financiam o terrorismo?**
- 8 Cabo Verde pode ser alvo direto de um atentado terrorista? Que fatores liga Cabo Verde ao terrorismo?**
- 9 Considere que parte dos problemas securitários de Cabo Verde é consequência da falência e dos conflitos dos Estados vizinhos da África Ocidental?**
- 10 Que estratégia Cabo Verde deve adotar para fazer frente a essas ameaças?**

ISCPSI, 10 de março de 2018

---

Nataniel Francez Silva  
Aspirante a Oficial de Polícia

## Apêndice II

### Entrevista ao Superintendente Júlio Melicio

Nome: **Júlio Cesar Melicio**

Função: Superintendente e Oficial de Ligação da Polícia Nacional em Portugal

Idade: Sexo: Masculino H. Literárias: Licenciado em Direito

#### **1- Quais são os principais desafios que a segurança de Cabo Verde enfrenta face à sua localização geográfica?**

A posição de CV no atlântico médio importa desafios importantes ao nível da segurança interna, regional e global. Hoje em dia CV como parte deste mundo global, não pode encarar estes desafios de forma isolada.

E os desafios têm a ver com:

1. Tráfico de drogas
2. Tráfico de armas
3. Imigração ilegal
4. Terrorismo,

#### **2- Quando é que Cabo Verde começou a ter, pela primeira vez, problemas com o tráfico de droga, e quais as principais consequências para Cabo Verde?**

#### **3- Há alguma relação entre o tráfico o consumo de droga e a criminalidade em Cabo Verde?**

Há uma relação inevitável entre o tráfico e consumo de drogas e a criminalidade em CV.

Quando falamos de tráfico, em CV estamos a falar de uma escala menor, em primeiro lugar porque os cabo-verdianos não têm poder de compra para aquisição e consumo de drogas pesadas, e em segundo lugar, porque CV pela sua posição geográfica é um país de trânsito, e estes produtos ilícitos são dirigidos para mercados europeus.

No que respeita ao consumo, em CV ela se cinge na sua maior parte ao consumo de “padjinha” (canabis) por ser produzido internamente e pelo seu valor de mercado que é acessível a todos os extractos sociais. Mas o consumo de drogas como a cocaína, crack ou heroína, é residual e para pessoas com algum poder de compra.

No entanto, as estatísticas têm demonstrado que a maior parte dos crimes são cometidos por jovens com idade compreendida entre os 15 e os 25 anos, e estas mesmas estatísticas demonstram que deste numero, também, a maior parte é usuário de substâncias psicotrópicas.

É factual que a prática dos crimes de roubo e furto, muitas vezes com recurso a armas de fogo, na sua maioria, têm como autores jovens sob o efeito de drogas. E o facto de muitos deles serem toxicodependentes, roubam ou furtam para alimentarem o vício.

**4- A cocaína chega por via aérea ou via marítima e, depois, a que sai como é que segue até Europa? Os sistemas de controlos são fiáveis ou podem ser violados pelos traficantes?**

A equipa da DEF no aeroporto da Praia, quando fazia o controlo das bagagens de cabine nos pórticos de raio X, fez várias apreensões de drogas, numa média anual de 13 kgs. Mas apesar da importância do controlo e das apreensões efetuadas e que dá a ideia de que havia um certo tráfico por via aérea, mas é nossa convicção que esse tráfico por via aérea representa uma pontinha de iceberg em função do volume de tráfico de drogas que passa pelas nossas ilhas, diga-se, sempre em trânsito, isto, se nos reportarmos às drogas ilícitas com peso comercial. Daí que podemos afirmar com algum grau de certeza e até em função dos dados disponíveis, que o tráfico de drogas se processe esmagadoramente por via marítima. Apesar de todo o investimento em tecnologias de seguimento das embarcações suspeitas ou com andamento suspeito, estes dados são reforçados pela realidade factual, nomeadamente, pelo difícil controlo do espaço marítimo internacional e interno, pelas extensas áreas costeiras sem vigilância, ao deficit de embarcações de abordagem a navios suspeitos no alto mar e mesmo em relação a Cabo Verde, ao volume das apreensões efetuadas pela PJ às embarcações que entraram nas nossas águas de soberania, em resultado de trocas de informação e cooperação com suas congéneres do Brasil e da EU.

**5- Nos últimos anos tem havido um aumento do tráfico na Guiné-Bissau. Este aumento teve ou tem repercussões em Cabo Verde?**

**6- A rota atlântica do tráfico pode ser utilizada para financiar o terrorismo?**

A rota atlântica pode ser uma via de financiamento do terrorismo, através do tráfico de armas, sobretudo, nos e para os países da nossa sub-região com instabilidade política e social, e através do tráfico de drogas e imigração ilegal. São tráficos que geram muito dinheiro e que os terroristas necessitam para adquirirem os meios necessários para despoletarem as suas acções.

**7- Cabo Verde está na rota de ilícitos que financiam o terrorismo?**

Um dos nossos maiores receios é Cabo Verde poder servir de rota atlântica do tráfico de droga para financiar o terrorismo.

A imigração ilegal que registamos há uns anos atrás nas nossas ilhas pode indiciar formas de financiamento do terrorismo.

Cabo Verde por ser um país arquipelágico e disperso, apresenta dificuldades óbvias na gestão dos escassos meios operacionais, e ademais, as fragilidades das suas costas são evidentes.

A chegada de imigrantes por via marítima apontam para essa evidência e o número elevado de imigrantes ilegais interceptados à chegada (por volta de 1200), isto é, de 2006 a 2009, é o

que se pode chamar da “ponta do iceberg”, porque aqueles que procuram o nosso país para se instalarem de forma ilegal e com intenções pouco claras, estudam e conhecem as nossas fragilidades e sabem como operar, e nós teremos de ter a capacidade de conhecer as nossas fragilidades e saber como antecipar os acontecimentos que a acontecer podem acarretar graves consequências para o nosso país já de si vulnerável.

Pressupomos que nesse período atrás citado, tenham entrado mais de 3 mil estrangeiros ilegais por via marítima. Sustentamos estes números com base em estimativas e sabendo que a PN deparou com algumas embarcações de pesca típicas da costa ocidental de África (canoas) que transportam imigrantes em viagens de risco de mar aberto, abandonadas em várias enseadas das nossas ilhas.

Sendo assim, a questão que se deve colocar é:

- Quem nos garante que nessas viagens não tenham estado infiltrados agentes de grupos radicais e que possam vir a operar em Cabo Verde?
- Quem nos garante que não têm utilizado esse meio de imigração como forma de se financiarem?

#### **8- Cabo Verde pode ser alvo directo de um atentado terrorista? Que fatores liga Cabo Verde ao terrorismo?**

Nesta era da globalização ou internacionalização do crime, as nossas atenções devem centrar-se nas ilhas turísticas, porque com os grupos islâmicos radicais à “porta”, e a “Boko Haram” e a AQMI como faces visíveis do terrorismo sub-regional, a ameaça deve ser encarada como potencialmente concretizável. Basta para isso espreitarem estas ilhas e verem os nossos turistas como alvos apetecíveis.

As nossas atenções devem centrar-se também na nossa sub-região onde já se encontram instalados grupos radicais islâmicos, nomeadamente, as já referidas Boko Haram e a AQMI, cujos alvos são, sobretudo, cidadãos europeus e americanos. A Nigéria, o norte do Mali e sul do Níger são espaços onde se organizam e se movimentam.

Com os acordos de mobilidade no espaço da CEDEAO, não é de se descurar a permanência entre nós de radicais islâmicos e a possibilidade de recrutamento de cidadãos cabo-verdianos para eventualmente se converterem ao islão e integrarem grupos operacionais de radicais islâmicos em CV.

Nos últimos anos, têm visitado o nosso país, cidadãos da Arábia Saudita, da Índia e do Paquistão, para encontros religiosos com os muçulmanos residentes em CV. Podem ser meros encontros religiosos, mas podem também ser muito mais do que isso!

E os dados recentes de atentados nos países europeus apontam para operacionais que são residentes nesses países e que depois de instruídos actuam mediante acções “espectaculares” pela sua dimensão, causando mortes e medo generalizado. Aliás a estratégia é mesmo essa, causar medo, desestabilizar emocionalmente todo um país ou os países livres e democráticos do mundo no sentido de se absterem de atacar as bases do terrorismo internacional.

Face a este cenário é notório que a crise internacional pode constituir-se em factor de agravamento das condições de vida já difíceis das populações da nossa sub-região e por arrastamento pode motivar a adesão de pessoas vulneráveis a estas tendências radicais.

A ameaça existe e é real. As preocupações devem existir da parte do nosso governo e das nossas autoridades. Os nossos aeroportos, os resorts e os turistas são alvos a proteger para a boa imagem do país e para continuar a atrair turistas e investimentos estrangeiros, porque os turistas e os investidores procuram zonas do mundo que lhes ofereçam tranquilidade nas suas férias e segurança para os seus investimentos.

Os hotéis em CV e outros pontos de concentração de turistas, serão sempre alvos tendo em conta as diferentes nacionalidades europeias que escolhem CV como destino.

#### **9- Considere que parte dos problemas securitários de Cabo Verde é consequência da falência e dos conflitos dos Estados vizinhos da África Ocidental?**

A instabilidade política e social nos países vizinhos pode provocar êxodos de populações para outros países da nossa sub-região, e CV estando próximo e com a estabilidade que nos caracteriza pode funcionar como efeito chamada de imigração legal e irregular.

Num plano micro, podemos analisar esta situação com relação à criminalidade doméstica, que pode aumentar atendendo à não integração de uma boa parte desta imigração e a falta de trabalho podem motivar que alguns optem pela via da criminalidade contra pessoas e contra o património e assim enveredarem por obtenção de meios ilícitos de subsistência.

Num plano macro, a falta de meios de subsistência e de condições de vida dignas podem criar franjas de pobreza extrema e que podem vir a servir de fontes de recrutamento para o terrorismo.

#### **10- Que estratégia Cabo Verde deve adotar para fazer frente a essas ameaças?**

Ainda não temos um plano de segurança e de prevenção do crime contra o turismo/turistas em Cabo Verde, isto porque, em nossa opinião, o programa turismo seguro não responde a estas exigências, quando falamos da ameaça do terrorismo internacional ou do crime organizado.

- Qual o plano de segurança preventiva para os turistas nos hotéis para prevenir ataques terroristas?
- Qual o plano de segurança preventiva nos portos para prevenir ataques terroristas?
- Qual o plano de intervenção/reacção em caso de um ataque terrorista, nos aeroportos, portos ou hotéis?

São medidas que já deviam estar concretizadas face à posição estratégica do nosso país e face ao crescendo do turismo ocidental em Cabo Verde e o que representa o turismo para a economia destas ilhas.

Embora o programa turismo seguro não se direcione para estas ameaças mas contribui para uma presença dissuasora. Por isso, a PN decidiu, e bem, instalar pontos de vigia nas praias, com um elemento estrategicamente bem situado no areal, podendo a partir dali, controlar todas as movimentações estranhas ao ambiente. No entanto, podemos questionar qual será a sua capacidade de acção perante uma ocorrência ou ameaça relevante, porque foi pensada em função da “criminalidade doméstica” e não à transnacional.



Uma das grandes medidas seria reforçar as capacidades instaladas das forças e serviços de segurança, no sentido de detectar possíveis infiltrações de redes e operacionais terroristas nas ilhas e neutraliza-las (mas neste capítulo a PJ e o SIR terão a palavra), porque nada nem ninguém nos garante que um dia destes, um grupo de operacionais não possa, por exemplo, tomar de assalto um avião com turistas ou interceptar autocarros que transportam turistas dos hotéis para os aeroportos ou vice-versa.

Outra das preocupações tem a ver com a tendência que se está a desenhar para o incremento do turismo de montanha em Santo Antão. Nas várias localidades da ilha podem ser encontrados turistas em caminhadas, por vezes em locais de pouca circulação de pessoas e que trazem preocupações acrescidas em termos de segurança. Este incremento silencioso do turismo de montanha tem passado um pouco despercebido no leque das nossas atenções. O plano de segurança virado para o turismo deve seguir os rastros do turismo em todos os cantos do país, e para esse efeito, as nossas unidades desconcentradas devem ser preparadas para darem respostas aos novos desafios que o turismo vem colocando.

## **Apêndice III**

### **Entrevista ao Professor Hermínio Joaquim de Matos**

Nome: **HERMÍNIO JOAQUIM DE MATOS**

Função Professor Auxiliar e Investigador do ICPOL - ISCPSI

Idade: 51 Sexo: Masculino H. Literárias: Doutoramento em HDRI (ISCTE-IUL)

#### **1-Quais são os principais desafios que a segurança de Cabo Verde enfrenta face à sua localização geográfica?**

Tendo em conta a perspetiva insular de Cabo Verde, em especial a sua posição de charneira entre o Atlântico Norte e o Atlântico Sul, diríamos que pode constituir-se como plataforma de rotação (apoio, trânsito, recuo ou mesmo facilitador) para diversos fenómenos criminais. Desde logo, claro está, relativamente ao tráfico de estupefacientes (como porta de entrada de cocaína na Europa, a partir de canais de imigração já estabelecidos, em especial a “rota holandesa”). Quanto ao fenómeno do terrorismo, em particular o de matriz islamista, não estará, no imediato, na agenda de nenhuma das organizações que têm vindo a protagonizar o planeamento e a execução de ataques à escala global. Isso deve-se, em grande medida, ao facto de, por um lado, o país não possuir uma diáspora muçulmana enraizada e, por outro, de ter tomado, de forma assertiva, a tentativas de infiltração/penetração de indivíduos e/ou grupos no seu território. Todavia, julgamos que pela sua importância geoestratégica possa, num futuro próximo, essa possa vir a ser uma preocupação em termos de segurança. Em última análise, a sua especificidade geográfica pode, paradoxalmente, ser em simultâneo a sua vulnerabilidade e a sua “melhor defesa”.

#### **2-Quando é que Cabo Verde começou a ter, pela primeira vez, problemas com o tráfico de droga, e quais as principais consequências para Cabo Verde?**

Depende de que tipo de estupefaciente falamos. No caso do Haxixe (liamba, marijuana), há algumas décadas. A partir dos finais da década de oitenta, o seu papel na redistribuição da cocaína sul-americana para a Europa. Todavia, o Estado cabo-verdiano sempre soube dar resposta (internamente) a esse fenómeno, prevenindo-o e reprimindo-o quase sempre com eficácia, especialmente através da sua Polícia Judiciária (basta lembrar a participação desta, com agentes infiltrados, na captura, em 2013, numa operação conjunta com a D.E.A., de Bubo Na Tchuto, o ex-Chefe de Estado Maior da Armada Guineense).

### **3-Há alguma relação entre o tráfico, o consumo de droga e a criminalidade em Cabo Verde?**

Essa relação (ou nexos causal) existe, em maior ou menor grau, mas não é um fenómeno exclusivo de Cabo Verde. O tráfico – interno ou transnacional – é sempre uma atividade que decorre, concorre e quase sempre resulta na prática de vários tipos de crime. A atividade necessita, pois, de recorrer, em diferentes momentos, aos denominados “crimes de catálogo” ou “lista de compras”; tal como acontece, aliás, com o fenómeno terrorista.

Obviamente que um incremento na atividade de tráfico e consumo de droga resulta, necessariamente, num maior sentimento de insegurança dos cidadãos, de equilíbrio e harmonia social, etc.

### **4-A cocaína chega por via aérea ou via marítima e, depois, a que sai como é que segue até Europa? Os sistemas de controlos são fiáveis ou podem ser violados pelos traficantes?**

Tal como já referido, maioritariamente pelos “canais”, há muito estabelecidos, cuja dinâmica, fluxo e até segurança determinam a continuidade do seu uso, não só para este, mas também para outros ilícitos (v.g. drogas sintéticas, em especial as metanfetaminas).

**5-Nos últimos anos têm havido um aumento do tráfico na Guiné-Bissau. Este aumento teve ou tem repercussões em Cabo Verde?**

Não é de todo despicienda a correlação. A proximidade geográfica, o passado histórico comum, relações familiares (e até étnicas e tribais), entre outras, são fatores que facilitam essa relação recíproca e interdependente. Aliás, neste particular, não podemos olvidar a triangulação lusófona (Portugal, Guiné e Cabo Verde), que esteira a “plataforma” de entrada de cocaína na Europa.

**6-A rota atlântica do tráfico pode ser utilizada para financiar o terrorismo?**

Pode, e será aproveitada, se forem vislumbradas quaisquer vantagens por parte das organizações terroristas. Uma vez mais, os já referidos canais serão de extrema importância, pois o fluxo de dinheiro será feito fora do sistema formal de transferências, optando a atividade terrorista por fazê-lo a partir de um modelo paralelo, fora do circuito tradicional, e cuja “pegada” seja de difícil deteção. Uma vez mais, a triangulação lusófona é um pilar fundamental para o efeito.

**7-Cabo Verde está na rota de ilícitos que financiam o terrorismo?**

Até final da década de oitenta do passado século, um sem-número de organizações terroristas eram, frequentemente, apoiadas por Estados, denominados de “Estados Patrocinadores do Terrorismo” (*State Sponsors*), não apenas financeiramente, mas igualmente para efeitos de treino, armamento, atividades de recuo (*safe-heaven*) e outras atividades logísticas. Posteriormente, essas atividades por parte dos Estados (geralmente na dicotomia dos “Pactos Militares”) ficaram à mercê da comunidade internacional e, como tal, sob o escrutínio de organizações internacionais e regionais de segurança (v.g. OTAN/NATO, ONU, EU, OSCE, etc.), pelo que as organizações terroristas se viram na contingência de recorrer a um conjunto de atividades, lícitas ou ilícitas, para se autofinanciarem. Entre as atividades ilícitas mais frequentes temos, para além do tráfico de estupefacientes, outros tráficos como o de seres humanas,

armas, substâncias precursoras de droga, contrafação de medicamentos, extorsão (rapto/sequestro e pedido de resgate), etc.

**8-Cabo Verde pode ser alvo direto de um atentado terrorista? Que fatores liga Cabo Verde ao terrorismo?**

Pode. Mas não acho provável. Cabo Verde não tem “inimigos declarados” nem nenhuma animosidade com a comunidade muçulmana (possui uma comunidade muçulmana que representa 1,8 % da sua população), pelo que a ser visado, sê-lo-ia como alvo colateral (ou acessório) de um objetivo maior. Não devemos esquecer, também, a sua proximidade com o Golfo da Guiné e assim a facilidade de acesso, via marítima, a países que se situam na sua orla, em especial o acesso (via Atlântico Sul) ao Sahel e regiões subsarianas.

**9-Considere que parte dos problemas securitários de Cabo Verde é consequência da falência e dos conflitos dos Estados vizinhos da África Ocidental?**

A existência de Estados falhados, fracos ou colapsados na “vizinhança” de um Estado tem repercussões, a diversos níveis, na sua arquitetura de segurança. Fluxos descontrolados de pessoas em busca de asilo, refúgio ou simplesmente melhores condições de vida. A “contaminação” desse Estado com fenómenos criminais que aí encontram mercado, local de recuo ou plataforma de projeção das suas atividades. Onde, necessariamente, os sistemas de segurança interna e de defesa sofrem metamorfoses sucessivas, em função das especificidades do (s) fenómeno (s), seu alcance geográfico e impactos económicos e sociais.

**10-Que estratégia Cabo Verde deve adotar para fazer frente a essas ameaças?**

O Estado Cabo-Verdiano tem sabido, em diferentes momentos, assegurar a sua segurança, integridade territorial e implementar estratégias de prevenção e repressão da criminalidade, não beliscando os pilares do Estado de direito e prosseguindo os direitos, liberdades e garantias dos seus cidadãos.

O seu modelo de segurança interna e de defesa é eficaz e possui forças e serviços de segurança eficazes e competentes.

Embora seja um Estado pacífico e acolhedor, deve preparar-se para a possibilidade de um conjunto de ameaças – de entre as quais a criminalidade organizada transnacional e o terrorismo – poderem penetrar, em definitivo, as suas fronteiras.

## Anexos

### Anexo I

#### MAPA DOS PAÍSES DA CEDEAO



**Fonte:** <http://www.nationsonline.org/oneworld/map/west-africa-map.htm> obtido em 6-2-2018

## Anexo II

### CONVENÇÕES INTERNACIONAIS SOBRE DROGAS

<b>1909</b>	<b>Conferência de Shangai</b> Reuniu 13 países para tratar do problema do ópio indiano infiltrado na China não produzindo resultados práticos.
<b>1911</b>	<b>Primeira Conferência Internacional do Ópio (Haia)</b>
<b>1912</b>	<b>Primeira Convenção Internacional do Ópio</b> Resultante da Conferência de 1911 e popularmente conhecida como a "Convenção do Ópio", regulamentou a produção e a comercialização da morfina, heroína e cocaína. Foi prejudicada em sua execução pela Primeira Guerra Mundial, entrando em vigor apenas em 1921.
<b>1921</b>	<b>Criação da Comissão Consultiva do Ópio e Outras Drogas Nocivas</b> Sucedeu pela Comissão das Nações Unidas sobre Drogas Narcóticas (CND - Commission on Narcotic Drugs) por consequência da criação da Sociedade das Nações cuja Convenção constitutiva (art.º 23,c) reconheceu a atribuição de elaborar acordos sobre o tráfico de ópio e outras drogas nocivas.
<b>1924</b>	<b>Conferência de Genebra</b> Ampliação do conceito de substância entorpecente e instituição do sistema de controlo do tráfico internacional por meio de certificados de importação e autorização de exportação.
<b>1925</b>	<b>Acordo de Genebra</b> Surgido da Conferência vinculada à Sociedade das Nações de 1924, torna realidade os dispositivos da Conferência de Haia de 1912.
<b>1931</b>	<b>Conferência de Bangkok</b> Revisão do acordo de Genebra de 1925.



<b>1931 e 1936</b>	Duas novas Conferências realizadas em Genebra. Estabelecimento da obrigação dos estados participantes tomarem as providências para proibirem, no âmbito nacional, a disseminação do vício.
<b>1946</b>	Assinado protocolo atualizando acordos anteriores sob convocação da ONU (Organização das Nações Unidas)
<b>1948</b> (Paris) <b>1953</b> (Nova Iorque)	Firmam-se outros protocolos. O de Nova Iorque restringiu a produção de opiáceos na fonte, permitindo sua destinação apenas para uso médico.
<b>30/03/1961</b>	Firma-se a <b><u>Convenção Única de Nova Iorque sobre Entorpecentes</u></b> Composta de cinquenta e um artigos relaciona os entorpecentes, classificando-os segundo suas propriedades em quatro listas. Estabelece as medidas de controlo e fiscalização prevendo restrições especiais aos particularmente perigosos; disciplina o procedimento para a inclusão de novas substâncias que devam ser controladas; fixa a competência das Nações Unidas em matéria de fiscalização internacional de entorpecentes; dispõe sobre as medidas que devem ser adotadas no plano nacional para a efetiva ação contra o tráfico ilícito, prestando-se aos Estados assistência recíproca em luta coordenada, providenciando que a cooperação internacional entre os serviços se faça de maneira rápida; traz disposições penais, recomendando que todas as formas dolosas de tráfico, produção, posse etc., de entorpecentes em desacordo com a mesma, sejam punidas adequadamente; recomenda aos toxicómanos seu tratamento médico e que sejam criadas facilidades à sua reabilitação.
<b>21/02/1971</b>	Firma-se a <b><u>Convenção sobre as Substâncias Psicotrópicas</u></b> (Viena) que passa a controlar a preparação, uso e comércio de psicotrópicos.
<b>25/03/1972</b>	Firma-se, em Genebra, o <b>Protocolo de Emendas à Convenção Única sobre Entorpecentes</b> de 1961, modificando-a e aperfeiçoando-a. Altera a composição e as funções do Órgão Internacional de Controlo de

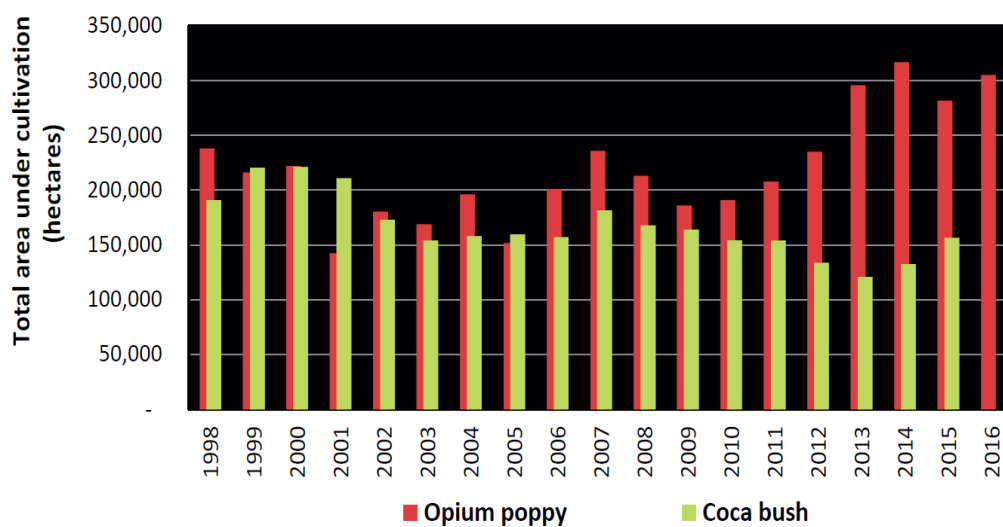
	Entorpecentes, amplia as informações que devem ser fornecidas para controle da produção de entorpecentes naturais e sintéticos e salienta a necessidade de tratamento que deve ser fornecido ao toxicómano.
1977	<p>Convocação pela Secretaria Geral das Nações Unidas da <b>Conferência Internacional sobre o Abuso de Drogas e Tráfico Ilícito</b> para rever o documento "Comprehensive Multidisciplinary Outline".</p> <p>Esse documento consiste de quatro capítulos, dois deles referindo-se ao controle do fornecimento e à supressão do tráfico ilícito. Faz sugestões práticas sobre o planeamento de programas efetivos para a supressão do tráfico ilícito em todos os níveis (nacional, regional e internacional).</p>
20/12/1988	Conclusão da <b><u>Convenção contra o Tráfico Ilícito de Entorpecentes e de Substâncias Psicotrópicas</u></b> (Viena)
11/11/1990	Entra em vigor internacional a <b>Convenção contra o Tráfico Ilícito de Entorpecentes e de Substâncias Psicotrópicas</b> que complementa as Convenções de 1961 e 1972, acrescentando, entre outras coisas, o éter etílico e acetona no rol das substâncias controladas.
Consulte também: <b><u>Relações Internacionais</u></b> (Tratados, Acordos, Convénios Bilaterais e Multilaterais)	

Fonte: <http://www.imesc.sp.gov.br/infodrogas/convenc.htm> obtido em 3-1-2018

### Anexo III

#### ÁREA TOTAL CULTIVADA DE PAPOULA E COCA ENTRE 1998-2016

**FIG. 20** | Total area under opium poppy and coca bush cultivation, 1998-2016



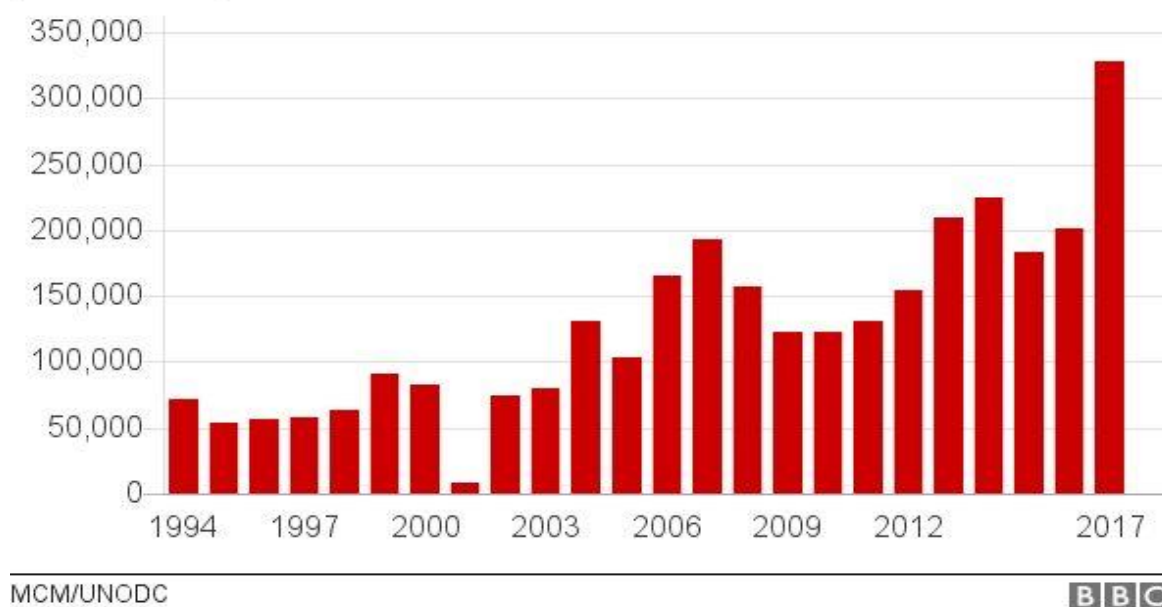
Fonte: [http://www.unodc.org/wdr2017/field/Booklet\\_2\\_HEALTH.pdf](http://www.unodc.org/wdr2017/field/Booklet_2_HEALTH.pdf) obtido em 7-2-2018

## Anexo IV

### GRÁFICO DE PRODUÇÃO DE PAPOULA NO AFEGANISTÃO

#### Cultivo de papoula no Afeganistão

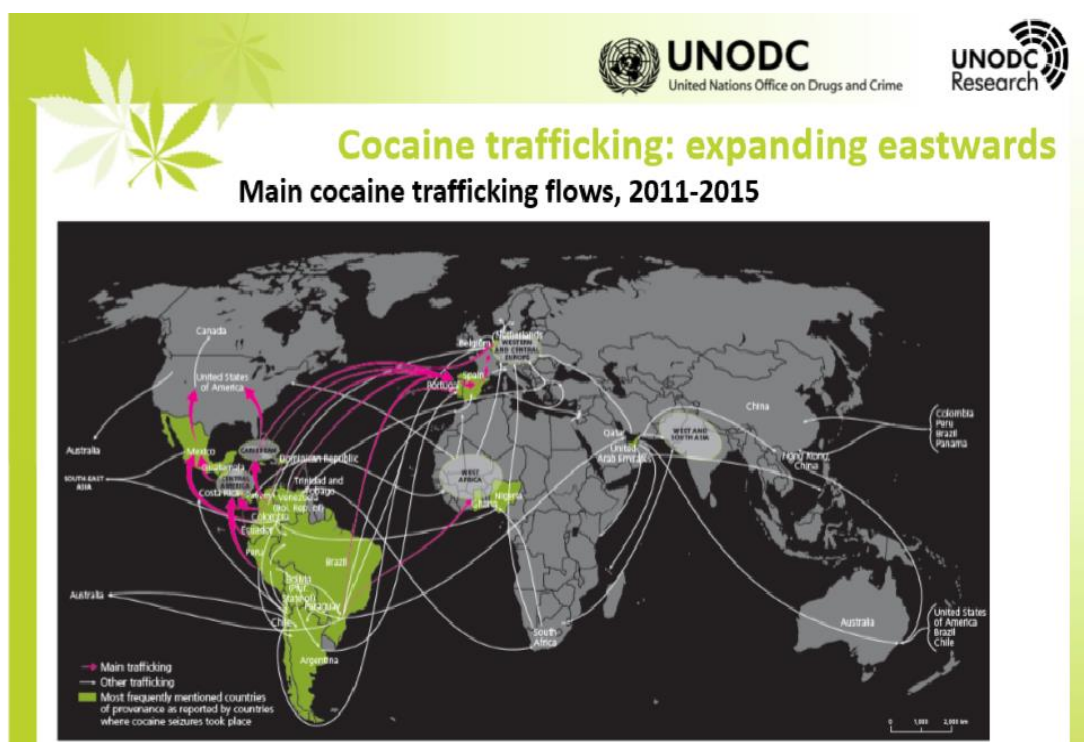
(em hectares)



Fonte: <http://www.bbc.com/portuguese/internacional-42005049>, obtido em 7-2-2018

## Anexo V

### MAPA DO TRÁFICO DE COCINA ENTRE 2011-2015

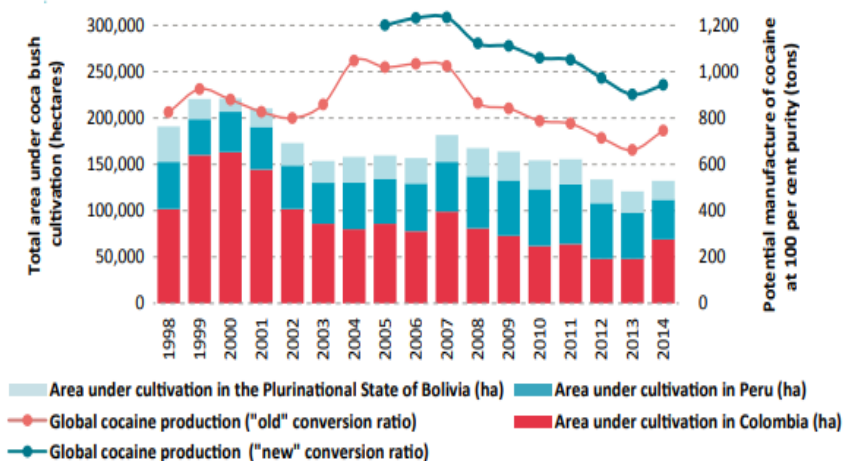


Fonte: [file:///C:/Users/silva/Desktop/P/WDR\\_2017\\_presentation\\_launch\\_version.pdf](file:///C:/Users/silva/Desktop/P/WDR_2017_presentation_launch_version.pdf) obtido em 7-2-2018

## Anexo VI

### PRODUÇÃO GLOBAL DE COCA E COCAÍNA 1998-2014

FIG. 41 Global coca bush cultivation and cocaine production, 1998-2014



Fonte: [http://www.unodc.org/doc/wdr2016/WORLD\\_DRUG\\_REPORT\\_2016\\_web.pdf](http://www.unodc.org/doc/wdr2016/WORLD_DRUG_REPORT_2016_web.pdf)  
obtido em 7-2-2018

